

MARLZONNI MARRELLI MATOS MAURICIO



SOB A INSÍGNIA DA RAÇA

A CONCEPÇÃO DE NAÇÃO E A REPRESENTAÇÃO DO NEGRO

N'O MULATO DE ALUÍSIO AZEVEDO (1881)

Mestrado Acadêmico em História - UFMA

UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA
MESTRADO ACADÊMICO

MARLZONNI MARRELLI MATOS MAURICIO

SOB A INSÍGNIA DA RAÇA
A CONCEPÇÃO DE NAÇÃO E A REPRESENTAÇÃO DO NEGRO
N'O MULATO DE ALUÍSIO AZEVEDO (1881)

SÃO LUÍS
2017

MARLZONNI MARRELLI MATOS MAURICIO

SOB A INSÍGNIA DA RAÇA
A CONCEPÇÃO DE NAÇÃO E A REPRESENTAÇÃO DO NEGRO
***N'O MULATO* DE ALUÍSIO AZEVEDO (1881)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Maranhão, como requisito para obtenção do título de Mestre em História.

Orientador: Prof. Dr. Marcus Baccega

SÃO LUÍS

2017

**Dados fornecidos pelo autor de acordo com SIGAA/Biblioteca
Núcleo Integrado de Bibliotecas/UFMA**

Mauricio, Marlonni Marrelli Matos.

Sob a insígnia da raça : a concepção de nação e a representação do negro n' O mulato de Aluísio Azevedo 1881 / Marlonni Marrelli Matos Mauricio. – 2017.

101 f.

Orientador : Marcus Baccega.

Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em História/cch, Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2017.

1. Literatura. 2. Nação. 3. Negro. 4. Raça. 5. Representação. I. Baccega. II. Título.

Ilustração da capa: A redenção de Cam (1895) - Modesto Brocos (1852-1936)

MARLZONNI MARRELLI MATOS MAURICIO

SOB A INSÍGNIA DA RAÇA

A CONCEPÇÃO DE NAÇÃO E A REPRESENTAÇÃO DO NEGRO

***N'O MULATO* DE ALUÍSIO AZEVEDO (1881)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Maranhão, como requisito para obtenção do título de Mestre em História.

Aprovada em: 18 de abril de 2017

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Marcus Vinicius de Abreu Baccega – **Orientador** (UFMA)

Prof.^a Dr.^a Regina Helena Martins de Faria – Examinadora Interna (UFMA)

Prof. Dr. José Henrique de Paula Borralho – Examinador Externo (UEMA)

SÃO LUÍS

2017

Ao meu pai,
J. C. Mauricio.
À minha mãe,
Rosimar M. Mauricio.
E à minha irmã,
Nathanni M. M. Mauricio.

AGRADECIMENTOS

A toda a minha família. Principalmente, ao meu *pai* e à minha *mãe*, que, nos meus piores momentos, continuaram acreditando em mim. E, com carinho especial, à minha tia *Reijane Matos*, à minha tia *Eunice Rodrigues* e ao meu tio *Balbino Rodrigues*.

À minha amiga *Diele Amanda*, pela presença em minha vida durante esse mestrado. Somente nós dois sabemos o quanto a fiz ler e reler os capítulos desta dissertação.

À *Fundação de Amparo à Pesquisa e ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Maranhão* (FAPEMA), por financiar esta pesquisa e concretizar um sonho que tenho desde o primeiro ano de minha graduação.

À *Academia Maranhense de Letras* (AML), por me doar gentilmente um exemplar da segunda edição d'*O mulato*.

Ao *Programa de Pós-Graduação em História*. Sobretudo, ao Prof. Dr. *Lyndon Santos*, ao Prof. Dr. *João Bitencourt*, ao Prof. Dr. *Ítalo Santirocchi* e à Prof.^a Dr.^a *Regina Faria*. Todas as considerações foram, por mim, bem acolhidas.

Ao meu amigo e orientador Prof. Dr. *Marcus Baccega*, por toda a sabedoria humildemente compartilhada.

Por fim, a todos que, direta ou indiretamente, ajudaram-me. Agradeço, de todo o meu coração, o apoio, porque o caminho até aqui foi íngreme.

A literatura [...] fala ao historiador sobre a história que não ocorreu, sobre as possibilidades que não vingaram, sobre os planos que não se concretizaram. Ela é o testemunho triste, porém sublime, dos homens que foram vencidos pelos fatos.

Nicolau Sevcenko
Literatura como missão

RESUMO

Esta dissertação apresenta uma pesquisa sobre o negro no romance *O mulato*, assim como na concepção de nação de Aluísio Azevedo, no ano de 1881. Desse modo, apreende-se o negro enquanto indivíduo e *ser* imaginado, representado, tanto na formação do cânone literário quanto na formação nacional. Considerando-se, também, sua presença nas teorias raciais, na escravidão e nos discursos abolicionistas. Em vista disso, para o aporte temático, a pesquisa se fundamenta numa extensa bibliografia, compreendendo trabalhos de historiadores e sociólogos a críticos literários e filósofos. Para o aporte teórico, utiliza-se a teoria desenvolvida por Roger Chartier, Pierre Bourdieu, Sandra Jathay Pesavento, entre outros intelectuais. As fontes se constituem de textos escritos, sendo elas, basicamente, romances e jornais da época. Esta dissertação, por conseguinte, pretende investigar se *O mulato* é um romance antirracista, ou se isso é apenas um mero sofisma.

Palavras-chave: Literatura. Representação. Raça. Negro. Nação.

ABSTRACT

This dissertation presents research on the Negro in the novel *O mulato*, as well as in the concept of nation by Aluísio Azevedo, in 1881. In this way, the Negro is apprehended as an individual and an imagined being, represented, both in the formation of the literary canon and in the national formation. Considering also their presence in the racial theories, in slavery and abolitionist discourses. For the thematic contribution, the research is based on an extensive bibliography, comprising works by historians and sociologists to literary critics and philosophers. For the theoretical contribution, the theory developed by Roger Chartier, Pierre Bourdieu, Sandra Jathay Pesavento, among other intellectuals, is used. The sources consist of written texts, which are basically novels and newspapers of the time. This dissertation, therefore, intends to investigate whether *O mulato* is an anti-racist novel, or if this is only a mere sophistry.

Keywords: Literature. Representation. Race. Negro. Nation.

SUMÁRIO

PRIMEIRAS PALAVRAS	11
---------------------------------	----

CAPÍTULO 1

Literatura brasileira no século XIX

1.1. O cânone literário e a formação nacional (1821-1881).....	15
1.1.1. A formação nacional e a literatura maranhense.....	23
1.2. As teorias raciais e o Naturalismo literário	32
1.3. O negro e a escravidão na literatura brasileira.....	38
1.4. O público comum e a crítica literária no século XIX.....	45

CAPÍTULO 2

Caminhos de uma vivência

2.1. Percursos e usos da biografia na História	51
2.2. Um literato singular.....	59

CAPÍTULO 3

Diálogos possíveis

3.1. Aluísio Azevedo e os jornais maranhenses.....	67
3.1.1 Os jornais na História luso-brasileira	67
3.1.2 Nos jornais maranhenses	71
3.2. O negro (na nação) d' <i>O mulato</i>	78
3.2.1. A cor do problema ou o problema da raça?.....	78
3.2.2. Mo(nu)mento do romance ou Aluísio Azevedo em seu tempo.....	84

ÚLTIMAS PALAVRAS	92
-------------------------------	----

REFERÊNCIAS	94
--------------------------	----

PRIMEIRAS PALAVRAS

Enfatizo, de antemão, dois pontos relevantes. Primeiro, que nas sociedades do século XIX, quando a ideia biológica e determinista de raça era não somente assumida, mas difundida — sobretudo através do princípio racialista de um tipo puro e superior —, o mulato era entendido como um problema social (NAVAS-TORÍBIO, 1990: 9). Segundo, que o negro é o objeto desta pesquisa, e a nação é um *sub objeto* para o seu entendimento.

À vista disso, a ideia de propor um diálogo entre a História e a literatura naturalista surgiu em um momento incerto de minha trajetória acadêmica. De início, trabalhando com a História das Mulheres, precisamente com a representação do feminino na Inquisição portuguesa no século XVI, deparei-me com vários obstáculos colocados, de certa forma, ao prolongamento de minha pesquisa monográfica. Sendo forçado, dia após dia, a abandoná-la. Um hiato, assim, se formou. Contudo, um de meus propósitos anteriores era pensar justamente as reminiscências dos processos inquisitoriais no Brasil. De leitura em leitura, passei a conhecer — de pouco a pouco — a realidade vivenciada pelos africanos e seus descendentes brasileiros.

Numa primeira ocasião, limitei-me às questões de ordem religiosa, nas quais eram escamoteados os sincretismos que ocorriam com as religiões de matriz africana, num contexto popular, às liturgias católicas. Ante a tentativa de *invisibilizá-las* na tradição religiosa ocidental, percebi algo impactante e muito sofrido: a própria *invisibilidade* do negro e de todos os seus traços na sociedade brasileira. Isso, sucessivamente, levou-me para o século XIX.

Quando já estava a me situar no século XIX, observei a existência de inúmeras teorias científicas dadas a justificar uma presumida inferioridade inata do negro. Num amplo conjunto, eram elas as teorias raciais. Isso, de fato, inquietou-me, pois, apesar de ser brasileiro, *dito miscigenado*, desconhecia completamente esses domínios do saber científico do século XIX. Em consequência dessa inquietação, dois trabalhos foram de grande importância ao meu entendimento vindouro: *Preto no branco* (1976), do historiador estadunidense Thomas E. Skidmore, e *O espetáculo das raças* (1993), da historiadora e antropóloga brasileira Lilia M. Schwarcz.

Sem adiantar nada mais do que o necessário, também para não estender demais esta nota introdutória, ambos, às suas maneiras, me levaram à literatura — numa divergência a respeito das primeiras impressões que os intelectuais da época tiveram em

face dessas teorias recém-chegadas ao Brasil, permitindo-me pensar na literatura como uma fonte oportuna de estudo. Assim, adiante, a preferência por Aluísio Azevedo se deu por três motivos. Primeiro, que, como conterrâneo, conhecia a sua obra desde a adolescência. Segundo, com merecida importância, *O mulato* foi produzido à luz das teses do Naturalismo; esta escola, aqui no Brasil, como se observará mais à frente, encontrava-se sob a influência das teorias raciais. Na verdade, apenas por algumas delas. Terceiro, a atual crítica feita a esse romance tem a sua relevância à problemática, especialmente sobre a relação entre Aluísio Azevedo, o negro, a miscigenação e o processo de abolição da escravatura. Desse modo, considerados os *porquês* desta pesquisa, farei agora duas breves considerações.

PRIMEIRA CONSIDERAÇÃO

No decorrer desta dissertação, o leitor irá se deparar não raras vezes com a palavra negro em acordo ou com a ideia de raça, num sentido biológico, ou com a ideia de indivíduo proveniente da África e seus descendentes, escravizados ou não. Porém, sublinho que isso tem somente um caráter didático. A intenção é apresentar o século XIX através de seus domínios linguísticos e conceituais. Ainda mais, pois, o “negro é a criação do homem branco [do europeu], e a raça é, simplesmente, uma conseqüência, um subproduto [construído para dominação do primeiro pelo segundo]” (OLIVER, 2004, apud PINAR, 2008: 35). Outrossim, as atribuições raciais têm seus significados e suas razões no tempo e no espaço, e correspondem aos interesses de grupos, entendidos comumente como superiores.

De acordo com o *Dicionário de relações étnicas e raciais* (2000), organizado pelo sociólogo inglês Ellis Cashmore, quando a ideia de raça é imposta e legitimada numa sociedade, seus indivíduos tendem a se dividir e se organizar em grupos considerados distintos. Assim, perigosamente, raça pode significar “um grupo de pessoas socialmente unificadas numa determinada sociedade em virtude de marcadores físicos como a pigmentação da pele, a textura de cabelo, os traços faciais, a estatura e coisas do gênero”. Emprego a palavra “perigosamente”, ademais, porquanto essas sociedades:

São invariavelmente racistas, no sentido de que as pessoas, em especial os membros dos grupos dominantes, acreditam que os fenótipos físicos estão ligados a características intelectuais, morais e comportamentais. Raça e racismo, portanto, andam de mãos dadas (CASHMORE et al., 2000: 455-456).

Raça, antes de qualquer uso, é um discurso construído, apreendido e ressignificado de diversas formas. Mesmo que apresente uma ideia de diversidade, de pluralidades humanas, ela traz consigo marcas históricas que convieram e ainda convêm, muitas das vezes, para enaltecer determinados grupos em detrimento de outros.

Um africano (que nas sociedades ocidentais é concebido normalmente como negro), independentemente de sua etnia ou localidade, não partirá da cor de sua pele como um primeiro predicado (e nem como o último), uma vez que nem todas sociedades se reconhecem em raças, e nem a partir da ideia de raça (CASHMORE et al., 2000: 455). Ele partirá, provavelmente, das suas crenças ou religião, dos seus costumes, das suas ocupações ou profissão etc. Diferente do que ocorre no Brasil ou nos Estados Unidos, onde, por *herança* das teorias raciais do século XIX e de suas inúmeras teses sobre a heterogeneidade inata da humanidade, a ideia de raça — ressignificada do biológico para o social — foi ampla e profundamente assumida.

* * *

Em adendo, deixo os significados de algumas palavras utilizadas no decorrer desta dissertação, retirados do *Dicionário da língua brasileira* (1832), de Luiz Maria da Silva Pinto: (1) Branco. Adj. de cor semelhante à neve. (2) Negro. Adj. de cor preta. Fig. infausto, triste. [como subs.] *negro*, diz-se do homem preto, e *negra* de mulher preta. Nome de um peixe. Titro. (3) Escravidão. S. F. ões no plr. cativo, o estado do que é escravo. (4) Escravo. Adj. cativo que está em escravidão. (5) Nação. S. F. ões no plur. a gente de um país, que se governa por leis particulares. Casta, raça. (6) País. S. M. terra, região.

O estado de conservação desse dicionário se deu como um entrave nem tanto à pesquisa, mas à análise d'*O mulato* e dos jornais da época. Ademais, as palavras acima permanecem desacompanhadas de suas respectivas paginações, porquanto, além de muito deteriorado e de difícil leitura, o mesmo, aparentemente, não dispõe delas.

SEGUNDA CONSIDERAÇÃO

O romance *O mulato* foi escrito por Aluísio Azevedo em 1880 e publicado em 1881, em São Luís, capital da província do Maranhão. Sua edição definitiva se deu em 1889. Conceituado como o marco fundador do Naturalismo literário brasileiro, esse romance é

estimado pela crítica contemporânea, ou moderna, como um dos grandes clássicos do cânone nacional, com cerne no negro e na abolição. A trama, ambientada em São Luís e imediações, aborda temas delicados e desconcertantes à época, como a corrupção clerical, a escravidão, as hipocrisias e os contrastes dos valores morais que alicerçavam as relações sociais e culturais da sociedade ludovicense. Com uma narrativa enérgica, enfim, esse romance proporciona um olhar singular sobre o Maranhão do século XIX.

Diante dessa sumária exposição d'*O mulato*, apresentarei, em síntese, cada capítulo que compõe esta dissertação.

O primeiro capítulo — *Literatura brasileira no século XIX* — tem por finalidade analisar a presença da literatura na formação nacional do Brasil. Além disso, busca-se apreender a influência das teorias raciais sobre o Naturalismo literário brasileiro, percorrendo as principais escolas ou disciplinas da ciência racial. Busca-se, também, investigar como a literatura chegava até ao público mais popular e como ela era recebida pela crítica, por meio das práticas de leitura. Esse capítulo serve, à frente, de aporte histórico e temático para os outros capítulos.

O segundo capítulo — *Caminhos de uma vivência* — tem como finalidade apresentar uma breve biografia de Aluísio Azevedo, percorrendo os principais eventos que marcaram a sua vida pessoal, social e profissional.

O terceiro capítulo — *Diálogos possíveis* — detém-se, num primeiro momento, à análise dos artigos jornalísticos de Aluísio Azevedo e de outros articulistas sobre as temáticas da nação, do negro e da miscigenação. Recorrendo-se, no entretempo de 1880 e 1881, aos jornais *A flecha*, *Pacotilha* e *O pensador*. Já o segundo momento, que é o mais significativo desta dissertação, detém-se à análise das representações do negro n'*O mulato*, à luz (ou à sombra) da temática e da problemática racial, presentes na formação nacional do Brasil.

Por fim, têm-se as *últimas palavras*. Busca-se, com elas, apresentar uma “conclusão”, ou, precisamente, apontamentos às interrogações feitas no decorrer desta dissertação, para assim oportunizar novas pesquisas àqueles que apreciam a literatura naturalista do século XIX.

Boa leitura!

CAPÍTULO 1

Literatura brasileira no século XIX

Um povo sem literatura seria, naturalmente, um povo mudo, sem tradições e sem passado, fadado a desaparecer como reles planta rasteira, nascida para ser pisada. De todas as artes, é a palavra, sem contestação, aquela que exerce uma influência mais penetrante, um papel mais saliente na formação das nacionalidades.

Ronald Carvalho

Pequena história da literatura brasileira

1.1. O cânone literário e a formação nacional (1821-1881)

Estabeleci um recorte temporal entre os anos de 1821 e 1881 porque esse período compreende desde a independência política do Brasil até a publicação de *O mulato*. Nisso, percorrerei o Romantismo, visto que é impossível tratar da formação nacional sem sequer mencioná-lo, chegando à Geração de 1870, que, sob a “égide” do ativismo abolicionista e republicano (MURARI, 2009: 62), apresentava um outro modelo de nação.

A nacionalidade é uma construção recente. Ela “começa a ser construída no século XVIII e desenvolve-se plenamente no século XIX. Antes dessa época não se pode falar em nações propriamente ditas, nem na Europa e nem em outras partes do mundo” (FIORIN, 2009: 115). No século XVII e meados do século XVIII, o Brasil era concebido somente como uma extensão territorial das possessões da Coroa portuguesa: “os funcionários da Coroa referiam-se à América portuguesa como Brasil, mas jamais a seus habitantes como brasileiros” (KHALED JR, 2010: 26). A intenção era impedir qualquer forma de identidade que excedesse os limites regional e/ou local.

Apenas a partir do Romantismo, com início em *Suspiros poéticos e saudades* (1836), de Gonçalves de Magalhães (1811-1882), que os literatos começaram a pensar numa ideia de nacionalidade, enfatizando-se, sobretudo, os aspectos culturais do *ser brasileiro* (BOSI, 2006: 97; MARTINS, 2013: 77). Porém, não existia nenhum acordo para além do entendimento de que o Brasil era, naquele momento, um país independente. Assim, “para uns era a celebração da pátria, para outros o indianismo, para outros, enfim, algo indefinível. Mas que nos *exprimissem*. Ninguém saberia dizer com absoluta precisão; mas

todos tinham uma noção aproximada”. Algumas eram “bastante compreensíveis para abranger vários ou todos os temas reputados nacionais” (CANDIDO, 2000 B: 11).

Alfredo Bosi esclarece que para se historicizar o Romantismo é necessário “ter perdido todo espírito de rigor” (2009: 91). Apesar disso, é possível salientar que a tônica romântica era atribuir ao Brasil e à literatura brasileira uma grandeza e construir um sentimento nacional. Para os literatos românticos, era importante delimitar o que constituía ou não o *ser* brasileiro. E, como bem elucida Sandra J. Pesavento, a construção de uma nacionalidade é um processo ao mesmo tempo individual e coletivo, no qual cada indivíduo se define em relação a um *nós* que se diferencia prontamente de um *outro* (2000: 9). O Romantismo surgia como um movimento herdeiro da independência (CANDIDO, 2000 A: 281), que pretendia se desprender da Europa; contudo, isso traz consigo alguns pontos a serem considerados.

Os literatos românticos não se desprenderam totalmente da Europa, pois ela ainda era o único modelo viável de sociedade a ser equiparado, embora tenham rompido com a estética do Arcadismo, ou Neoclassicismo, e iniciado uma independência literária. A literatura brasileira, na fase inicial de constituição e consolidação de seu cânone, apesar do esforço concentrado pela autonomização de suas características, dotando-se de originalidade, ainda mantinha vínculo com os modelos estrangeiros (MARTINS, 2013: 68). O próprio Romantismo brasileiro era um modelo importado, e que, enquanto produto nacional, devia ser equiparável, em qualidade, à produção europeia (CANDIDO, 2000 B: 11). Além disso, o historiador francês Jean-Ferdinand Denis (1798–1890), “o amigo do Brasil”, era um dos responsáveis pela criação do programa artístico do Romantismo brasileiro (MARTINS, 2013: 125). O propósito era, decerto, distinguir-se de Portugal, ainda que lançando mão de uma imagem da Europa.

No entanto, alguns temas trabalhados pelos literatos românticos já eram presentes, de certo modo, no Arcadismo luso-brasileiro. Por exemplo, a exaltação da natureza, no conflito rural *versus* urbano, e o indianismo. A questão era que a estética arcádica não mais se adequava à realidade *emancipada* do Brasil, sendo, portanto, recusada. Mas:

Dos últimos árcades até a [criação do programa artístico] do Romantismo [...], por volta de 1835/40, as letras brasileiras não se adensaram em torno de autênticos poetas que as marcassem com o selo de uma arte madura. Repetiu-se até o esvaziamento a tópica do século anterior, somando-se um ou outro dado nativista (BOSI, 2006: 87).

À exaltação da natureza e ao indianismo, ressignificados no Romantismo, os literatos românticos incluíram mais um tema: o sentimento religioso. Esses três convieram não somente para a construção de uma nacionalidade, como para a idealização de um passado mítico e glorioso.¹

A exaltação da natureza permitia suprimir as reminiscências do passado colonial e responder a algumas das inquietações da recém-independência, atribuindo ao Brasil uma ancestralidade idealizada e reconhecível. A natureza não era, enquanto espaço idealizado, uma simples representação, era “uma referência de constância, duração e pertencimento bastante adequada para a afirmação da continuidade e do culto à história embutidos na mitologia nacionalista” (MURARI, 2009: 41). A natureza romântica era expressiva; ao contrário da natureza árcade, decorativa (BOSI, 2006: 93).

Já o indianismo permitia evidenciar os males da colonização portuguesa. De acordo com Antonio Candido, “um dos fatores do indianismo teria sido a natural reação contra os desmandos e violências do colonizador” (2000 B: 19). Os literatos românticos idealizavam no índio a singularidade do *ser* brasileiro diante das memórias do passado colonial português. Contudo, isso tinha um fundamento, ou melhor, um histórico em comum: ambos sofreram com a colonização. Outrossim, da necessidade de se encontrar uma imagem que representasse a identidade nacional brasileira, era mais conveniente recorrer ao índio, porque no negro era incontornável o estigma da escravidão (FIORIN, 2009: 121).

Em acordo com esses dois temas, embora entendido às vezes como uma fé particular no cristianismo, o sentimento religioso permitia resistir ao pensamento iluminista, que a tudo racionalizava em nome de um progresso destrutivo; o “imaginário brasileiro encontraria as fontes de uma identidade nacional justamente nos espaços ainda não tocados pela mão destrutiva do progresso” (MURARI, 2009: 42). Ou seja, a natureza. Na espiritualidade que transcendia à condição mundana, a natureza romântica reencontrou o sagrado, e o indianismo encontrou o *mito* da origem brasileira. Ao

¹ O sentimento religioso foi incorporado ao Romantismo pelo filósofo francês Denis Diderot (1713–1784), e tinha como máxima a teoria do sublime, do filósofo irlandês Edmund Burke (1729–1797). O sublime é tudo aquilo que transcende a condição mundana do ser humano em direção à infinitude e à excelência do espírito. No Romantismo brasileiro, o sublime era a própria natureza, entendida como um espaço de redenção, que, em sua totalidade, transcendia os particularismos históricos (NUNES, 2005: 13). A transcendência acontecia propriamente no contato com a natureza.

sentimento religioso cabia atribuir ao Brasil e à literatura brasileira uma nobreza, no sentido de grandeza moral.

Esses três temas, assim sendo, permitiam consolidar uma nacionalidade e justificar a independência. Os literatos românticos sabiam que a constituição do cânone nacional dependia necessariamente disso, mesmo que alheios à realidade do Brasil. O Romantismo brasileiro construiu uma nação unificada e uniforme que não correspondia à realidade, mas que se tornava, pela sua exuberância e originalidade, passível de ser reconhecida como legitimamente brasileira (SÜSSEKIND, 1990, apud MURARI, 2009: 64). Porém, é inevitável não notar que o programa artístico do Romantismo brasileiro recusou prontamente quaisquer possibilidades de reforma social.

Em prosseguimento, ainda como herdeiro da independência, o Romantismo permaneceu à sombra do conservadorismo. Sobretudo, porque D. Pedro II assumiu o encargo de mecenas dos literatos românticos; comumente, ele custeava vários trabalhos literários e científicos sobre o passado e a independência do Brasil, que manifestassem algum sentimento nacional (BOSI, 2006: 100). Ademais:

As elites brasileiras que tomaram o poder em 1822 compunham-se de fazendeiros, comerciantes e membros de sua clientela, ligados à economia de importação e exportação e interessados na manutenção das estruturas tradicionais de produção cujas bases eram o sistema de trabalho escravo e a grande propriedade. Após a Independência, reafirmaram a tradição agrária da economia brasileira; opuseram-se às débeis tentativas de alguns grupos interessados em promover o desenvolvimento da indústria nacional e resistiram às pressões inglesas visando abolir o tráfico de escravos. [...] A presença do herdeiro da Casa de Bragança no Brasil ofereceu-lhes a oportunidade de alcançar a Independência sem recorrer à mobilização das massas (COSTA, 1999: 9).

Para mais da criação da nacionalidade brasileira, o Romantismo servia à manutenção da ordem imperial e dos domínios das elites tradicionais. Uma vez que a maioria vinha de famílias oligárquicas, ou ligadas a elas, recebendo uma educação elitizada, os literatos românticos se apresentavam, muita das vezes, como conservadores (BOSI, 2006: 93). Eles nutriam, ainda, um respeito profundo pela imagem do monarca (CANDIDO, 2002: 41).²

Num país historicamente fundiário, com uma economia primária, direcionada à exportação e movimentada pelo trabalho escravo, as elites tradicionais se viam obrigadas a reafirmar os seus domínios. Nisso, a exaltação da natureza, como um dos temas centrais

² Entende-se por elites tradicionais, os grupos hegemônicos que subsistiam do latifúndio e da escravidão.

do Romantismo brasileiro, convinha de contraposição ao espaço urbano, do progresso industrial, compreendido pelos literatos românticos como o lugar de avanço dos domínios e dos ideais burgueses.

O sentimento religioso também convinha às elites tradicionais para reafirmação de seus domínios. Sobretudo para garantir o direito à propriedade escrava. Sendo que, ao se contrapor ao pensamento iluminista, recusava-se a Revolução Francesa e a ideia de igualdade entre os homens, além de recusar a possibilidade de instauração de uma república.

Mais à frente do *mito* da origem brasileira, o indianismo convinha para silenciar as vozes contrárias à escravidão. Porque, até o final do século XIX, experimentada como uma necessidade e um valor, ela era o horizonte pelo qual as elites tradicionais compreendiam seu mundo (PEREIRA, 2015: 306). O indianismo era, assim, a manifestação de uma sociedade de senhores de terras e de escravos. Nessa lógica, correspondia plenamente aos traços principais de seu momento (SODRÉ, 1969: 269). Em suma, é possível compreender que o Romantismo brasileiro assumia às elites tradicionais uma função política-ideológica (MURARI, 2009: 59).

É possível compreender, inclusive, o Romantismo brasileiro e os seus literatos pelo viés da contradição, logo, a realidade nacional representada não correspondia à realidade vivida pela maioria dos brasileiros. No entanto, independentemente da época e/ou do lugar, os grupos hegemônicos, ou não, produzem estratégias e práticas que tendem a impor uma autoridade à custa de outros, por eles menosprezados, a legitimar um projeto reformador, ou a justificar, para os próprios indivíduos, as suas escolhas e condutas (CHARTIER, 1990: 17). À vista disso, entendendo a representação como uma prática de apropriação — que é parcial, mas se pretende universal, na qual se atribuem valores a uma imagem ou ideia representada —, o seu resultado “faz com que o elemento isolado [...] seja tomado como expressão do conjunto comparável a uma situação desejada” (PESAVENTO, 1999: 161).³

Não interessava para o literato romântico se todos viviam ou não em conformidade com a realidade nacional representada, porquanto a sensação de se viver naquela situação desejada já dava sentido à existência de sua obra (BOSI, 2006: 167); ela faz parte, aliás, de um esforço construtivo de contribuir para a grandeza da nação (CANDIDO, 2000 B: 12).

³ De acordo com Roger Chartier, a representação tem força própria e tenta convencer que o mundo, a sociedade ou o passado é o que ela diz que é (2011: 23).

Entretanto, apesar de o Romantismo ter se comprometido (e cumprido) com o dever de criar uma nacionalidade brasileira, e de ter articulado adequadamente seus temas, a recusa do pensamento iluminista lhe muito pesaria décadas à frente (PESAVENTO, 2000: 33). Pois à literatura não mais interessaria uma nacionalidade que singularizasse o Brasil, mas sim que o integrasse ao Ocidente como nação moderna, compromissada com o progresso; e o que a estética romântica ostentava em natureza faltava em razão e pragmatismo científico (PESAVENTO, 2000: 13). Em consequência, as poesias de Castro Alves e Sousândrade, o romance de Franklin Távora e a última prosa de José de Alencar já diziam muito, embora em formas românticas, de um Brasil em crise (BOSI, 2006: 163).

Essa crise ocorria exatamente na política e na economia do Império. Palavras como decadência e atraso começavam a circular intensa e reiteradamente pelo Brasil (GOMES, 1998: 491). Na Faculdade de Direito do Recife surgia, por conseguinte, um movimento antirromântico, republicano, progressista e laico. Fundamentando-se, sobretudo, na ciência positivista, esse movimento era a Geração de 1870.

Nicolau Sevcenko esclarece que a máxima dessa geração era contestar o Império e as elites tradicionais. As suas principais propostas eram estruturais e reformistas, como a abolição da escravatura e a instauração de uma república. Ainda, reivindicava-se “a atualização da sociedade como o modo de vida promanado da Europa; a modernização [...] da nação, com a sua devida integração na grande unidade internacional. E a elevação do nível cultural e material da população” (2003: 97).⁴

As propostas e reivindicações dessa geração encontravam um significado particular aos olhos da elite urbana brasileira (MURARI, 2009: 61). O império e as elites tradicionais também tentavam absorvê-las ante as adversidades, através de medidas aparentemente reformistas; entretanto, havia dois grandes entraves a isso.

Primeiro, apesar da assistência de intelectuais renomados da época, como Joaquim Nabuco (1849–1910), André Rebouças (1838–1898) e Alfredo Taunay (1843–1899), para elaborar essas medidas reformistas de forma moderada e positivista (MURARI, 2009: 61), o resultado não ocorreu como o esperado, haja vista o golpe político-militar de 1889. Em contrapartida aos interesses de D. Pedro II, as elites tradicionais não estavam preparadas

⁴ É importante não confundir com a Geração de 70 ou Geração de Coimbra, que, com Eça de Queiroz e Antero de Quental, entre outros literatos, introduziu o Realismo em Portugal em contestação ao Ultrarromantismo, através de alguns episódios polêmicos, a exemplo da *Questão Coimbrã* ou *Questão do Bom Senso e Bom Gosto*.

para abolir a escravatura e muito menos percebiam a contradição entre liberalismo e escravidão (COSTA, 1999: 137). Os princípios liberais, mas não só eles, “foram utilizados [...] com propósitos diversos e em momentos distintos no decorrer do século XIX” (COSTA, 1999: 133). Contudo, no cenário internacional, já capitalista, não mais existia lugar para o trabalho escravo e nem para quem dele subsistia.⁵

Em segundo, a ideia de uma república brasileira ganhava cada vez mais espaço entre a elite urbana, que desejava se ver livre dos excessos do Império, e entre os intelectuais de origem menos abastada, constituídos de *novos liberais* (SCHWARCZ, 1993: 37). Nisso:

O republicanismo, que na visão de grande parte da intelectualidade brasileira representava a ruptura definitiva com o passado colonial e a ascensão a um patamar mais elevado na escala evolutiva das sociedades, e o abolicionismo, que estabelecia a livre oportunidade e a igualdade formal dos homens no mercado de trabalho, tornaram-se as ideias-força da militância que formou alguns dos mais importantes intelectuais brasileiros da época (MURARI, 2009: 62).

Através das ideias de civilização, modernidade, progresso, república etc., diversos grupos intelectuais começavam a repensar o Brasil como nação. Entre eles, os literatos. Isso porque a literatura, sendo ela uma retórica, serve tanto à (re)afirmação quanto à crítica, ou concomitantemente às duas. No entanto, as ideias que mais impactavam os literatos vinham da ciência positivista (MURARI, 2009: 68). Satisfaz, como exemplo, uma avaliação da linguagem empregada nas obras literárias do pós-1870.

O Realismo surgia, à vista disso, como uma vanguarda literária, na poesia científica de Sílvio Romero (1851–1914) e Valentim Magalhães (1859–1903), um dos fundadores da Academia Brasileira de Letras. Para Alfredo Bosi, essa estética poética marcava a passagem do último Romantismo, já acessível às mudanças, para uma literatura que se destacava por uma objetividade que condizia aos métodos científicos cada vez mais rígidos nas últimas décadas do século XIX. Na poesia científica, ou parnasiana, e na prosa ficcional, a recusa do subjetivo era a norma recomendada aos literatos realistas (BOSI, 2006: 167).

⁵ Obs. 1: o Positivismo não era “uma filosofia revolucionária, e sim, quando muito, reformista” (FARIA, 2012: 29-30). Obs. 2: no século XIX, existiam dois segmentos liberais. O primeiro, o *Liberalismo Oligárquico*, conservador, defendia o livre-comércio entre os países, como também o direito de posse sobre os escravizados. O segundo, o *Novo Liberalismo*, mais próximo do sentido clássico, defendia, além do livre-comércio, o trabalho livre e assalariado, a liberdade política e comercial, assim como o direito à cidadania (FARIA, 2012: 23).

Mônica P. Velloso avalia essa busca pelo objetivo, pelo científico, não apenas como uma simples necessidade estética de se diferenciar do Romantismo, mas, antes, como uma necessidade de se nortear através do horizonte da ciência positivista. Nas últimas décadas do século XIX, sob o domínio da razão, das leis imutáveis e universais, encarada como uma coisa menor ou como um discurso de segunda grandeza, a literatura só seria respeitada quando fundamentada nos parâmetros cientificistas (1988: 241).

Lilia M. Schwarcz esclarece, por mais, que para a reafirmação dos literatos realistas e do campo literário era imprescindível se equiparar aos *homens de ciencia* (1993: 37/40). No Realismo, a literatura se transformava, então, num inventário da realidade, já que essa realidade era algo que podia ser mapeado (VELLOSO, 1988: 241). Além disso, acreditava-se que o Brasil, preso à natureza romântica, somente assumiria as características de uma nação moderna se transformado à luz do saber científico (SEVCENKO, 2003: 105).

Ademais, acreditava-se também, não só no Realismo, que os indivíduos, todos eles, independentemente da raça, eram condicionados pelo ambiente natural e social em que viviam. Portanto, seria indispensável transformá-los; porquanto, próprio do otimismo positivista, isso significava também se transformar. Tal condicionamento pelo ambiente natural e social era conhecido como Determinismo, uma filosofia bastante presente na ciência positivista (BOSI, 2006: 172).

O Naturalismo, enquanto vertente do Realismo, surgia justamente à sombra do Determinismo, incorporando, não raras vezes, o evolucionismo do darwinismo social. De acordo com Antonio Candido, o Naturalismo era necessariamente uma transposição direta da realidade, como se o literato “conseguisse ficar diante dela na situação de puro sujeito em face do objeto puro” (1991: 111), visto que ele confiava a si próprio a tarefa de retratar a realidade *nua e crua*, inscrevendo na literatura naturalista um testemunho documental, uma imagem *autêntica* de sua sociedade e época.

Luciana Murari informa que o Naturalismo representava o “espírito científico” do século XIX (2009: 127), colocando em evidência temas como: o negro, a miscigenação, a escravidão e a homoafetividade (entre outros). E conforme Alfredo Bosi, o Realismo assumia essa forma sempre que submetia os personagens e os enredos ao destino cego das leis naturais que a ciência da época acreditava ter codificado (2006: 168). Assim:

A grande questão do naturalismo é certamente a das relações do humano com o natural, aí compreendidos o ambiente físico-social e a natureza humana. O

sentimento predominante é o inexorável, o fatalismo derivado da imposição das leis naturais sobre a humanidade [...]. As situações desviantes, a patologia, a marginalidade seriam capazes de expor o homem em sua verdadeira condição animal (MURARI, 2009: 127).

Por fim, os literatos naturalistas retratavam “de preferência a mediocridade da rotina, os sestros e mesmo as taras do indivíduo” (BOSI, 2006: 189). Do Romantismo ao Naturalismo ocorria uma passagem do vago para o típico, do idealizante para o factual (BOSI, 2006: 173). À literatura brasileira (e à própria ideia de nação), *outros* tempos se anunciavam.

1.1.1. A formação nacional e a literatura maranhense

Tratar da literatura e de seu cânone no Brasil, tendo em vista a formação nacional, sem mencionar o Maranhão seria, no mínimo, um completo descuido com esta pesquisa e com o leitor, sendo que Gonçalves Dias (1823–1864), um dos precursores do Romantismo brasileiro, nasceu na cidade de Caxias. Outrossim, a capital do Maranhão não é só o lugar de produção e ambientação d'*O mulato*, como é o lugar de nascimento de Aluísio Azevedo. Entretanto, este subtópico não tratará de sua vida e de suas trajetórias, mas da presença da nacionalidade na literatura maranhense, convindo unicamente de aporte histórico.

Para a adequada historicização da literatura e de seu cânone, tendo em vista a formação nacional numa perspectiva regional, é importante observar primeiramente o contexto político e, sobretudo, econômico do Maranhão do século XIX; e, além disso, observar alguns de seus antecedentes, porquanto “a economia e a cultura [...] apresentam aspectos sócio-históricos peculiares, que devem ser considerados em conjunto quando se pretende analisar o grupo de letrados que ali se desenvolveu”, correspondendo ao auge da economia algodoeira (MARTINS, 2013: 299).

Do século XVIII para o XIX, mediante a criação da Companhia Geral de Comércio, em 1755, o Maranhão testemunhou um período de crescimento com a exportação internacional do algodão que perdurou até a década de 1820 (MARTINS, 2013: 299).

Esse período de crescimento foi o resultado do projeto político que constituía, em partes, a Reforma Pombalina, para facilitar o acesso à terra aos grandes produtores (quer dizer, às elites tradicionais) e garantir tanto o financiamento quanto o escoamento da lavoura para o mercado internacional. Esse projeto foi idealizado por D. José I de Portugal (1714–1777) em colaboração e efetuação do primeiro-ministro Sebastião José de

Carvalho e Melo (1699–1782), conhecido comumente como o Marquês de Pombal (FARIA, 2012: 39-40). Por consequência, o tráfico e o emprego da mão de obra escrava foram amplificados, domínios territoriais foram assegurados e, ademais, o desenvolvimento cultural e intelectual do Maranhão foi favorecido (FARIA, 2012: 40-41; MARTINS, 2013: 300).⁶

Contudo, antecedendo esse crescimento — quando era não mais que uma capitania distante do Centro-Sul, separada do Brasil, em 1621, por questões geográficas de segurança e administração, além de que “não havia ouro, e, sem maiores atrativos para [investimentos], a colonização caminhou a passos lentos até a segunda metade” do século XVIII (MOTA, 2007: 15) — o Maranhão se limitava, em atividade econômica, ao extrativismo e à pecuária bovina de pequena escala (MOTA, 2007: 14). Não existiam investimentos regulares da Coroa portuguesa e, muito menos, das elites tradicionais locais, formadas por portugueses e descendentes.⁷

Esse antecedente permaneceu sem grandes alterações até a depressão econômica que se abateu sobre a metrópole portuguesa e o Brasil (MOTA, 2007: 15) entre as décadas de 1760 e 1770. Ambas as décadas foram de crise, sobretudo, por causa da redução da mineração do ouro (MENZ, 2013: 45). É admissível apreender, desse modo, o projeto político que reestruturou a economia do Maranhão, bem como a do Brasil. Porém, à vista disso, em prosseguimento: como tudo isso influenciou na criação de um campo intelectual maranhense? Onde se encontravam os literatos? Por mais, como, no século XIX, a literatura maranhense foi conduzida em face à questão de uma nação brasileira?⁸

No século XVIII, o diferencial da economia maranhense estava na importância que o algodão assumiu no desenvolvimento e na projeção comercial da região. Em

⁶ Obs. 1: antes da grande demanda internacional, o algodão era somente “uma cultura de expressão local de pouca ou nenhuma importância e pouquíssimo valor econômico” (MARTINS, 2013: 302). Seu uso se limitava à produção de tecidos rústicos que serviam basicamente de vestimenta para os escravos e para a população mais pobre. Obs. 2: Regina Faria esclarece que há uma estima exagerada à imagem de Marquês de Pombal, entendido muita das vezes como um herói, no processo de reorganização da economia maranhense, sobretudo, nos conteúdos destinados à educação básica e aos vestibulares. Ele “acabou mitificado por uma historiografia tradicional, na qual é visto praticamente como um Midas que teria transformado, quase num passe de mágica, a ‘extrema pobreza’ de antes [...], sendo a [...] Companhia Geral de Comércio do Grão-Pará e Maranhão [...] um marco divisor de dois períodos” (2004: 40).

⁷ A separação do Brasil ocorreu, de fato, por questões geográficas. O Norte se localizava numa “imensa região bravia” e “não havia como vencer os obstáculos naturais” (MARTINS, 2013: 226-227). Era inviável continuar com a administração da região através do Centro-Sul. À vista disso, tornava-se mais conveniente “a comunicação [direta] com a Corte lusitana do que com o [...] Brasil” (MARTINS, 2013: 227).

⁸ Conforme José Maurício Domingues, para Pierre Bourdieu, os campos “são criados, ou pelo menos tomam grande impulso, por indivíduos particularmente importantes, que, com uma perspectiva ‘heterodoxa’ do mundo, estabelecem novos conteúdos e novas relações de poder entre os atores. Com isso, surge um campo, seja ele econômico, político, literário, científico, jurídico ou o que for” (2001: 60).

pouquíssimo tempo, o Maranhão atingiu níveis de prosperidade jamais vistos, projetando-se com rapidez entre as principais capitanias da Coroa portuguesa (MARTINS, 2013: 299-300). É importante notar que, a partir de 1776, com a independência dos Estados Unidos, essa prosperidade se deu também em efeito da carência de novos mercados exportadores da matéria-prima para a indústria têxtil inglesa (MARTINS, 2013: 301). Com a industrialização da Inglaterra e com sua “demanda por algodão aumentada de maneira exponencial, garantiu [...] um mercado em expansão constante para o principal produto de exportação maranhense e ajudou a consolidar o crescimento do setor de exportação” (ASSUNÇÃO, 2000: 36).

Mas, a partir de 1820, a lavoura algodoeira maranhense começou a declinar, principalmente após o retorno dos Estados Unidos ao cenário internacional do algodão. No Maranhão, “a falta de inovações técnicas teve como resultado uma produtividade estagnante. Nos Estados Unidos, pelo contrário, investimentos produtivos resultaram numa queda de custos e numa melhora da qualidade do algodão” (ASSUNÇÃO, 2000: 42). Esse declínio, entretanto, não foi abrupto. A substituição do algodão maranhense pelo estadunidense ocorreu gradativamente; além disso, no ano de 1830, o Maranhão vendeu internamente quase 80 mil sacas (ASSUNÇÃO, 2000: 42). Essa crise algodoeira dizia, assim, mais a respeito de um *déficit* de vendas no mercado internacional que na produção e nas vendas internas.⁹

O mais interessante, contudo, é que da reestruturação e do desenvolvimento econômico da região, e em decorrência de seu declínio, um campo intelectual começou a se desenvolver; a princípio, em pequenos grupos de letrados, que produziam uma historiografia e uma literatura regional voltada à ascensão e ao declínio algodoeiro do Maranhão. Comumente, esses pequenos grupos eram ligados à grande lavoura e/ou à administração colonial (ASSUNÇÃO, 2000: 35), e ao pensarem sobre os problemas pelos quais atravessava a lavoura algodoeira maranhense, eles buscaram construir a própria representação daquela realidade, definindo-a como *decadência da lavoura* (FARIA, 2004: 46).¹⁰

⁹ É importante mencionar que a lavoura algodoeira no Maranhão também foi “severamente atingida pelas lutas da Balaiada, revolta ocorrida em 1838-1841” (FARIA, 2004: 42-43), que mobilizou uma grande parcela da população maranhense: populares livres e escravizados, além das guarnições legais.

¹⁰ Outro fator, dentre alguns outros, não menos importante à criação do campo intelectual maranhense, foi a criação de uma imprensa jornalística e literária por meio das casas de prelo, sobretudo em São Luís, em decorrência “da intensa atividade tipográfica que [...] se instalou em começos do século XIX” (MARTINS, 2010: 108).

Em *A ideologia da decadência*, Alfredo Wagner B. de Almeida elucida que:

A origem da decadência seria, por conseguinte, pensada a partir de uma outra situação, aquela denominada de prosperidade da agricultura e, por extensão, da província. Sua delimitação cronológica se inscreve dentro de um exercício de tentar fazê-la entendida pelo concurso de [...] sua possível negação. Assim sendo, a escolha de um período considerado de prosperidade, oposto extremo da citada decadência, orienta e conduz ao intervalo de tempo o ponto de partida da explicação: a chamada “idade de ouro da lavoura da província.” Sem entrar no mérito de que a decadência encontra-se sempre atrelada ao tempo presente de quem a ela se refere e de que a utilização do recurso explicativo estimula uma idealização do passado (2008: 27).

Decerto, isso era a construção de uma memória, na qual se toma o passado como tempo de prosperidade e como lugar legítimo de projeção para o futuro, em contraposição ao presente. Jacques Le Goff esclarece que “a memória é um elemento essencial do que se costuma chamar de *identidade*, individual ou coletiva”, em que os indivíduos se compreendem no seu tempo presente e se projetam para o tempo futuro. Aliás, quando a memória é imanente de uma cultura escrita, ela é, para além de um documento/monumento, igualmente “um objeto de poder” (2003: 469-470). Desse modo, “do ponto de vista do presente de quem fala há que existir um período passado bem-sucedido, considerado como civilizado, que avalise [sic] como certas as asserções de reabilitação possível num futuro próximo” (ALMEIDA, 2008: 68).¹¹

Da projeção de uma “época de ouro”, de um tempo de prosperidade econômica, o campo intelectual maranhense foi desenvolvido numa “espécie de teleologia, cuja origem se encontra no século XIX, no momento em que o Maranhão passou a ser construído pela historiografia regional como um lugar privilegiado” (MARTINS, 2013: 318), mas que, diante da crise e dos problemas que se abatiam sobre a lavoura algodoeira, permanecia numa condição *decadente*.

É permitido ilustrar isso através das palavras da própria época: “esta Província, que tanto prosperou pela riqueza de seus produtos agrícolas, tem caído por esta parte em decadência em razão da baixa considerável que tem sofrido no mercado o preço do algodão, que, como se sabe, constitui o ramo de sua maior lavoura” (AMARAL, 1848, apud

¹¹ A memória é um conjunto de “acontecimentos dos quais a pessoa nem sempre participou, mas que, no imaginário, tomaram tamanho relevo que, no fim das contas, é quase impossível que ela consiga saber se participou ou não”. Além disso, é importante “lembrar também que na maioria das memórias existem marcos ou pontos relativamente invariantes, imutáveis” (POLLAK 1992: 201). O declínio, ou a crise econômica, na lavoura algodoeira maranhense é um evento histórico: é algo passado e inconvertível. Porém, suas ressignificações sempre atendem ao tempo em que é presente.

MARTINS, 2013: 319). Essa imagem fomentou frequentemente uma série de representações favoráveis à manutenção dos domínios das elites tradicionais; e isso tem a sua importância, porque “os literatos maranhenses estão inscritos em uma longa tradição teleológica criada a partir de padrões explicativos emanados do campo do poder” das elites tradicionais (MARTINS, 2013: 318).¹²

Além disso, “existia [...] toda uma praxe de deixar explícita a submissão aos poderes governamentais e eclesiásticos”, porque era como que um “aval imprescindível à circulação do livro, numa sociedade que não possuía um mercado literário e artístico com um público amplo de consumidores virtuais capaz de assegurar uma maior autonomia aos produtores intelectuais” (ALMEIDA, 2008: 37).¹³

O campo intelectual maranhense era profissionalmente diversificado, e nele se encontravam médicos, advogados, matemáticos, políticos e jornalistas, entre algumas outras profissões enobrecidas. A produção literária era ostentada como um exercício intelectual e artístico à parte. No Brasil, a profissionalização do escritor ocorreria somente após a segunda metade do século XIX, e ser escritor, sobretudo literário, não garantia nenhuma estabilidade financeira. Mas, ainda assim, a sua imagem “foi um poderoso agente social de avanço à *marcha civilizatória* em sociedades regionais importantes, como a do Maranhão” (MARTINS, 2013: 575). E como produtores de literatura, eles não permaneceram desinteressados de suas realidades e, tampouco, distantes dos interesses das elites tradicionais, a quem eram intimamente ligados.¹⁴

Outrossim, esses indivíduos que compunham o campo intelectual maranhense recebiam uma educação elitizada, muita das vezes, na Europa. Segundo Flávia L. de Castro:

Era usual, desde o período colonial, que os filhos das famílias ricas, quaisquer que fossem suas aptidões ou o desejo de seus pais, estudassem fora do país.

¹² Ver: *Falla que recitou o Presidente da Província do Maranhão... na abertura da Assembléa da mesma Província em 28 de julho de 1848* – impresso e distribuído no Maranhão pela *Typographia da Temperança*, em 1848.

¹³ Com a *Lei de Liberdade de Imprensa*, a partir de 12 de julho de 1821, o direito de propriedade intelectual passou a ser concedido aos escritores. No entanto, isso não lhes garantiu autonomia intelectual, pois a publicação e circulação “de uma obra [ainda] dependia da concessão de um privilégio, igualmente concedido pelo Estado” (LAJOLO; ZILBERMAN, 2015: 67).

¹⁴ O campo intelectual maranhense foi responsável, em parte, pela manutenção dos domínios das elites tradicionais, tanto antes quanto depois da independência. Detentor de grande capital simbólico, ele buscou “impregnar nos demais segmentos sociais a noção de pertencimento a uma realidade regulada pelo princípio democrático da participação igualitária”. Porém, em relação às práticas latifundiária e escravocrata, adotadas pelas elites tradicionais, um silêncio se fez, em vista das contradições que as implicavam. Como o campo intelectual não colocava em discussão as características contraditórias que davam substância à sua própria realidade, a estrutura social maranhense permaneceu, durante o século XIX, à sombra de eventos contraditórios (MARTINS, 2006: 33).

Assim, nossos primeiros intelectuais com formação acadêmica tinham seus diplomas obtidos na França ou, mais comumente, em Portugal (2007: 386).

Por conseguinte:

Houve grande florescimento literário no Brasil com embrião colhido em berço europeu, onde estudavam os brasileiros pertencentes a famílias abastadas. Significava status social manter-se um filho a estudar na Europa e como o Maranhão era favorecido pelos [...] engenhos e agricultura movidos à mão-escrava, os seus senhores tinham uma situação financeira abastada, permitindo-lhes manter os filhos a instruir-se no Velho Mundo (NAVAS-TORÍBIO, 1990: 34).

Ao retornarem da Europa, principalmente das instituições de ensino de Coimbra, esses indivíduos “formaram um conjunto de sujeitos específicos, tratados como criadores, portadores de idéias superiores e que, com o passar do tempo, fomentaram um suposto ambiente de intelectualidade na província do Maranhão” (RESENDE, 2007: 77). Era nesse ambiente privilegiado à atividade intelectual que eles se viam e se apresentavam como literatos para além de suas profissões e de seus títulos de bacharéis, através de um considerável conhecimento sobre os estudos linguísticos e literários. Produzir literatura simbolizava à sociedade que, “enquanto sujeitos sociais emblematizados portadores de uma legitimidade cultural, artística, intelectual”, eles “deveriam ser cultuados, respeitados e imitados” (BORRALHO, 2010: 34). Com uma literatura politicamente compromissada, esses indivíduos se organizaram e se dedicaram ao debate de temáticas entendidas como de suma importância ao Maranhão e também ao Brasil. E nos limites dos interesses das elites tradicionais, a tônica era, entre outras, o processo de independência e a integração do Maranhão.¹⁵

No que diz respeito à nação na literatura maranhense no século XIX, é possível elucidar que “antes do rompimento político com Portugal em 1822, as elites política e intelectual desta região proclamavam possuir mais relação comercial e cultural com a metrópole que com a colônia brasileira” (BORRALHO, 2010: 37). No Maranhão, portanto, a contradição, tal como a conciliação, entre a descoberta dos aspectos culturais do *ser* brasileiro e o sentimento de dívida e de *pertencimento* a Portugal foram umas das características iniciais dos primeiros românticos maranhenses (BORRALHO, 2010: 268).

¹⁵ O destino dos filhos das elites tradicionais era, comumente, Coimbra, mas não raro a França e a Alemanha, “de onde voltariam bacharéis e doutores em leis, filosofia, medicina e matemática” (MEIRELES, 1980, apud MARTINS, 2006: 88). Além disso, sem muita originalidade, mais como reprodutores, eles retornariam como conhecedores dos *refinados* costumes europeus.

Essa relação com a metrópole — como também o receio com a possibilidade de uma nação brasileira — é possível de ser elucidada ainda, pois parte das famílias que compunham as elites maranhenses nas primeiras décadas do século XIX se originou dos funcionários régios enviados pela Coroa portuguesa para o Brasil, onde estes se casaram com as descendentes dos primeiros colonos (MOTA, 2007, apud LIMA, 2009: 27). Os portugueses e seus descendentes que se estabeleceram no Maranhão do final do século XVIII se dedicaram, mas não em regra, à economia agroexportadora e, conseqüentemente, passaram a ocupar os lugares mais altos na hierarquia social e política. Assim, com a eventualidade de perdas dos privilégios que o apoio à Coroa portuguesa lhes garantia:

Os antecedentes à Independência tiveram um impacto significativo nas estruturas de poder, atingindo diretamente os grupos das elites envolvidos. A reorganização política em torno de uma possível separação de Portugal requereu uma conjugação de esforços dos grupos no sentido de viabilizar as pretensões particulares em meio às demandas mais “gerais” (LIMA, 2009: 37).

A adesão da província maranhense ao recém-independente Império do Brasil ocorreu em 28 de julho de 1823, quase um ano após sua proclamação, às custas de graves problemas econômicos e de grande animosidade entre *nacionais* e portugueses: “no Maranhão, à ‘adesão’ se seguiu um longo e turbulento período de juramentos à Independência” e de perseguição a quem se negasse (GALVES, 2011: 106). A partir disso, é possível avaliar que o sentimento nacional no Maranhão não se desenvolveu plenamente antes da independência. Aliás, nos primeiros anos após a independência, o Brasil era para as elites tradicionais maranhenses mais uma máquina burocrática e centralizadora que propriamente uma nação.¹⁶

No Maranhão, o sentimento nacional somente começou a se desenvolver, de fato, dez anos após a independência, com o surgimento do *Grupo Maranhense*. Aclamado pela crítica literária nacional e regional, esse grupo, afeito à estética romântica, contou com a participação de intelectuais renomados da época. Conhecidos pelo nome de *pentarquia*,

¹⁶ Os problemas econômicos e o clima de animosidade remetem à Revolução do Porto, em 24 de agosto de 1820. Essa revolução, de caráter liberal e militar, teve como finalidade o regresso de D. João VI a Portugal e a reestruturação do *pacto colonial* com o Brasil. A província do Maranhão era, nesse período, governada pelo Marechal Bernardo de Silveira Pinto da Fonseca, desde a sua nomeação, no ano de 1819. Fiel à Coroa portuguesa, ele apoiou o movimento constitucional do Porto, em 1821. Isso levou a província maranhense a um estado de ânimos, sobretudo pelos grupos nacionais, que já se configuravam, resultando em “convocações, abaixo-assinados, prisões, deportações [...] e pasquins afixados em lugares públicos. As tensões entre um espaço público de representação política, em gestação, e os mecanismos de controle e proibição das ideias divergentes, ditaram o ritmo das disputas” (GALVES, 2010: 64).

eram eles: Odorico Mendes (1799–1864), Gomes de Sousa (1824–1864), João Lisboa (1812–1863), Sotero dos Reis (1800–1871) e Gonçalves Dias. Como literatos “prógonos referenciais do panteão maranhense, projetados à visibilidade nacional, quer pela atuação política, quer pela contribuição às letras ou às ciências” da pátria (MARTINS, 2006: 91), eles sabiam que era urgente e imprescindível:

Descobrir, ou melhor, forjar, uma tradição, uma carga complexa de heroísmo; em outras palavras, era necessária a criação de um mito nacional, pois aos românticos maranhenses era cara a existência de uma literatura com traços passados bem definidos, a qual eles pudessem se filiar como herdeiros de uma respeitável tradição que legitimasse o seu lugar próprio de produção (RESENDE, 2007: 79).

Antes da independência, o distanciamento geográfico em relação à Região Sudeste — em particular, ao Rio de Janeiro — favoreceu uma relação de pertencimento de alguns maranhenses, provenientes das elites tradicionais, com a metrópole, estabelecendo-se “um passado de fortes vínculos” (BORRALHO, 2010: 23). Assim, era necessário ressignificar a herança portuguesa e todo o passado colonial — conservando-se, no entanto, os domínios das elites tradicionais.

Como a literatura não é um espelho do mundo social, mas sim uma parte constitutiva, expressando as “visões de mundo que são coletivas de determinados grupos sociais” (FACINA, 2004, apud BORRALHO, 2010: 35), os literatos do *Grupo Maranhense* desempenharam convenientemente a função de elite intelectual, cabendo a eles delimitar e construir uma parte expressiva do *ser* brasileiro, e também maranhense. Assim:

No difuso processo de construção do que era ser brasileiro em terras maranhenses, o passado lusitano foi rechaçado quando interessou a comerciantes, funcionários públicos e demais setores eliminarem suas dívidas, ocuparem cargos e disputarem espaços de poder, para depois ser recomposto enquanto simbolização dos ícones de uma grande nação, incluindo características que poderiam fazer do Brasil páreo ante as nações vizinhas do continente (BORRALHO, 2010: 24)

Isso significou para o *Grupo Maranhense* a reapropriação simbólica do Brasil, assim como do Maranhão, ante a saída da condição de extensão territorial das possessões da Coroa portuguesa para a de Estado Nacional Imperial. E ainda que alguns domínios permanecessem necessariamente inalterados:

Tal processo de elaboração de respostas aos anseios pessoais, ou de construção de uma outra realidade que fosse simbolicamente representada, foi desempenhado pelo próprio ato de criação dos letrados em suas obras. Afinal, por intermédio destas os intelectuais também exerceram um poder, ainda que mediante a persuasão e não a coação, nas formas [...] de manipulação dos fatos (RESENDE, 2007: 78-79).

A nação, no Maranhão, ao longo do século XIX, mais do que propriamente um lugar de unidade, mostrou-se como um espaço de disputas nem sempre cordiais. Sobretudo na reafirmação de uma economia baseada no grande latifúndio e no trabalho escravo. Nisso, “havia disputa, guerra, velada e aberta, justa e desleal, com requintes de ‘civildade’ e ‘barbárie’ ao mesmo tempo”, mas “tudo em nome da melhor condução possível da província” (BORRALHO, 2010: 25). No entanto, e ademais disso, para o *Grupo Maranhense* “o que estava posto era o embate entre o empreendimento de uma nova literatura, independente e autônoma, e a criação de um passado glorioso, do qual os poetas se pretendiam herdeiros” (RESENDE, 2007: 79), embora conservando domínios que muito remontavam à estrutura colonial.¹⁷

O *Grupo Maranhense* — pode-se considerar — não buscava a transformação da realidade social. Pelo menos, não de forma estrutural. E a proeza literária desse grupo, e não a grandeza, deve-se à ideia de que:

Se a natureza e a população do Brasil [...] eram distintas da portuguesa, a literatura brasileira seria analogamente diferenciada da portuguesa, pois pretendia expressar-se sobre temas e objetos que se julgavam nacionais, ou mesmo específicos a uma determinada realidade (RESENDE, 2007: 79).

O esforço de delimitar o que constituía ou não o *ser* brasileiro, e de construir um sentimento nacional, em *oposição* a tudo que lembrava o passado lusitano, serviu também para construir o *mito* do Maranhão, principalmente São Luís, como um lugar de erudição e de riquezas únicas, equiparável à antiga cidade grega de Atenas. Esse *mito* regional precisou, aliás, da existência de uma nação com a qual se integrar e, ao mesmo tempo, distinguir-se. No mais, sem pretender esgotar a historiografia, desde a formação do campo intelectual, a ideia de nação, entre outras temáticas, nunca chegou a assumir na literatura

¹⁷ Nota-se que João Lisboa era uma exceção no *Grupo Maranhense*, porque, ainda que ligado a algumas famílias importantes e ricas, como a Franco de Sá, ele sempre fez “questão de [...] criticar a sociedade elitista de São Luís, os costumes, a moda, a fala, os hábitos, a religião, a arquitetura, a pobreza e, sobretudo, a política provinciana” (BORRALHO, 2010: 29).

maranhense um caráter verdadeiramente marcante; não até *O mulato*, de Aluísio Azevedo, em 1881, dando-se início ao Naturalismo literário brasileiro.¹⁸

1.2. As teorias raciais e o Naturalismo literário

Gostaria de salientar, primeiramente, que falar das teorias raciais, no século XIX, é falar de uma parte da *história das desigualdades humanas*. Essas teorias, dada a estratificação social, tiveram origem nos fervorosos debates, nas últimas décadas do século XVIII, a respeito do homem ser ou não um sujeito universal, aos moldes da Ilustração. Questionando especificamente a ideia de humanidade *una* de Jean-Jacques Rousseau (1712–1778), os teóricos raciais das mais diversas profissões, na transição desses séculos, puseram-se a pensar sobre a heterogeneidade humana, classificando-a “entre patrimônio genético, aptidões intelectuais e inclinações morais” (SCHWARCZ, 1993: 47). Através de descrições, identificações e classificações, racionalizadas pelo rigor do método positivista, elaborou-se um extenso *inventário das diferenças*.

As teorias raciais, ou o que é aceitável chamar de *racismo científico*, ao tratarem das desigualdades humanas, eram pensadas por meio de duas perspectivas opostas. Eram elas a monogenista e a poligenista. A primeira, presente até a primeira metade do século XIX, em acordo com os ideais da *Revolução Francesa* e com otimismo, baseava-se nas Escrituras Sagradas do cristianismo, defendendo a ideia de que todos os homens tinham a mesma origem: o *jardim do Éden*. Nesse “tipo de argumentação vinha embutida [...] a noção de virtualidade”, da qual, numa escala de para mais ou para menos de proximidade com a perfeição edênica, divergiam-se todos os homens (SCHWARCZ, 1993: 48). A índole do *bom selvagem* partia, inclusive, dessa noção.

Já a segunda perspectiva, baseada em rígidas leis evolucionistas, defendia a ideia de que os homens nasciam, desde os tempos mais antigos, em condições dessemelhantes. De tal modo, “retornando a Hipócrates, o poligenismo insistia na idéia de que as diferentes raças humanas constituíram ‘espécies diversas’, ‘tipos’ específicos, não redutíveis, seja

¹⁸ Esta afirmativa pode ser prontamente avaliada através de um recorte de um artigo de crítica literária, sob a supervisão do jornal maranhense *A civilização*, de autoria do padre Raimundo Alves da Fonseca, a respeito desse “controvertido” romance: “O mulato é um trabalhinho alambicado, servil imitação estrangeira; [...] Quem quiser fazer ensaios de teorias novas, ideias avançadas, comece primeiro experimentando-as [...]; e depois das consequências saberemos como nos haver” (apud *O pensador*. Maranhão. 30 de julho de 1881: 4). Até a década de 1880, no Maranhão, não existiam trabalhos literários capazes de alterar o ânimo do público. Não dessa maneira. Sobre as teorias novas e as ideias avançadas, têm-se duas possibilidades: ou ele estava se referindo à ideia de república ou à (re)leitura das teorias raciais, que ainda assim interessava à ideia de nação desde a segunda metade do século XIX, como mais à frente será observado.

pela aclimação, seja pelo cruzamento, a uma única humanidade” (SCHWARCZ, 1993: 49). Essa perspectiva, adotada como modelo interpretativo do progresso humano, foi encorajada “sobretudo pelo nascimento simultâneo da Frenologia e da Antropometria, teorias que passavam a interpretar a capacidade humana tomando em conta o tamanho e a proporção do cérebro dos diferentes povos” (SCHWARCZ, 1993: 48). Afastando-se cada vez mais do conhecimento humanista, diversas teorias raciais poligenistas foram elaboradas. Por exemplo: a craniologia técnica, que pelo exame da massa encefálica estudava a diversidade do cérebro humano, e a antropologia criminal, que declarava que a conduta criminosa era uma anomalia genética.

Ambas as perspectivas foram baseadas na obra *On the origin of species* (1859), do biólogo naturalista britânico Charles Darwin (1809–1882). Referenciar essa obra se tornaria um princípio básico à ciência racial. Entretanto, a excepcionalidade disso se encontrava “não só no fato de as duas interpretações assumirem o modelo evolucionista como em atribuírem ao conceito de raça uma conotação bastante original, que escapa da biologia para adentrar questões de cunho político e cultural” (SCHWARCZ, 1993: 55). Nota-se que o processo de dominação dos países europeus nos continentes africano e asiático, ou como é mais conhecido, o Imperialismo ou Neocolonialismo, justificou-se, sobretudo, nas teorias raciais.

Contudo, o que interessa agora são os modelos adotados no Brasil. À vista disso, Thomas E. Skidmore informa que aqui predominaram três, as quais ele nomeia de escola. São elas: Escola Etnológico-Biológica, “que pretendia sustentar a criação de raças humanas através das mutações diferentes das espécies” (1976: 65), em vista das diferenças físicas; a Escola Histórica, que partia “da suposição de que as raças humanas — as mais diversas — podiam ser diferenciadas umas das outras — com a branca permanentemente e inerentemente superior a todas” (1976: 67), embasando-se em evidências materiais; e, por último, a escola nomeada de darwinismo social, que partia da ideia de que “no processo histórico-evolutivo, as ‘raças superiores’ haviam predominado, fazendo com que as ‘inferiores’ parecessem fadadas a definharem e desaparecer” (1976: 68).

Lilia M. Schwarcz, por sua vez, informa que somente duas predominaram como disciplinas. São elas: a Antropologia Cultural, ou Etnografia Social, que “tinha como foco central a questão da cultura, vista, no entanto, sob a ótica evolucionista” (1993: 57). Isso mediante estudos comparativos das fases ou dos estágios de evolução da humanidade; e o darwinismo social, ou teoria das raças, que, para o processo de evolução social e cultural

do homem branco, trazia consigo uma visão negativa da miscigenação, uma vez que “as raças constituiriam fenômenos finais, resultados imutáveis, sendo todo o cruzamento, por princípio, entendido como erro” (1993: 58).

Independentemente da predominância de três escolas ou de duas disciplinas sobre a ideia de raças humanas, sem tornar isso insignificante, visto que elas ora se afastavam ora se aproximavam, o importante é focar no denominador comum: o darwinismo social. Este porque não apenas se tornou, com grande predomínio, a base teórica dos *homens de ciência* do Brasil, como também dos literatos naturalistas.

O darwinismo social, que se tornou uma matriz teórica durante a década de 1870, surgiu nos Estados Unidos e na Europa com o propósito de adaptar a teoria da evolução às sociedades humanas, buscando “enaltecer a existência de ‘tipos puros’ [...] e compreender a mestiçagem como sinônimo de degeneração não só racial como social” (SCHWARCZ, 1993: 58). Nisso, defendiam-se três proposições:

A primeira [...] afirmava a realidade das raças, estabelecendo que existiria entre as raças humanas a mesma distância encontrada entre o cavalo e o asno, o que pressupunha também uma condenação ao cruzamento racial. A segunda máxima instituiu uma continuidade entre caracteres físicos e morais, determinando que a divisão do mundo em raças corresponderia a uma divisão entre culturas. Um terceiro aspecto desse mesmo pensamento determinista aponta para a preponderância do grupo “racio-cultural” ou étnico no comportamento do sujeito, conformando-se enquanto uma doutrina da psicologia coletiva, hostil à ideia do arbítrio do indivíduo (SCHWARCZ, 1993: 58-60).

Assim, o darwinismo social se tornou cada vez mais evidente, e foi aproveitado para explicar o funcionamento das sociedades humanas. A princípio, das releituras do biólogo e filósofo naturalista alemão Ernst Haeckel (1834–1919) e do filósofo inglês Herbert Spencer (1820–1903), ambos simpatizantes dos trabalhos de Charles Darwin, buscava-se assegurar a “superioridade” da civilização europeia. Tendo como cerne a sua organização política e econômica; isso em comparação com outras sociedades humanas, no decorrer da *história da evolução do homem*. Entre contradições, essa busca somente se encerrou quando o conceito de raça, que já trazia consigo um significado biológico e determinista, foi adotado enquanto mediador.

Antes de ter ficado vinculado à biologia, o conceito de raça “compreendia a ideia de ‘grupos ou categorias de pessoas conectadas por uma origem comum’, não indicando uma reflexão de ordem mais natural” (BANTON, 1977, apud SCHWARCZ, 2012: 22). Contudo, no início do século XIX, o naturalista francês Georges Cuvier (1769–1832)

introduziu ao conceito de raça “a ideia da existência de heranças físicas permanentes entre vários grupos humanos” (STOCKING, 1968, apud SCHWARCZ, 1993: 47). Muitos cientistas poligenistas, entusiasmados com a ideia de uma herança determinista, reorientando-se conceitualmente, puseram-se a introduzir no vocabulário e no imaginário da época, sobretudo a partir de 1870, um novo elemento: a cor da pele. Como elemento inseparável da raça, ela seria somada ao determinismo climático do historiador britânico Thomas Buckle (1821–1862) e se tornaria uma máxima determinante do pensamento poligenista.¹⁹

Em regra, e em contraposição ao monogenismo, os darwinistas sociais acreditavam que a humanidade se encontrava dividida por diferenças evolutivas materiais e imateriais entre as raças branca, amarela e negra. Esta última permaneceria à sombra da evolução, visto que o negro era pensado como um ser inferior. Cabendo, portanto, “citar toda a evidência — da anatomia comparada, frenologia, fisiologia, e etnografia histórica — oferecida [...] em apoio a hipótese poligenista” (SKIDMORE, 1976: 69). Ante as inúmeras teses que surgiam, o negro se tornou o principal *objeto de análise* do darwinismo social.²⁰

A partir dessa breve observação, é possível questionar: como isso chegou ao Naturalismo literário brasileiro? Por que os literatos adotaram essas teorias, principalmente o darwinismo social?

Antes de tudo, o escritor francês Émile Zola (1840–1902) foi o idealizador da escola literária naturalista. Mais que um simples produto literário, ele pretendeu utilizar todo o conhecimento científico de sua época para descrever minimamente o lado vil do homem e da sociedade burguesa, já consolidada na Europa, e que tentava se consolidar pelo resto do mundo. Assim como qualquer sujeito histórico, Émile Zola permaneceu dado

¹⁹ O novo significado de raça serviria, aliás, para se pensar e se legitimar as nacionalidades; o historiador francês Hippolyte Taine (1828–1893), simpatizante do darwinismo social e um dos principais representantes do Positivismo, “foi um dos responsáveis pela transformação que se operou na noção de raça no final do século XIX. O conceito era ampliado, já que, além de ser entendido como noção biológica, passava a equivaler à idéia de nação” (SCHWARCZ, 2012: 22).

²⁰ Obs. 1: apesar de “bem recebida” pela comunidade científica do século XIX, a teoria da evolução trazia consigo um problema ao novo significado de raça, pois ela defendia um processo evolutivo, no qual a existência dos seres vivos partia de uma única espécie. Ou seja, era uma teoria monogenista. Os darwinistas sociais tinham consciência de que suas suposições apenas teriam “validade” se essa perspectiva fosse, sem prejuízos teóricos, abandonada preferencialmente, ou modificada (SKIDMORE, 1976: 68). Obs. 2: como bem observa Lilia M. Schwarcz, outros conceitos foram ressignificados durante o século XIX, por conta das teorias raciais. Foram eles, por exemplo: *desigualdade* e *diferença*. O primeiro defendia que os homens se separavam biológica e culturalmente, mas de maneira transitória e remediável. Reafirmando a visão unitária da humanidade. Já o segundo afirmava que as diferenças humanas eram definitivas e irreparáveis, pois, ontologicamente, existiam diversas espécies humanas (1993: 61-62).

às ideias de seu tempo, bem como à sua própria realidade (LUKÁCS, 1968: 56-57); por conseguinte, “os novos estilos, os novos modos de representar a realidade não surgem jamais de uma dialética imanente das formas artísticas, ainda que se liguem às formas e sentidos do passado. Todo novo estilo surge como uma necessidade histórico-social da vida” (LUKÁCS, 1968: 53).

Na medida em que os literatos se encontravam favoráveis ao conhecimento científico, o qual julgavam apropriado para alterar a natureza de acordo com as necessidades humanas, George Lukács entende que, desse favorecimento, os literatos naturalistas posicionavam a ação de descrever sobre a ação de narrar, porque observar criticamente era mais correto do que aceitar e participar dos regimentos da sociedade. À frente de uma abordagem meramente artística, os literatos naturalistas deviam assumir uma função social, uma vez que descrever, embora sem muita transparência, seria a finalidade dos homens do final do século XIX, de dominar a realidade, o seu ambiente. Isso em oposição à narração própria do Romantismo, que submetia todos os indivíduos à superioridade do ambiente (1965: 53).²¹

Todavia, enquanto o Naturalismo europeu se manteve em contato com a ciência racial monogenista, buscando denunciar tanto as contradições quanto a decadência da sociedade burguesa, o Naturalismo brasileiro, adaptado a uma outra realidade, não menos conflituosa, manteve-se em contato com a ciência racial poligenista — especialmente com o darwinismo social —, buscando entender as diferenças humanas. A influência de Émile Zola no “Naturalismo brasileiro é marcante e profunda, praticamente exclusiva [...]. Seu modelo foi seguido por vários autores brasileiros” (SILVA, 1999: 14). Contudo, no que toca à formação nacional, os pensamentos de Thomas Buckle e Hippolyte Taine tiveram um impacto muito maior sobre os grupos intelectuais brasileiros, visto que eles, “de regra, aceitavam o darwinismo social, em princípio, tentando apenas descobrir como aplicá-lo à situação nacional” (SKIDMORE, 1976: 70). Tanto que o Brasil se tornou, aos olhares dos *homens de ciência* nacionais e estrangeiros, e, ademais, dos literatos, um tipo de “laboratório racial” (SCHWARCZ, 2012: 22); não raras as vezes, esses olhares eram pessimistas, tanto em relação ao presente quanto ao futuro do Brasil.

²¹ Na particularidade da ação de descrever que o Naturalismo literário se diferenciava de sua origem, isto é, do Realismo. No primeiro, entendido como Realismo descritivo, a descrição da realidade deveria ser mimética, quer dizer, objetivamente idêntica. Já para o segundo, a descrição, antes de tudo, deveria esclarecer as contradições dos eventos sociais. Isso, segundo George Lukács (1965: 47/51-52), foi necessariamente o que diferenciou Émile Zola de Honoré de Balzac (1799–1850).

Se no Romantismo brasileiro predominou a imagem edênica do cruzamento entre o branco e o índio, pois o negro “estava em toda parte — nas fazendas, nos mercados, nas ruas das cidades, freqüentemente dentro dos próprios lares dos escritores” (GOMES, 1988: 3) — desse modo, era “impossível vê-lo como ‘exótico’ ou como emblema mítico ou patriótico” (GOMES, 1988: 3), na literatura pós-1870, ao trazê-lo às narrativas, a imagem que predominou foi a de degeneração, por influência do darwinismo social e de algumas outras teorias raciais. O negro surgiu como uma figura incômoda junto à temática da escravidão. Além disso, a partir da segunda metade do século XIX, falar sobre nação era também falar das raças e de suas cores. As representações do negro na literatura brasileira, determinadas pelo critério racial, não se libertaram dos *predicados marginais* (PROENÇA FILHO, 2004: 161).

A respeito das leituras dos principais pensadores da época, vindos da Europa e Estados Unidos, pelos grupos intelectuais brasileiros, Thomas E. Skidmore entende que eles liam os autores, de regra, “sem nenhum espírito crítico. E ficavam profundamente apreensivos” com as suas teses. Por mais, uns ainda as aceitavam tacitamente, e outros assumiam implicitamente suas possíveis validades. “Poucos, todavia, ousaram fazer face à tese básica da raça, antes de 1888” (1976: 13). Isso mostra que, para Thomas E. Skidmore, os grupos intelectuais brasileiros as aceitavam e as reproduziam sem “nenhuma originalidade”.

Lilia M. Schwarcz, em contraposição, entende que os grupos intelectuais brasileiros não só as importaram como adotaram de forma original (1993: 17), uma vez que “diferentes eram os modelos, diversas eram as decorrências teóricas” (1993: 18). Eles, ademais, encontravam-se nos incômodos limites que as teorias raciais lhes deixavam: “entre a aceitação das teorias estrangeiras — que condenavam o cruzamento racial — e a sua adaptação a um povo a essa altura já muito miscigenado” (1993: 18-19). No entanto, essa adaptação à realidade não ocorreu apenas por uma simples conveniência, porquanto tomar as teorias raciais ao *pé da letra* era, acima de tudo, condenar o Brasil ao fracasso, era admitir a inviabilidade do *projeto civilizador* (2012: 14). Outrossim, Lilia M. Schwarcz argumenta que:

O desafio de entender a vigência e a absorção das teorias raciais no Brasil não está [...] em procurar o uso ingênuo do modelo de fora e enquanto tal considerá-lo. Mais interessante é refletir sobre a originalidade do pensamento racial brasileiro que, em seu esforço de adaptação, atualizou o que combinava e descartou o que de certa forma era problemático para a construção de um

argumento racial no país [...] para uma questão constantemente levantada e poucas vezes respondida (1993: 19): *afinal, que país é este?*

Apesar dessa pequena discordância a respeito da importação e adaptação, ou não, das teorias raciais no Brasil, é admissível que os grupos intelectuais brasileiros tenham adaptado essas teorias — na prática de se apropriar e ressignificar — de acordo com a própria realidade. Porém, o Brasil *embranquecido*, tal como era esperado, desejado, não surgiria primeiramente da miscigenação, pois o imaginário da época ainda idealizava uma imagem do *branco puro*, quer seja por conta de uma possível “degeneração social e moral” do homem branco, quer seja pelas próprias teorias raciais não permitirem pensar inicialmente sobre essa possibilidade. É importante sublinhar que a tese do branqueamento (que será apresentada logo à frente) somente se tornou “bem-sucedida” no início do século XX (SCHWARCZ, 2012: 26), ainda que Thomas E. Skidmore assegure sobre uma certa popularidade já na década de 1880 (1976: 154).

1.3. O negro e a escravidão na literatura brasileira

Na literatura brasileira, em particular no Romantismo, o negro e a escravidão permaneceram invisíveis até, ao menos, a terceira geração. Ambos foram bem pouco notados (CASTILHO, 2004: 104; DUARTE, 2013: 146), uma vez que “social e economicamente ligado à sorte do escravo, nosso romântico sentiu indiscutível dificuldade em dar conta de presença tão incômoda qual fosse o negro, tão pouco [sic] propícia a idealizações, tão ameaçadora em seu silêncio reservado” (GOMES, 1988: 31). Tal invisibilidade pode ser elucidada porque o literato romântico se encontrava “em função dos senhores de escravos, ou dependeu do amparo das instituições escravocratas” (CASTILHO, 2004: 104). Além do mais, até a primeira metade “do século XIX, não havia nenhuma garantia de que o fim da escravidão no Brasil se daria em breve” (ALBUQUERQUE; FRAGA FILHO, 2006: 174). A única escravidão que deveria ser combatida, e somente no discurso, era a indígena. Já que, reafirmando:

O indianismo representa, no processo histórico da literatura brasileira, uma de suas etapas mais características [...]. Está longe de ser falso, conforme parece aos investigadores superficiais. É a manifestação de uma sociedade de senhores de terras, de regime de trabalho servil, em que apenas se esboça a classe intermediária. Nesse sentido, corresponde plenamente aos traços essenciais daquela sociedade (SODRÉ, 1969: 269).

Na temática indianista, do *bom selvagem*, “dentro da tendência romântica, aparece o negro, mas para contracenar com o índio. Porém, se o índio por natureza era corajoso e profundamente orgulhoso de sua independência, o negro era de índole escrava, humilde e resignado” (CASTILHO, 2004: 105). A invisibilidade ou a inexpressão do negro deixou de ser recorrente somente após a segunda metade do século XIX, visto que os literatos, sobretudo do Realismo, já em contato com algumas teorias filosóficas e científicas, começaram a tratar mais abertamente da temática da escravidão e, por consequência, do negro.

A escravidão se tornou um grande problema ao *projeto civilizador* e à ideia de nação, visto que, com a abolição, “daí por diante não haveria mais entraves ao desenvolvimento e ao progresso do país” (ALBUQUERQUE; FRAGA FILHO, 2006: 182). Nisso, diversos grupos intelectuais se mobilizaram para tratar dela e promover, assim, o Brasil no cenário internacional. Nota-se, ademais, que:

As representações identitárias são matizes de práticas sociais, guiando as ações e pautando as aparições de valor. Elas traduzem, pois, não apenas em performance de atores, mas em discursos e imagens, cumprindo alguns a função de verdadeiros ícones de sentido, altamente mobilizadores (PESAVENTO, 2003: 91).

Por três séculos, do XVI ao XVIII, a escravidão do negro foi justificada pela Igreja com o propósito de *libertar a alma* do africano de sua *barbárie inata* (COSTA, 2008: 13; SILVA; SILVA, 2010: 323), e pela Coroa portuguesa movimentando não somente a economia, mas os indivíduos que viviam em suas possessões, sem grandes problemas de consciência (COSTA, 2008: 13). Desde “o mais humilde dos homens, assim que dispunha de algum capital, comprava um escravo e passava a viver à custa do trabalho dele” (COSTA, 2008: 23). Desse modo, antes da primeira metade do século XIX não é possível falar de um movimento abolicionista: “aqui e lá um espírito mais independente publicava um ensaio sobre as vantagens do trabalho livre” (COSTA, 2008: 39). Entretanto, ou ele era ignorado, ou energicamente atacado.

Não é possível falar, também, de uma literatura abolicionista, não antes de 1860. Ano em que o “movimento [abolicionista] ganharia ímpeto nos principais centros urbanos do país” (COSTA, 2008: 39). Contudo, mesmo após esse momento, os escravizados ainda eram tratados ou com desgosto, ou com aparente *piedade* (CASTILHO, 2004: 104).

Ainda que baseado na solidariedade e na humanização dos escravizados — visíveis nos tratados jurídicos e políticos da Inglaterra, na poesia de Castro Alves, em *O navio negreiro* (1969), ou no romance de Bernardo Guimarães, em *A escrava Isaura* (1875), ou, por mais, nos artigos de folhetins —, embora já desconfiassem alguns poucos da benevolência de seus apelos, o discurso abolicionista, antes (e acima) de tudo:

Estava baseado na questão de trazer valores morais da Europa para o Brasil, dando a entender que o sistema escravocrata era a confirmação aos olhos do mundo de que estávamos um passo atrás no progresso. O processo emancipacionista nada tinha de humanitário, mas era de cunho evolutivo, uma forma de igualar valores sociais a padrões internacionais considerados avançados (SILVA; SILVA, 2010: 322).

Não somente aos literatos, mas, comumente, aos campos intelectual, político e econômico do século XIX, a escravidão e, conseqüentemente, a abolição surgiram como temáticas de importância ao futuro do Brasil enquanto nação. Todavia, o escravizado, elemento imaneente desse processo, até tomou posse de sua liberdade, mas não de sua parte, mesmo que legítima, na formação nacional. Nas poesias e nas prosas, a necessidade de se libertar da escravidão era enfatizada, apontando, sempre que conveniente, um e outro atributo do escravizado, mas sem jamais se esquecer da *inferioridade inata da raça negra* em relação à branca, à europeia (MAGALHÃES, 1973, apud FARIA, 2012: 161).

Assim sendo, o negro surgiu, enquanto temática literária, em dois tipos de categoria: a primeira, como objeto, numa visão distanciada, e a segunda, como sujeito, numa atitude compromissada. Tem-se, portanto, “literatura *sobre o negro*, de um lado, e literatura *do negro* de outro” (PROENÇA FILHO, 2004: 161). Como na literatura brasileira do século XIX o que predominou foi a *sobre o negro*, *O mulato*, aqui em questão, por mais que Aluísio Azevedo se colocasse como expectador atento, encontra-se sob um olhar distante. Nisso:

A visão distanciada configura-se em textos nos quais o negro ou o descendente de negro reconhecido como tal é personagem, ou em que aspectos ligados às vivências do negro na realidade histórico-cultural do Brasil se tornam assunto ou tema. Envolve, entretanto, procedimentos que, com poucas exceções, indiciam ideologias, atitudes e estereótipos da estética *branca* dominante (PROENÇA FILHO, 2004: 161).²²

²² A literatura *do negro* surgiu efetivamente apenas entre os anos de 1930 e 1940 (PROENÇA FILHO, 2004: 176).

Desse olhar distante, ao negro se destinou “um lugar menor na literatura brasileira. Na prosa, é um lugar muitas vezes inexpressivo, quase sempre de módigo coadjuvante ou, mais acentuadamente no caso dos homens, de vilão” (DUARTE, 2013: 146). À luz de David Brookshaw, em *Raça e cor na literatura brasileira* (1983), Domicio Proença Filho identificou seis representações comuns ao negro. São elas: de *nobre*, que vence pelas vias do embranquecimento, do sofrimento e da humilhação; de *vítima*, ainda mais quando escravizado; de *infantilizado*, como incapaz, em vista de sua condição animal; de *demônio*, que, por conta da escravidão, comporta-se incivilizadamente; de *perverso*, dado à erotização e à promiscuidade; e de *exilado da cultura branca e brasileira*, que se recusa aos benefícios da civilização.

Os excessos dessas representações, pouco a pouco naturalizadas, encontram-se no “fato de o negro estar presente muito mais como *tema* do que como *voz autoral*” (DUARTE, 2013: 146). Além disso, “os negros escravizados, libertos ou livres eram vistos como seres no limiar da humanidade, marcados pelos desígnios de Deus e pela racionalidade inferior, decorrente da adversa ecologia africana” (FARIA, 2012: 151).

No Realismo e Naturalismo brasileiro, “a presença de personagens negros foi abundante [...], mas a maioria dos escritores continuou a reforçar a imagem dos negros com estereótipos claramente racistas”. Comumente, a imagem que predominou no imaginário da época foi a do negro “como escravo imoral, demônio, ou resignado e fiel” (CASTILHO, 2004: 105-106). Ao tentar denunciar os males da escravidão, os literatos acabaram transformando seus trabalhos num dos principais meios de reprodução das imagens estereotipadas do negro e, não raras vezes, acreditava-se estar fazendo aquilo que era o correto (ou justo).

À medida que os estereótipos raciais ou étnicos são basicamente demonstrações de um pré-conceito a respeito de determinado grupo de indivíduos, antes mesmo da experiência (CASHMORE et al., 2000: 195), no final do século XIX, eles foram reforçados pelo darwinismo social e demais teorias raciais. Afirmando que a raça negra era “incapaz de contribuir positivamente para o desenvolvimento da nação” (BROOKSHAW, 1986, apud MELO JÚNIOR, 2007: 29). Para se desfazer dos problemas que a escravidão trazia ao Brasil, como *nação civilizada*, e/ou para escamotear a presença do negro no processo de formação nacional, foram essas as representações mais comuns, que predominaram na literatura brasileira do século XIX, perdurando até a metade do século XX (PROENÇA FILHO, 2004: 166).

O que garante poder de significação às palavras é a crença na legitimidade daqueles que as pronunciam, (re)produzindo (re)ações para além dos limites das próprias palavras (BOURDIEU, 2001: 14-15), mas não para além dos espaços sociais onde se (re)produzem, em práticas, como valor comum. Nesse sentido, enquanto parte do campo intelectual brasileiro, os literatos muito contribuíram com a significação negativa do negro, escravizado ou não, por meio de representações estereotipadas, que:

Enquanto forma de aprisionamento social e cultural, [...] petrifica as identidades em figurações de face única, ralas e carregadas de univocidade. Com isto, estabelece uma linha de continuidade entre construções propriamente literárias e um imaginário [...] eivado de preconceitos (DUARTE, 2013: 146).

O mais interessante é que, ademais das representações negativas, muito pouco, ou nada, foi produzido a respeito dos espaços sociais que o negro iria ocupar no pós-abolição, permanecendo à sombra nos discursos abolicionistas. Contudo, é importante lembrar que os literatos, e demais grupos intelectuais, encontravam-se sob a influência das teorias raciais, para as quais a civilidade de uma nação era determinada pelo número de indivíduos brancos que possuía. Senão, por qual motivo embranquecer a população brasileira? Para bem entender a questão desse parágrafo, é preciso entender o seguinte:

A tese do branqueamento baseava-se na presunção da superioridade branca, às vezes, pelo uso dos eufemismos raças “mais adiantadas” e “menos adiantadas” e pelo fato de ficar em aberto a questão de ser a inferioridade inata. À suposição inicial, juntavam-se mais duas. Primeiro — a população negra diminuía progressivamente em relação à branca por motivos que incluíam suposta taxa de natalidade mais baixa, a maior incidência de doenças e a desorganização social. Segundo — a miscigenação produzia “naturalmente” uma população mais clara, em parte porque o gene branco era mais forte e em parte porque as pessoas procurassem parceiros mais claros do que elas (SKIDMORE, 1976: 81).

Os grupos intelectuais, entre eles os literatos, não pretendiam somente pôr fim à escravidão no Brasil, como, nas entrelinhas de seus discursos, à população negra: inicialmente, pela supressão e, mais à frente, pela aceitação um tanto descrente da miscigenação. Isso porque “antes da abolição [...] era a instituição servil que estava em xeque, não a pessoa do negro escravizado, de forma que pouca atenção foi dada a este,

enquanto indivíduo ou quanto coletividade” (GOMES, 1988: 17). Dessa maneira, não existia, até então, lugar algum para o negro na nação brasileira.²³

* * *

A respeito do negro e da escravidão na literatura maranhense, de antemão, Manoel Martins explica que o campo intelectual foi construído à sombra da escravidão (2006: 89). Os literatos, enquanto parte desse campo, mantiveram uma relação de proximidade ou de dependência não somente com as elites tradicionais, que dela se favoreciam, mas com aqueles que formavam sua força de trabalho.

Nas primeiras décadas do século XIX, aproximadamente um terço da população do país era constituído de escravizados: “em algumas províncias, o contingente de cativos era mais representativo. No Maranhão, correspondia a mais da metade da população”. Diante disso, é possível ter uma dimensão da importância dada à escravidão. Justificava-se, principalmente, entre as elites tradicionais latifundiárias, que a mão de obra escrava era a única viável até aquele momento (FARIA, 2004: 82). Contudo, ela não era presente somente nos latifúndios, mas no próprio cotidiano da população maranhense. Por exemplo, era comum o emprego da mão de obra escrava na cidade de São Luís.

Em *O negro na literatura maranhense*, Luzia Navas-Toríbio apresenta como o negro foi pensado e representado na literatura produzida no Maranhão. Para isso, ela organizou um amplo levantamento histórico e bibliográfico, compreendendo desde os primeiros viajantes que passaram pela província, por volta de 1612, até o escritor modernista Josué Montello, no século XX. Ademais, uma das ideias que ela defende é que, independentemente de como o negro foi representado, os literatos maranhenses do século XIX tinham o compromisso de denunciar os maus-tratos vividos pelos escravizados, com um propósito *fundamentalmente* humanista e abolicionista.²⁴

²³ Obs. 1: não se contesta aqui a existência de indivíduos comprometidos e, de fato, apiedados com a situação do negro no Brasil. Por exemplo, relevante, tem-se o jornalista e literato romântico Luís Gama (1830–1882), o advogado dos cativos. Contudo, isso não era uma regra, mas sim exceção. Obs. 2: com a abolição da escravatura, em 13 de maio de 1888, a elite cafeeira, nota-se, preferiu empregar o imigrante europeu, pois, entre as elites tradicionais, acreditava-se que aos brasileiros livres, constituídos em sua maioria por negros e mulatos, incumbiam somente os trabalhos mais pesados, além de não serem dignos de confiança (SKIDMORE, 1976: 156). As representações mais comuns, sobretudo, dos negros libertos, “eram marcadas por dois aspectos apresentados juntos ou isolados: a inutilidade e a periculosidade. Como estavam fora da grande lavoura ou dela participavam de forma marginal, suas estratégias de sobrevivência eram vistas como inúteis e perigosas à economia e à sociedade” (FARIA, 2012: 218-219).

²⁴ De acordo com Luzia Navas-Toríbio, isso é observável em Odorico Mendes, quando ele escreveu seu primeiro soneto após presenciar, aos 13 anos de idade, o castigo público de um escravo no pelourinho do Largo do Carmo: *Despido em praça pública, amarrado, / Jaz o mísero escravo delinquente: / Negro gigante de*

Ainda, Luzia Navas-Toríbio, valendo-se de constantes adjetivações, apresenta uma imagem um tanto virtuosa desses literatos, principalmente dos românticos. Mesmo reconhecendo que, no século XIX, eles se preocuparam mais em reprovar e/ou denunciar os castigos em locais públicos do que propriamente a instituição servil (1990: 39). E isso é perceptível quando ela menciona a educadora e literata romântica Maria Firmina dos Reis como uma mulher brasileira abolicionista e antirracista que corajosamente publicou o romance *Úrsula*, em 1859, numa sociedade conservadora (1990: 24). Para Gonçalves Dias e Trajano Galvão (1830–1864), por mais, ela atribui um caráter quase *profético* ao entender que, para além do indianismo, ambos defendiam a *natureza humana* do negro (1990: 35). Em suma, do caráter humanitário enquanto tradição literária do Maranhão, Luzia Navas-Toríbio aponta para uma origem e uma formação intelectual, antes benevolente, do discurso abolicionista maranhense.

Sempre existirá uma margem para erros ao se pensar uma realidade através de generalizações. Especialmente quando a intenção é situar o leitor. Portanto, não é inadmissível considerar que alguns literatos maranhenses do século XIX tenham sido, de fato, abolicionistas. Entretanto, tomar isso necessariamente do ponto de vista da benevolência é, no mínimo, empobrecer o significado histórico das lutas de representações, porque, enquanto força criadora e organizadora do mundo social:

A representação que os indivíduos e os grupos fornecem inevitavelmente através de suas práticas e de suas propriedades faz parte integrante de sua realidade social. Uma classe é definida tanto por seu ser-percebido quanto por seu ser, por seu consumo — que não precisa ser ostentador para ser simbólico — quanto por sua posição nas relações de produção (BOURDIER, 1979, apud CHARTIER, 2002: 177).

É muito importante se manter atento, porque a representação não está distante do real e nem do social. Outrossim, tendo força própria, ela pretende convencer que o mundo, a sociedade ou o passado é o que ela diz que é (CHARTIER, 2011: 23).

Quer seja o agente, as representações do negro (e da escravidão também) possuíam um público específico, e este não era constituído de escravizados. O etnólogo

ânimo inclemente / Na mão tem o azorrague levantado. / A rir em torno, um bando encarniçado / Ao verdugo promete um bom presente, / Sem com braço mais duro ao padecente / Rasgando for o corpo ensanguentado. / Homens, não vos assiste a menor pena / Dos sentidos seus ais, d'angústia sua? / Rides, perversos, desta horrível cena!... / A sua obrigação, oh gente crua, / Faz o reto juiz quando condena; / Tu, deplorado o réu, cumpres a tua (LEAL, 1873: 9). Outras referências: A crioula (poesia, de 1853), de Trajano Galvão; e A escrava (conto, de 1887), de Maria Firmina dos Reis.

brasileiro Arthur Ramos (1903–1949) adverte, ao analisar o romance *Uncle Tom's cabin*, da estadunidense Harriet Beecher Stowe, e as *poesias libertárias* de Castro Alves, em oposição a uma crítica mais preocupada em construir uma memória nacional e anacrônica do que problematizar a tradição literária do cânone brasileiro, que as representações do século XIX:

Não são dramas negros, e sim negróides. Correspondem, em sentido, à imensa choradeira indianista sem significação humana. Este ciclo “negróide” é a expressão de um romanticismo de mistificação, ocultando as verdadeiras faces do problema sob as capas de um sentimentalismo doentio, sadomasoquista, onde a piedade exaltada era, na realidade, a contraparte, o outro pólo de um sadismo negricida, sem precedentes (RAMOS, 2007: 730).

Por fim, Arthur Ramos adverte, ainda, que as representações, entendidas como benevolentes e antirracistas, na prosa ou na poesia, “apenas despertam um vago sentimento de piedade para uma raça, que uma falsa lógica considerou inferior” (RAMOS, 2007: 730). Ele não deixa claro qual seria essa falsa lógica. No entanto, é possível considerar duas manifestações presentes no pensamento racial do século XIX: a *Maldição de Cam* e as teorias raciais.²⁵

1.4. O público comum e a crítica literária no século XIX

Ao escrever um livro, o indivíduo está incorporando a função de produtor cultural. Além disso, também está construindo — em práticas — representações que significam e organizam o mundo social. Porém, dentro de uma cultura letrada, os indivíduos receptores são tão significativos quanto os produtores; uma prática cultural não é constituída apenas no momento da produção, ela é igualmente constituída no momento da recepção. O indivíduo receptor, enquanto leitor, está produzindo cultura durante a prática de leitura ao se apropriar das representações presentes no livro e, aliás, ao ressignificá-las (BARROS, 2005: 4). A prática de leitura de um livro produz práticas

²⁵ A *Maldição de Cam* é uma narrativa de origem judaico-cristã localizada no *Gênesis*, capítulos XIX e XX. Ela foi muito utilizada durante o período colonial e até o final do século XIX para explicar e legitimar a condição escrava dos povos africanos. Basicamente, essa narrativa se baseava na presunção de que todos os africanos descendiam de Cam, o filho amaldiçoado de Noé, e que a cor escura da pele era um sinal incontornável dessa descendência *maldita*. Sugestões de leitura: MACEDO, José R. *Os filhos de Cam: a África e o saber enciclopédico medieval*. PINAR, William F. *O corpo do pai e a raça do filho: Noé, Schreber e a maldição do pacto*.

criadoras, podendo produzir práticas sociais (BARROS, 2005: 11) que são tão significativas quanto a própria escritura de um livro (BARROS, 2005: 4).²⁶

Diante disso, antes de seguir para o segundo capítulo, é importante trazer algumas questões que inquietam. Sabe-se que no século XIX o número de analfabetos era considerável. Então, eram os letrados uma ilha num mar de analfabetos? Como, ao tratar do Brasil enquanto nação, a literatura chegou à maioria da população? Ou não era relevante chegar até um público *desprovido de cultura* e anônimo? Ademais, qual era o lugar da crítica literária no século XIX? Pois pouco livros se publicavam e ainda menos se liam (LAJOLO; ZILBERMAN, 1991, apud MOYSÉS, 1995: 58).

Antes de tudo, e brevemente, apesar da presença da família real, a partir de 1808, ter possibilitado o surgimento de uma imprensa nacional, com a criação da Imprensa Régia, assim como a criação de casas de prelo e da Real Biblioteca Nacional, no Rio de Janeiro, em 1810, durante o Primeiro e o Segundo Reinados “estavam ausentes todos os elementos necessários para originar uma experiência moderna de opinião pública” (PAIXÃO, 2011: 98). Esses elementos seriam, em sua ausência, ou, melhor, em sua carência, os capitais econômico e cultural: assim, não mais se tinha que opiniões dispersas entre a maioria da população. No século XIX, “o projeto de uma sociedade letrada, a valorização da leitura como sinal de instrução e como forma de socialização [...] são valores que percorrem essa sociedade” (MOYSÉS, 1995: 57), mas sem grandes efeitos.

Nos projetos direcionados à reforma e à modernização do Brasil, Joaquim Nabuco, André Rebouças e Alfredo Taunay já traziam a ideia do Estado Imperial se responsabilizar pela alfabetização da população, para além da profunda segregação social e racial. Porém, essa ideia passou bem longe de se tornar uma realidade. Muitos brasileiros, que formavam uma massa de despossuídos, permaneceram à margem da alfabetização, sobretudo os negros (MOYSÉS, 1995: 58). Estes últimos, ainda mais se fossem escravos. A educação do escravo era proibida no Brasil (MATTOSO, 1982/2001, apud OLIVEIRA, 2006: 51). Os senhores de terras e de escravos, ou mesmo os pequenos proprietários, que à margem da lei insistiam na alfabetização de seus escravos, não eram bem-vistos entre as elites tradicionais.

Se dada a carência de capital econômico e cultural “não podemos falar de manifestação de uma opinião pública no Brasil, no século XIX, [...] podemos falar sim em

²⁶ Roger Chartier esclarece que “a leitura não é somente uma operação abstrata de intelectção: é pôr em jogo o corpo, é inscrição num espaço, relação consigo ou com o outro” (1991: 181).

um público consumidor de literatura constituindo-se nesse momento e [além] dos círculos dirigentes” (PAIXÃO, 2011: 99), ainda que modesto. É possível observar dois tipos de públicos e duas formas de consumo da literatura: o *público comum*, constituído por leitores das camadas mais pobres, que, instruídos inadequadamente, ou liam diretamente os textos ou os consumiam através da oralidade; e a *crítica literária*, constituída por intelectuais, não raras vezes ligados às elites tradicionais.²⁷

A leitura não trazia “muita distinção ao leitor do século XIX, como também escrever não elevava rapidamente o escritor à categoria de consagrado” (SALES, 2011: 74). Assim, inicialmente, persistia um certo alarme do pequeno *público comum* com a literatura, ainda mais com a prosa, entendida como perigosa, porque faz com que se perca um tempo precioso, corrompendo o gosto e apresentando ações moralmente condenáveis (ABREU, 2003, apud SALES, 2011: 76). Apesar disso, ainda que com alarme, o *público comum* consumiu, ao menos, os trabalhos dos literatos *mais conceituados* da época.

Os literatos brasileiros, pode-se dizer, desejaram à poesia e à prosa, especialmente nas últimas décadas do século XIX, um destino mais popular. O acesso à literatura era possível “a qualquer um que pudesse ler ou ouvir, sem que para isso fosse exigido um conjunto de conhecimentos prévios” (ABREU, 2003, apud SALES, 2011: 76). Permitindo à população tomar conhecimento de alguns eventos nacionais, e até mesmo de algumas ideias importadas que aos poucos se consolidavam no Brasil.²⁸

O mais interessante é que, entre escrever e ler, a oralidade assumiu um papel muito importante. Ela, como processo comunicativo anterior à cultura escrita, também permitiu ao *público comum* a leitura artística do mundo social (MOYSÉS, 1995: 58). Independente do caráter desinteressado do indivíduo, através da oralidade era possível acessar o assunto do qual tratava a literatura. Não que a intenção dos literatos fosse difundir a literatura através da oralidade, mas a escrita é destinada tanto ao olho como ao ouvido (CHARTIER, 1991: 182). E “é assim que no interior desse mundo letrado persistem modos de ser, na leitura, arraigados a valores e representações da oralidade” (MOYSÉS, 1995:

²⁷ Todo conceito, por pretender uma explicação, traz consigo uma generalização que ou exclui ou oculta as singularidades de um processo ou objeto. Ao falar de *público comum*, é óbvio que estou a falar do leitor que consumia literatura sem grandes compromissos, para além do próprio entretenimento, ou mesmo coletivo. É certo que entre o *público comum* existiam diferenças nos níveis de instrução e no acesso a esta. Assim, ao generalizar o *público comum*, estou apenas a diferenciando daqueles que faziam uma leitura mais profissional da literatura, ou seja, da *crítica literária*.

²⁸ A leitura, desinteressada ou não, pode ocorrer de maneira individual ou coletiva, uma vez que um letrado pode ler um livro para uma multidão de analfabetos. Contudo, é importante notar “que o seu conteúdo poderá ser imposto ou rediscutido” (BARROS, 2005: 11).

58). Em suma, a oralidade permitiu, no século XIX, o acesso à literatura, sem que com isso a obscurecesse ou a empobrecesse.

Por sua vez, a *crítica literária* surgiu da necessidade de se legitimar o cânone nacional, sendo marcada inicialmente pela carência de critérios próprios para uma leitura especializada (CARDOSO, 2004: 122). A princípio, com a *crítica louvaminheira*, sua finalidade era delimitar e pontuar o que deveria ou não ser um símbolo nacional, voltando-se só às formas e às temáticas literárias. Durante a primeira metade do século XIX, a atividade intelectual voltada a uma crítica mais séria (ou densa), além de escassa, encontrou uma forte resistência interna, porque:

No Brasil, com raras exceções, as fortes resistências ao pensamento crítico foram tranqüilas como um amanhecer preguiçoso em época de férias. São fortes resistências porque o pensamento crítico brasileiro foi mantido, por muito tempo, em um estado embrionário, abandonado à própria sorte. Portanto, um período cinzento marca a nossa formação intelectual, sem nenhuma gota de sangue derramada. Éramos órfãos de nós mesmos, tivemos de aprender a caminhar tropeçando em teorias européias, catalogando escritores nacionais e lendo ou escrevendo artigos para um público seletivo: ou era para nossos próprios amigos ou era para satisfazer nossas próprias veleidades intelectuais (CARDOSO, 2004: 119).

Contudo, no decorrer do século XIX, já na segunda metade, a *crítica literária* brasileira apresentou duas propostas que, em si, eram contrárias, mas que pretendiam melhorar os critérios de avaliação. Assim sendo, antes voltada apenas para uma leitura subjetiva e carente, com uma exaltação apoteótica dos símbolos nacionais (CANDIDO, 1999: 59), ela passou a se basear, num primeiro momento, no conhecimento objetivo da ciência positivista. Buscando, com isso, contrapor-se ao Romantismo, em acordo com a escola literária realista.

Antonio Candido explica que essa forma de crítica, conhecida como *crítica biográfica*, tinha como propósito suprimir as impressões pessoais a favor de um rigor cientificamente imparcial. Assim, existiam duas críticas: “a *qualitativa*, refletindo a opinião pessoal, e a *quantitativa*, científica, baseada no conhecimento dos fatores externos e, portanto, capaz de alcançar a verdade, pelo conhecimento do determinismo” (1999: 59).

Já num segundo momento, tem-se a *crítica impressionista*, correspondendo à *Belle Époque*, entre os anos de 1871 e 1914. Nela, negava-se “qualquer possibilidade de estudar objetivamente o objeto literário, concebendo-o apenas como elemento possibilitador de

fruição, de acordo com as idiossincrasias do crítico” (FARIAS, 2009: 235). Sua finalidade era contestar o determinismo da *crítica biográfica* e sua busca científica pela verdade. Nas palavras do ensaísta e crítico brasileiro Afrânio Coutinho (1911-2000), o Impressionismo:

Como fenômeno literário, dá-se no seio do Realismo-Naturalismo, de que ele é um produto. Em verdade, o Impressionismo é uma forma do Realismo, resultante de sua transformação por efeito das variações estéticas e culturais do fim do século e da reação idealista. É o produto da fusão de elementos simbolistas e realístico-naturalistas. A reprodução da realidade, de maneira impessoal, objetiva, exata, minuciosa, constituía a norma realista; para o impressionista, a realidade ainda persiste como foco de interesse, mas, ao contrário, o que pretende é registrar a impressão que a realidade provoca no espírito do artista, no momento mesmo em que se dá a impressão. O mais importante no Impressionismo é o instantâneo e único, tal como aparece ao olho do observador. Não é o objeto, mas as sensações e emoções que ele desperta, num dado instante, no espírito do observador, que é por ele reproduzido caprichosa e vagamente. Não se trata de apresentar o objeto tal como visto, mas como é visto e sentido num dado momento (1990: 223).

A *crítica impressionista* não substituiu a *crítica biográfica*. Ambas as formas coexistiram. Além disso, na passagem do século XIX para o XX, elas coexistiram ainda com a *crítica marxista* e, mais à frente, com a *crítica formalista* e a *nova crítica*.

Entretanto, o que interessa é a forma como a *crítica impressionista* se seguiu ao *público comum*. Ou melhor, à parte alfabetizada desse público, pois a *crítica biográfica* exigia um nível considerável de erudição, sendo necessário se investigar a vida dos literatos, segui-los na intimidade, observando seus hábitos cotidianos e costumes do dia a dia. Tanto que, em vista disso, confundiu-se por muito tempo o literato, função social e extralinguística, com o narrador, função unicamente linguística (BRUNEL, 1988, apud TELES, 2009: 200). Outrossim, era necessário dominar inúmeras classificações e normas, algo que, para o leitor do *público comum*, era impraticável, ou mesmo inútil.

A *crítica impressionista* recusou todos esses critérios. Porém, isso gerou e difundiu uma falsa ideia de que cada um podia ler uma obra da maneira que julgava mais conveniente; assim, uma obra teria “inúmeras leituras possíveis, quantas fossem possíveis aos espíritos mais diversos em contato com ela” (TELES, 2009: 204). A leitura impressionista se baseava nas impressões que o leitor tinha em contato com a obra. No entanto, era necessário, ainda, zelar pelo compromisso técnico (no caso da leitura profissional), evitando-se, logo, os sentimentos que a obra poderia provocar.

Para Antonio Candido, o Impressionismo, na sua forma crítica, é confundido com “a leviandade e a preguiça”, mas ele “só é autêntico se o crítico for erudito e inteligente

como um especialista, sem perder ao mesmo tempo a confiança nas próprias reações” (1999: 60). Com outra perspectiva, para Afrânio Coutinho, o surgimento da *crítica impressionista* fez com que os críticos e os demais leitores do século XIX buscassem apenas por entretenimento, numa leitura desinteressada. Contudo — segundo ele —, isso também se devia à herança portuguesa na literatura brasileira, sendo “feita por uma classe para divertimento dessa mesma classe, levando-se em conta o enorme abismo que separa a elite e o povo no Brasil, elite cultivada, e dona da vida, povo distante, analfabeto e deserdado” (1986: 37).

Ainda que dada a uma carência econômica e intelectual, interessante é, enfim, notar que o *público comum* buscou consumir a literatura, quer seja pela leitura direta dos textos quer seja pela oralidade. Admitindo-se hipotetizar que a literatura era uma das formas de inserção na vida nacional, ou, ao menos, em alguns de seus principais acontecimentos.

CAPÍTULO 2

Caminhos de uma vivência

Aluísio Azevedo é no Brasil talvez o único escritor que ganha o pão exclusivamente à custa da sua pena, mas note-se que apenas ganha o pão: as letras no Brasil ainda não dão para a manteiga.

Vicente Magalhães
A literatura brasileira

2.1. Percursos e usos da biografia na História

Neste capítulo, apresentarei uma breve biografia de Aluísio Azevedo. Basicamente, os anos que compreendem de seu nascimento à publicação d'*O mulato*.²⁹

Assim sendo, longe de fugir ao propósito deste capítulo, tendo em vista as dificuldades impostas às pesquisas que tratam de determinada obra, Lilia M. Schwarcz aponta três problemas comuns à biografia de dado autor. Em primeiro, é fácil ceder à “tentação de tentar dar unicidade e ‘inventar’ trajetórias contínuas”, as quais, “por sinal, insistem em não se comportar como prevíamos ou gostaríamos que se conduzissem”. Em segundo:

Ainda muito marcados por uma *histoire evenementielle*, ora selecionamos personagens proeminentes ora tentamos transformá-los em figuras de proa. Ou seja, buscamos conferir evidência a sujeitos que em seu contexto possuíram pouco destaque, como se a importância de uma pesquisa estivesse limitada ao registro e constatação da proeminência [da obra selecionada] (2013: 52).

²⁹ Nas Ciências Humanas e Sociais, há quem faça distinções entre biografia e trajetória de vida. Em suma, a primeira “trata da interpretação subjetiva da trajetória da própria vida de uma pessoa. A biografia não apenas inclui o local dos acontecimentos, mas também a sua opinião, os motivos, planos para o futuro, assim como a percepção/interpretação do passado. As biografias são sempre seletivas, e uma das consequências é que temos mais do que uma biografia” (BORN, 2001: 243). Já a segunda é “descrita como um conjunto de eventos que fundamentam a vida de uma pessoa. Normalmente é determinada pela frequência dos acontecimentos, pela duração e localização dessas existências ao longo de uma vida. O curso de uma vida adquire sua estrutura pela localização desses acontecimentos e pelos estágios do tempo biográfico” (BORN, 2001: 241). Entretanto, considera-se aqui que essa distinção é desnecessária, ao menos para a História, pois toda biografia traz consigo a trajetória de vida do indivíduo; é impensável qualquer biografia sem tomá-la como referência. O problema, então, encontra-se na sua produção. A biografia, bem como Cláudia Born apresenta, diz respeito a uma narrativa de caráter memorialista, elaborada comumente por amadores e, via de regra, sua única finalidade é enaltecer e vender a imagem de algum indivíduo já célebre. Enquanto a trajetória de vida, que não deixa de ser uma biografia, constitui-se numa narrativa cientificamente conduzida.

E por último:

Com relativa angústia, mas com o intento de “defender” nossas “obras”, acabamos por criar heróis — paladinos em sua coerência — e poucas vezes nos contentamos em deixar brotar ambivalências tão próprias às vidas dos outros, que são também nossas. O resultado, muitas vezes, é a construção de biografias que se comportam quase que como destinos; ou verdadeiros tribunais de defesa (2013: 52).

Lilia M. Schwarcz não aponta esses três problemas, ao que parece, apenas aos trabalhos puramente biográficos, isto é, aos trabalhos que tratam mais da vida que da obra de determinado indivíduo, pois, independentemente de seu descrédito, as “biografias continuam a constar no cardápio básico do historiador”. É oportuno observar que a História e a biografia têm vínculos próximos. A biografia “nasceu de tal maneira colada à historiografia do século XIX que, a princípio, nem ao menos recebeu nome ou alcunha” (2013: 54). Afinal, a biografia era, senão, parte constitutiva da própria História. Se se pensar em “seu sentido lato, de escrito que tem por objeto a história de uma vida particular”, é possível ver que a biografia está vinculada ao “próprio surgimento da História como forma de conhecimento do mundo” (SCHMIDT, 2003: 58). Satisfaz, por exemplo, examinar as epopeias e os demais registros mitográficos da Antiguidade Clássica.

Na passagem do século XVIII para o XIX, os historiadores consideravam de grande relevância à História “estudar os motivos e as paixões” que conduziam as ações humanas e “apresentar heróis de alto relevo” (COSTA, 2010: 21). Isso porque era ela própria, aliás, a *Magistra Vitae*. A biografia seria, então, a forma mais adequada de expressão; é necessário notar que a biografia teve um papel fundamental na formação e na divulgação da ideia de nação. Além disso, as biografias “acompanhavam um regime de historicidade que buscava, no passado, exemplos, positivos ou negativos, para as ações tomadas no presente” (SCHMIDT, 2003: 58). Porém, a partir da segunda metade do século XIX, quando a História foi elevada à categoria de ciência, quando “os avanços da metodologia histórica se tornaram mais exigentes, cuidadosos e severos”, os historiadores passaram a contestar “a identificação da biografia com a história” (COSTA, 2010: 21), pois ela era uma forma

narrativa que mais se parecia com a literatura. E enquanto ciência, não interessava à História qualquer influência artística.³⁰

No final do século XIX, o regime de historicidade não mais seria o mesmo que antes. A História não mais se apresentava — ou, ao menos, não mais deveria se apresentar — como uma *Magistra Vitae*. Diante do entendimento futurista de progresso e do individualismo do *eu* que marcavam o período, não mais caberia a ela “oferecer exemplos para o presente, mas, ao contrário, projetar o futuro” (SCHMIDT, 2003: 60). No entanto, isso não significou o fim da biografia em face da História científica e nem significou, também, o fim da historiografia política baseada em grandes nomes, uma vez que “as modificações de caráter profissionalizante na historiografia motivaram” somente a troca da forma narrativa “de celebração [da biografia encantada] por uma crítica [da biografia desencantada]” (COSTA, 2010: 22). Segundo Marly da S. Motta, a biografia, e sua narrativa *evenementielle*, continuou sendo “a plataforma apropriada para o culto dos heróis” na História (apud COSTA, 2010: 22). Nota-se que essa narrativa consistia necessariamente num relato harmônico linear e factual, no qual se registravam os acontecimentos principais na vida do biografado, percorrendo desde seu nascimento até a morte.³¹

Nas primeiras décadas do século XX, o regime de historicidade permaneceu inalterado. Mas “a História do mundo” não mais seria a “dos grandes homens” (SCHMIDT, 2003: 60). Em 1929, com o surgimento da Escola dos Annales, na França, uma parte considerável dos historiadores defendeu a criação de uma *história problema*, reivindicando-se uma *história total* interessada em todos os aspectos da ação humana (COSTA, 2010: 23). Nisso, “a história política tradicional, centrada na atuação dos grandes homens”, foi *praticamente* abandonada (COSTA, 2010: 22). De acordo com Alexandre de Sá Avelar:

³⁰ Segundo François Hartog (1997, apud SCHMIDT, 2003: 60), o regime de historicidade “não é uma entidade metafísica, vinda do céu, mas um plano de pensamento de longa duração, uma respiração, uma rítmica, uma ordem do tempo, que permite e proíbe pensar certas coisas. Contestado tão logo de sua instauração, um regime de historicidade reformula, ‘recicla’ os elementos anteriores da relação tempo, a fim de fazer com que ele diga outra coisa, de outra maneira [...]. Um regime, finalmente, jamais existe em estado puro”.

³¹ Esse tipo de biografia, que décadas à frente retornaria ao centro dos debates acadêmicos, é entendida por Pierre Bourdieu, em *As regras da arte*, como uma “ilusão retrospectiva de coerência reconstruída”, porque, segundo ele, a biografia é um produto artístico que surge no “campo de poder” da literatura. Nesse sentido, sua narrativa teria por função provocar no leitor uma falsa coerência de progresso temporal. Ainda, Pierre Bourdieu define o “campo de poder” como “o espaço das relações de força entre agentes ou instituições que têm em comum possuir o capital necessário para ocupar posições dominantes nos diferentes campos”, sobretudo, econômico ou cultural (1996: 244). Basicamente, o “campo de poder” é um espaço no qual se busca ou a conservação ou a transformação dos valores simbólicos dos capitais acumulados.

Apenas as dimensões estruturais de longa duração seriam capazes de recuperar os grandes movimentos das sociedades em suas regularidades e permanências, escapando à superficialidade dos fatos. Nesta perspectiva, o domínio econômico-social era o eixo de observação predileto dos historiadores, preocupados em desvendar o mundo histórico em sua processualidade. A História política, rica em acontecimentos e apresentada por meio de uma narrativa linear, deveria ser sepultada de uma vez por todas (2010: 158).

Em 1942, Lucien Febvre, da primeira geração dos Annales, publicou um trabalho até hoje inquietante: *O problema da incredulidade no século XVI. A religião de Rebelais*. Da trajetória do renascentista francês François Rebelais (1494–1553), problematizou-se a estrutura religiosa do século XVI, principalmente a possibilidade ou não do ateísmo no período. O individual, o particular, da vida de François Rebelais somente interessava a Lucien Febvre quando trazia consigo algo relacionado ao universal, ao geral, numa longa duração. O indivíduo, enquanto sujeito histórico, teria como papel “ilustrar/refletir uma estrutura”. Do “estabelecimento da análise macroestrutural da sociedade e dos quadros explicativos subjacentes”, o detalhamento biográfico seria só o ponto de partida da investigação, “com fins de ilustração da realidade mais ampla” (AVELAR, 2010: 160). Entretanto, “da refração da biografia enquanto história política e da narrativa memorialística a ela associada, a Escola dos Annales [ainda assim] produziu, durante a primeira metade do século XX, estudos biográficos inspirados em personagens históricos” (COSTA, 2010: 23).

Os trabalhos produzidos a partir de trajetórias individuais apenas cessaram na Era Braudel. Isso pois os historiadores dos Annales rejeitaram, em grande maioria, quaisquer possibilidades da produção de estudos biográficos, em defesa “dos enfoques macroestruturais totalizantes” (COSTA, 2010: 23), condicionando os indivíduos, portanto, à categoria de meros coadjuvantes do mundo social. Durante toda a Era Braudel, os estudos biográficos foram desqualificados enquanto “gênero menor, mais próximo do anedótico e do antiquarismo dos amadores” (SCHMIDT, 2003: 61). Esse entendimento continuou a ser reforçado ao longo de toda a segunda geração dos Annales.³²

³² Obs. 1: a Era Braudel, ou a segunda geração da Escola dos Annales, corresponde ao período que o historiador francês Fernand Braudel (1902–1985) permaneceu na direção da Revista dos Annales, entre os anos de 1956 e 1972, após o falecimento de Lucien Febvre. Nisso, a História serial e quantitativa ganhou uma enorme importância, inicialmente na História Econômica e, depois, na História Social. Valorizando o caráter numérico dos documentos. Ademais, Fernand Braudel integrou as três temporalidades da História, ou o tempo das estruturas, em sua prestigiada tese *O mediterrâneo e o mundo mediterrânico na época de Felipe II* (1923–1949/1949–1966). Obs. 2: apesar da aparente severidade da segunda geração, a Escola dos

Na segunda metade do século XX, em consequência das Grandes Guerras Mundiais, o regime de historicidade moderno foi rigorosamente criticado. E, contra a projeção do futuro pelo passado e sua ideia de progresso, surgiu o presentismo. Dele, afirmava-se “o presente como único tempo possível” (SCHMIDT, 2003: 61). Além disso, somavam-se as críticas às meta-narrativas e ao estruturalismo de Claude Lévi-Strauss (1908–2009), dominante nas mais diversas ciências. Portanto:

A partir do final dos anos 1960, diversas críticas a esta ambição totalizadora pretenderam recuperar a feição humana dos processos históricos. A biografia suscitou preocupações com trabalhos de pesquisa mais rigorosos, capazes de demonstrar as tensões existentes entre a ação humana e as estruturas sociais, colocando o personagem e seu meio numa relação dialética e assegurando à História o caráter de um processo com o sujeito (AVELAR, 2010: 158).

Aos integrantes dos *Annales*, na condição de herdeiros e de representantes da *história problema*, não interessava qualquer retorno à historiografia factual, muito menos da biografia. Contudo, ao invés de negar ou desconstruir essa possibilidade, apresentaram-se novos horizontes de expectativas com o saber e o fazer da História. Nisso, “o mal-estar inicial provocado pela irrupção da biografia foi, aos poucos, sendo dissipado e o estudo de trajetórias individuais passou a ser incorporado ao modelo macroestrutural” (AVELAR, 2010: 159). Assumiu-se, desde então, a importância e validade de se historicizar e problematizar a trajetória de vida de qualquer indivíduo, desde que ela estivesse “nos marcos permitidos pela sua época e seu meio social”. Porém, ao indivíduo ainda caberia somente o papel de ilustrar/refletir uma estrutura, e não de ser o problema do historiador (AVELAR, 2010: 159-160).

Na historiografia italiana, Carlo Ginzburg repensou sobre o uso da biografia na História e nas demais Ciências Humanas e Sociais da década de 1970 a partir do que se pode chamar de marxismo pós-estruturalista. Ao tratar da trajetória de vida de um moleiro perseguido e morto pelos tribunais da Inquisição, em *O queijo e os vermes* (1976), o individual não interessava à pesquisa, e sim a imersão social e a cultura popular da época; entretanto, sem recorrer à História quantitativa. Para ele, o problema das

Annales “nunca constituíra uma escola no sentido estrito, isto é, um modelo de pensamento fechado em si mesmo. Ao contrário. A senha de entrada é a paixão pela história, nada mais” (BRAUDEL, 1990/1992: 30). O historiador francês Georges Duby (1919–1996), integrante memorável da segunda geração dos *Annales*, talvez seja um exemplo adequado para a citação de Fernand Braudel, com a trajetória individual *Guilherme Marechal ou o melhor cavaleiro do Mundo* (1984). Nota-se que, isso, sem se distanciar da proposta macroestrutural.

pesquisas quantitativas não é “por serem pouco afeitas à elite e sim por [...] serem demais” (2006: 22). O mais notável nesse trabalho é que, em oposição à proposta macroestrutural dos *Annales*, mesmo que o individual também se constitua apenas num ponto de partida da investigação, o indivíduo não é tratado unilateralmente através de conceitos totalizantes, como o de classe ou estamento, civilização, mentalidade etc. Isso porque os conceitos aplicados aos documentos “não são coisas, e sim hipóteses” (GAUDÊNCIO, 2007: 230).

Ainda a respeito da biografia, é necessário observar que ela foi igualmente uma das principais inquietações de Pierre Bourdieu na Sociologia francesa. Um dos problemas do uso da biografia nas Ciências Humanas e Sociais encontra-se, para ele, na linearidade e na harmonia cronológica dos eventos, uma vez que, para o *sensu comum*, há um alinhamento harmônico entre os acontecimentos históricos e as ações humanas, seguido de uma ordem lógica e pré-determinada — a qual ele atribui uma influência *sartriana* — que escamoteia as estruturas e, conseqüentemente, as relações de poder. Assim:

Produzir uma história de vida, tratar a vida com uma história, isto é, como o relato coerente de uma seqüência de acontecimentos com significado e direção, talvez seja conformar-se com uma ilusão retórica, uma representação comum da existência que toda uma tradição literária não deixou e não deixa de reforçar (BOURDIEU, 1995: 184).

Essa crítica de Pierre Bourdieu se deu num momento em que a biografia reaparecia como tendência para além do espaço acadêmico, como um gênero narrativo independente, na década de 1980. Nota-se, ainda, que até bem pouco tempo, um trabalho acadêmico baseado numa biografia era malvisto e, se mal feito, de muito mau gosto (GAUDÊNCIO, 2007: 218). Ademais, essa crítica foi destinada ao sociólogo italiano Franco Ferrarotti e sua tese *Histoire et histoires de vie* (1983), considerada um clássico do gênero. À vista disso, o mais interessante na crítica de Pierre Bourdieu, sobretudo diante do retorno da biografia à historiografia, é a atenção dada aos riscos de se abstrair o indivíduo de sua realidade, porque:

Os acontecimentos biográficos se definem como colocações e deslocamentos no espaço social, isto é, mais precisamente nos diferentes estados sucessivos da estrutura da distribuição das diferentes espécies de capital que estão em jogo no campo considerado. O sentido dos movimentos que conduzem de uma posição a outra [...] evidentemente se define na relação objetiva entre o sentido e o valor, no momento considerado, dessas posições num espaço orientado (BOURDIEU, 1998: 190).

Ou seja, uma trajetória de vida não é possível, ou pensável, sem se considerar antes os *estados sucessivos* dos campos de onde ela emana e o *conjunto das relações objetivas* em questão. Isso em relação com os demais indivíduos, centrados nas mesmas dinâmicas estruturais. Segundo Pierre Bourdieu, essa é a condição para qualquer avaliação rigorosa do que se pode chamar de *superfície social*, como descrição profunda da personalidade denominada pelo nome próprio (1998: 190). É importante observar que o nome próprio transforma o *ser* biológico em uma instituição que garante a sua existência enquanto *ser* social. Sendo que ele também diferencia o indivíduo dos outros e lhe permite não apenas existir, mas transitar e acumular capitais nos mais diferentes campos. Por mais, é oportuno observar o entendimento de Lilia M. Schwarcz sobre Pierre Bourdieu na relação entre a biografia (como trajetória) e o campo (como espaço social e simbólico):

Como o campo — seja ele literário, intelectual, político — está sempre em mudança, a trajetória social representa o movimento dentro de um “campo dos possíveis”, que se define estruturalmente, mesmo que individualmente a mudança se deva muito ao acaso. Assim, sem abrir mão da singularidade do sujeito, sua trajetória social representa a compreensão de um desfecho singular, dentro de um espaço social, preenchido por disposições de “habitus”, que vão sendo sucessivamente ocupadas por um mesmo agente ou um grupo de agentes relacionados (2013: 57).

Em efeito da renovação epistemológica nas Ciências Humanas e Sociais, iniciada na década de 1960 e ampliada em 1980, Roger Chartier, colaborador da terceira geração dos *Annales*, que em muito se serviu da teoria de Pierre Bourdieu, sublinha que “o objeto da história [...] não são, ou não são mais, as estruturas e os mecanismos que regulam, fora de qualquer controle subjetivo, as relações sociais, e sim as racionalidades e as estratégias acionadas pelas comunidades: as parentelas, as famílias e os indivíduos” (1994: 98), pois:

Não se pode negar que há um estilo próprio a uma época, um *habitus* resultante de experiências comuns e reiteradas, assim como há em cada época um estilo próprio de um grupo. Mas para todo indivíduo existe também uma considerável margem de liberdade que se origina precisamente das incoerências dos confins sociais e que suscita a mudança social. Portanto não podemos aplicar os mesmos procedimentos cognitivos aos grupos e aos indivíduos; e a especificidade das ações de cada indivíduo não pode ser considerada irrelevante ou impertinente (LEVI, 1998: 182).

Apesar dessa breve apresentação sobre a relação entre a História e a biografia, hoje é necessário compreender que “os indivíduos não podem mais ser enquadrados em esquemas conceituais definidos e em marcos teóricos pré-estabelecidos”. Ao produzir uma biografia ou ao desenvolver uma pesquisa que precise, em partes, dela, “os historiadores devem estar atentos aos perigos de formatar seus personagens e de induzir o leitor à expectativa ingênua de estar sendo apresentado a uma vida marcada por regularidades, repetições e permanências” (AVELAR, 2010: 162). Cabe, portanto, ir adiante das aparências que a unidade e a simetria do universal, das estruturas, apresentam. Os indivíduos, na rotina, ainda que pareçam iguais entre si, nem sempre se encontram dados às mesmas condições. Quer dizer, não têm as mesmas opções e não compartilham necessariamente dos mesmos fins. Dessa maneira, o que interessa são as causas e as intenções que conduzem subjetivamente as suas ações em um mundo objetivamente construído.

Enfim, da “tarefa de perscrutar o passado de um personagem em todas as suas dimensões possíveis”, além de que “não se deve subestimar os desvãos e os vazios deixados pela falta ou imprecisão documental” (GAUDÊNCIO, 2007: 229), é momento de seguir com a trajetória de vida de Aluísio Azevedo.

* * *

A biografia mais completa sobre Aluísio Azevedo é, sem dúvidas, de autoria do brasileiro e professor catedrático na *Université de Rennes*, Jean-Yves Mérian, natural da Bretanha, França. Seu trabalho, que soma mais de 600 páginas, é um verdadeiro trabalho de fôlego, contando com a colaboração de historiadores brasileiros reconhecidos nacional e internacionalmente: José Murilo de Carvalho, Ronaldo Vainfas, Emília Viotti da Costa, Lilia M. Schwarcz, entre outros.

Ainda a respeito da biografia de Aluísio Azevedo, é importante citar os trabalhos de:

- Raul de Azevedo, em *Aluísio Azevedo, o escritor e o homem* (1936);
- Joaquim Vieira da Luz, em *Dunshée de Abranches e outras figuras* (1954);
- Paulo Dantas, em *Aluísio Azevedo, um romancista do povo* (1954);
- Domingos Barbosa, em *A vida de Aluísio Azevedo* (1966);
- Herberto Sales, em *Aluísio Azevedo* (1973);
- Josué Montello, em *Aluísio Azevedo e a polêmica d'O mulato* (1975).

À bibliografia, eu trarei somente alguns poucos trabalhos, quer seja por questão de acessibilidade, quer seja por conta da relevância acadêmica. À vista disso, dada a sua densidade e atualidade, o trabalho de Jean-Yves Mérian servirá tanto de ponto de partida quanto de mediador. Os demais, mesmo os não citados, serão utilizados como complementos à biografia que, a partir de agora, será apresentada.

2.2. Um literato singular

Em 14 de abril de 1857, nasceu, em São Luís — capital da província do Maranhão — Aluísio *Tancredo Gonçalves de Azevedo*. O segundo de quatro filhos entre David Gonçalves de Azevedo e Emília Amália Pinto de Magalhães. Em vista disso, é possível observar que o período de seu nascimento até a publicação d’*O mulato* é de apenas vinte e quatro anos. Ou seja, Aluísio Azevedo era muito jovem quando publicou o primeiro romance naturalista brasileiro. Portanto, a sua trajetória de vida será aqui um tanto breve.

Nessa época, seus pais mantinham uma união considerada como perigosa à ordem social e religiosa do matrimônio e, ademais, à econômica, sobretudo para a conservadora e elitista sociedade de São Luís. Dessa forma, para entender e, conseqüentemente, falar da infância e mocidade de Aluísio Azevedo é importante conhecer, antes, um pouco da trajetória de ambos, que tiveram, aliás, uma grande presença na sua formação.³³

David Gonçalves de Azevedo nasceu em Portugal, aproximadamente em 1816. Aos 22 anos, ele embarcou para o Brasil, após servir à Coroa portuguesa na *Guerra de Sucessão* ou de *Usurpação*. Seu destino era a cidade de São Luís, onde permaneceu até sua morte. Aqui, ele se tornou um comerciante bem respeitado pela sua atuação “durante o período turbulento dos anos 40 e pela sua incessante ação em prol do progresso social e cultural” (MÉRIAN, 2013: 33). Conforme Jean-Yves Mérian, ele era conhecido por ser um “homem a favor da ordem e do progresso”. Além disso:

Sua participação na guerra civil da Balaiada, chefiando a tropa dos portugueses, vem provar o papel preponderante que exercia no seio da comunidade. Seus julgamentos sobre os revoltosos traduzem um profundo desprezo por aqueles que haviam planejado acabar com a ordem tipo feudal e escravagista na província e com a supremacia portuguesa.

Mas sua defesa do *status quo* na questão da organização econômica, social e política era acompanhada por um esforço para a emancipação de seus compatriotas e dos brasileiros no campo cultural. Em repetidas ocasiões, o

³³ Uma das finalidades do matrimônio, na época, era a de unir também os bens entre as famílias; em regra, provenientes das elites tradicionais.

cônsul de Portugal em São Luís comunicou ao Ministério das Relações Exteriores de seu país os eminentes serviços prestados à comunidade portuguesa (MÉRIAN, 2013: 36).

Em 1841, foi nomeado vice-presidente da Sociedade Dramática Maranhense; nisso, “ele representava, no seio deste organismo e do Gabinete Português de Leitura, o protótipo do comerciante português culto” (MÉRIAN, 2013: 36). Assim, em 14 de maio de 1859, dada a sua dedicação, ele foi nomeado vice-cônsul. Título que, infelizmente, não lhe trouxe nenhum rendimento, apenas muitas obrigações. Ainda no mesmo ano, em 23 de setembro, ele liquidou com o seu comércio, por conta do adoecimento de seu sócio. Jean-Yves Mérian informa que se ele tivesse ido à falência, teria perdido todo o seu respeito, visto que, para o período, isso não só significava uma ruína financeira, como também da própria honra (2013: 45). Em suma, além disso tudo, sabe-se que David G. de Azevedo se tornou viúvo muito cedo; o que lhe permitiu, a partir de 1854, constituir, à margem da sociedade, a sua *primeira* família; isso porque o seu primeiro casamento não lhe deu nenhum filho ou filha.

Emília Amália Pinto de Magalhães, ou Dona Emília, que era igualmente portuguesa, não teve a mesma sorte de David G. de Azevedo. Aos quinze anos de idade, em 1833, partiu de Lisboa para o Brasil com a sua família em direção a São Luís, sendo recebida pela família de Dunshee de Abranches.

Nos anos seguintes de sua chegada, a família Abranches prestou um incomensurável amparo a D. Emília, pois, para sua infelicidade, ou senão desgraça, ela “conheceu a mesma sorte que muitas jovens, para quem se escolhia o marido mais ‘interessante’ para a firma comercial, sem sequer consultá-las” (MÉRIAN, 2013: 37), bem como ela mesma confidenciou a Dunshee de Abranches:

Não escapei também a esse verdadeiro tráfico de esposas brancas reduzidas a objetos de mercadoria entre sócios, interessados e caixeiros, para consolidarem casas mercantis, perpetuarem firmas comerciais, garantirem heranças e sucessões e não diminuïrem capitais realizados. [...] Meu noivado foi curto, mas torturante. [...] Esse marido [Antonio Joaquim Branco] imposto à força de ameaças e castigos fez logo de mim uma pobre escrava, brutalizando-me de momento a momento (ABRANCHES, 1941, apud MÉRIAN, 2013: 37).³⁴

³⁴ João Dunshee de Abranches ainda não era nascido quando a mãe de Aluísio Azevedo chegou ao Brasil. Ele nasceu em 2 de setembro de 1867, isto é, 34 anos depois. Contudo, é válido notar que Dunshee de Abranches se tornou uma figura pública importante na sociedade de São Luís. Desempenhando os papéis de “poeta, jornalista, sociólogo, internacionalista e parlamentar” (LUZ, 1954: 44). Além de abolicionista convicto e de idealizador “de uma *sociedade secreta* contra a escravidão” (LUZ, 1954: 45).

De seu primeiro casamento, D. Emília teve uma filha. Algo que, ao contrário do que ela esperava, não diminuiu a indiferença e a violência de seu marido. Ante a agressões rotineiras, ela decidiu fugir com a sua filha. Isso, para o período, de acordo com Jean-Yves Mérian, “era uma decisão insensata num meio onde o espírito de clã dominava todos os aspectos da vida”, além de que também era um *mau exemplo* “para todas as mulheres que padeciam da mesma sorte” (2013: 38). Tanto que, conforme D. Emília, o que não lhe faltaram foram, então, injúrias, ameaças e até mesmo tentativas contra sua vida (ABRANCHES, 1941, apud MÉRIAN, 2013: 38). Seu dia a dia só se tornou um pouco melhor quando o seu marido liquidou o comércio em São Luís e se mudou para o Rio de Janeiro.³⁵

Quase sem posses, para seu sustento e o da filha, ela “ganhava a vida graças a seus dons de costureira” (MÉRIAN, 2013: 38). Sobrevivendo sob o abrigo dos pouquíssimos amigos que lhe restaram, a vida de D. Emília era triste e reservada. Mas, ainda assim, ela nunca se distanciou da vida intelectual de São Luís, tal como David G. de Azevedo.

Após anos de sua fuga, e não meses, como alguns memorialistas afirmam, D. Emília conheceu David G. de Azevedo. E, quando decidiram se casar, eles “enfrentaram uma sociedade hostil” (MÉRIAN, 2013: 39). Todavia, apesar do escândalo, por conta do respeito que David G. de Azevedo tinha na sociedade e dos incontáveis serviços prestados a ela, o seu casamento, que nunca chegou a ser reconhecido legalmente, considerado imoral, deixou de ser, de todo, com o passar dos anos, um problema para os *bons costumes* da conservadora e elitista cidade de São Luís.

Jean-Yves Mérian avalia que, “sem exagero, podemos pensar que esse episódio na vida de seus pais foi para Aluísio Azevedo o ponto de partida de muitas de suas reflexões sobre o casamento, o amor, as condições de vida das mulheres e a moralidade de São Luís” (2013: 39). Ele mantinha, decerto, um cuidado com as mulheres, sobretudo com sua mãe, porque, para ele: “o homem, seja o que ele for, [...] nunca é mais do que o desenvolvimento fiel de uma criança, e uma criança [...] é obra exclusiva de quem a educou — as mães, e só elas são as grandes criadoras do bem e do mal, conforme o bom ou o mau estado de seus órgãos e de sua inteligência” (AZEVEDO, 1880, apud MONTELLLO, 1975: 127). Em hipótese

³⁵ Embora fugida, ou separada, de seu marido, D. Emília ainda era considerada legalmente casada com ele.

próxima à fala de Jean-Yves Mérian, é possível avaliar que esse episódio também afetou profundamente o seu próprio convívio social.³⁶

Aluísio Azevedo, ao tomá-lo a partir de agora como cerne, “não teve o privilégio de ter uma família rica, o que mais tarde dificultaria seus estudos na época em que poderia ter frequentado a universidade do Recife ou do Rio de Janeiro, mas teve a sorte de viver numa das famílias mais cultas de São Luís” (MÉRIAN, 2013: 46). Essa fala pode ser notada, ainda, em algumas passagens de sua autobiografia, publicada n’*O pensador*, em 1881, nas quais ele fala sobre a presença de seus pais, principalmente no contato precoce com a arte e com suas diversas linguagens.³⁷

Em casa, Aluísio Azevedo aprendeu, ainda criança, ao lado de seu irmão mais velho Arthur Azevedo (1855–1908), as primeiras lições da língua portuguesa e francesa, e, “logo que começou a se interessar por leitura, [...] pode [sic] dispor de um grande leque de escolha” (MÉRIAN, 2013: 47), pois seu pai era, ademais, o presidente do Gabinete Português de Leitura do Maranhão, que, na época, contava com mais de 4 mil exemplares.

A arte, em particular, a cênica, foi de enorme importância na formação intelectual de Aluísio Azevedo. A sua casa era uma “verdadeira escola paralela, com uma pedagogia moderna, onde o teatro desempenhava um papel predominante [...]. Não se tratava apenas de apresentar peças escritas por autores conhecidos, mas de conceber inteiramente o espetáculo” (MÉRIAN, 2013: 48). E na medida do possível, seus pais lhe permitiam ser livre em suas preferências.

Numa crítica severa ao jornal *A civilização*, que, para Aluísio Azevedo, nada entendia de teatro, é possível ver o quanto ele valorizava a arte cênica: “entendemos ser esse o melhor meio de exercitar a memória e os pulmões, educar o gosto artístico e o olho, desenvolver a inteligência e cultivar a garganta. [...] O teatro foi sempre e sempre uma escola” (AZEVEDO. *O pensador*. São Luís, 20 [28] de fevereiro de 1881: 8). Por mais, para ele, o teatro foi de enorme importância para toda a sua geração, referindo-se, entretanto, ao seu restrito grupo de amigos de infância.

Porém, não somente a arte cênica lhe foi importante e valorizada, a pintura foi também um de seus primeiros gostos artísticos. A pintura foi, inclusive, a sua primeira

³⁶ A citação *apud Montello* está presente no jornal maranhense *O pensador*, na publicação de 20 de dezembro de 1880.

³⁷ Arthur Azevedo publicou também uma autobiografia no jornal carioca *O país*, na qual é possível encontrar muitas referências à sua mãe como uma mulher santa, honrada e comprometida com os estudos das “Belas Letras” de seus filhos. Segundo ele, sua mãe “desatou a chorar” no dia em que seu “bom pai” comunicou que eles não aprenderiam latim (AZEVEDO, 1895, *apud* MÉRIAN, 2013: 54).

atividade no Rio de Janeiro, anos à frente (MÉRIAN, 2013: 48). Ainda a respeito de sua formação básica, Aluísio Azevedo demonstrou, no seu amplo leque de escolha, interesse por outros campos do saber. Por exemplo, a educação física.³⁸

Seus estudos em instituições regulares foram encerrados precocemente, aos treze anos de idade, por conta de experiências desagradáveis com os professores, considerados indivíduos grosseiros e arrogantes. Assim, uma parte considerável de seu conhecimento adveio de práticas individuais e em família e de seu contato com as obras estrangeiras; em especial, as francesas. Contudo, isso não quer dizer que a sua educação tenha sido insuficiente. Pelo contrário, a sua educação foi muito superior (em qualidade) à da maioria de seus contemporâneos.

Ademais, uma outra coisa interessante a se notar em Aluísio Azevedo é seu caráter cidadão. A “cidade e a ilha de São Luís, eram seu mundo, ele não conhecia nem o sertão nem a floresta”, e “só podia conhecer [...] o que seus colegas das fazendas e engenhos do interior da província lhes contavam” (MÉRIAN, 2013: 50). Mas o mais interessante disso é que Jean-Yves Mérian argumenta que ele desconhecia, portanto, a realidade dos homens e mulheres escravizados, mesmo porque seus pais não os possuíam (2013: 52). Jean-Yves Mérian se fundamenta nas palavras do próprio Aluísio Azevedo, num artigo publicado n’*O pensador*, em que ele afirma que apenas aos doze anos de idade pôde conhecer a dimensão da província para além da capital e se conscientizar dos *escândalos* que a escravidão constituía para a província e para o país (MÉRIAN, 2013: 52; *O pensador*. São Luís, 10 de agosto de 1881: 4). No entanto, isso é uma fala um tanto inconsistente, dando margem a algumas perguntas: como desconhecer essa realidade em uma cidade onde dois terços da população era constituída de escravizados? Mesmo que ele nunca tenha visitado o interior da província antes dos doze anos, será que não viu um castigo público em alguma praça e rua de São Luís? Quero que o leitor pense a respeito.

Porém, uma hipótese é admissível aqui levantar: Aluísio Azevedo não desconhecia a realidade dos escravizados, apenas a desconsiderava até então, quem sabe por conta de sua idade, visto que era só uma criança.

Aliás, sobre sua infância, cabe salientar que ela foi interrompida aos quatorze anos, quando, a pedido de seu pai, teve que trabalhar como caixeiro despachante para um amigo

³⁸ Ao olhar do artista, a pintura era, para Aluísio Azevedo, “a pintura da multidão, do cidadão, do homem de trabalho, do primeiro que aparecer” (1880, apud MONTELLLO, 1975: 94). Este *apud* também está no jornal *O pensador*, na publicação de 20 de dezembro de 1880.

da família: David G. de Azevedo “quis dar aos filhos uma profissão que lhes garantisse uma vida material decente”, pois, para quem não possuía fortuna pessoal, e era o caso da família de Aluísio Azevedo, “a única saída era o comércio” (MÉRIAN, 2013: 54). Além do mais, seu pai não o via num bom futuro enquanto artista. Dessa maneira, “esse primeiro emprego marcou sua entrada no mundo dos adultos” (MÉRIAN, 2013: 56), fazendo-o adiar, mas não abandonar, seus sonhos destinados às artes.

Outro evento que marcou, ou melhor, que confirmou a entrada de Aluísio Azevedo no mundo dos adultos, foi a *Lei do Ventre Livre*, de 29 de setembro de 1871. Nesse período, ele já tinha consciência dos males da escravidão e das políticas contrárias a ela. É possível notar, além disso, que, a partir dessa lei, as lutas em prol da abolição começaram a se configurar em São Luís, tendo seu auge com a criação da *Sociedade Abolicionista*, em 1880.³⁹

Desde então, a abolição e os assuntos que, em geral, compreendiam a formação nacional se tornaram presentes na vida de Aluísio Azevedo. Isso fez com que os seus sonhos artísticos retornassem, mesmo porque ele mantinha uma grande “ojeriza ao comércio e à burocracia” (LUZ, 1954: 179). Seu “irreprimível temperamento artístico impedia-o de seguir carreira comercial, ou burocrática” (NASCIMENTO, 1919, apud MÉRIAN, 2013: 85), mas o período em que trabalhou como caixeiro despachante não significou para Aluísio Azevedo um tempo perdido; ele em muito se serviu de suas recordações para escrever o seu primeiro romance naturalista.

Ao ser dispensado, para o desespero de seu pai, Aluísio Azevedo “dividiu seu tempo entre uma série de trabalhos temporários [de professor de gramática a guarda-livros] e o aprendizado da pintura e do desenho”. E mesmo sendo tempos muito difíceis para ele, “ser pintor parecia a sua preocupação essencial, o resto não tinha importância” (MÉRIAN, 2013: 87).

Como o “Maranhão oferecia um campo muito reduzido para um jovem que sonhava outra coisa além da medíocre e rotineira vida de caixeiro” (MÉRIAN, 2013: 90), em 1876, Aluísio Azevedo decidiu deixar o conforto familiar e partir em direção à capital do Brasil, para encontrar seu irmão Arthur Azevedo, que já há dois anos morava lá. Nota-se que:

³⁹ Mas, ainda assim, “a defesa da abolição em nome de um ideal humanista e de uma reflexão sobre a evolução da economia e da sociedade brasileira não levava em conta a personalidade profunda dos escravos”, visto que, contraditoriamente, os abolicionistas “tinham um comportamento racista” (MÉRIAN, 2013: 71). Por influência do Positivismo, acreditava-se que os negros apenas poderiam ser educados através do modelo europeu de sociedade. Recusando-se, portanto, quaisquer possibilidades de conservação dos costumes e das culturas africanas, entendidas como *atrasadas* e *sub-humanas*.

A saída de Artur marcou uma etapa na vida da família Azevedo. As reticências de David e Dona Emília desapareceram pouco a pouco, pois Artur não tardou em conseguir seu lugar ao sol. Como amanuense na administração e como corretor e tradutor de folhetins no jornal *A Reforma*, dirigido pelo maranhense Joaquim Serra (MÉRIAN, 2013: 92).

Assim sendo, aos dezenove anos de idade, Aluísio Azevedo desembarcou no Rio de Janeiro com muitas expectativas. Nisso:

Era comum que um jovem nessa situação trouxesse consigo um certo número de cartas de apresentação para correspondentes bem estabelecidos ou homens políticos de destaque que pudessem conseguir para o jovem provinciano um emprego no comércio ou na administração. Mas não era para ser caixeiro, guarda-livros ou amanuense que viera para capital. Desejava aperfeiçoar-se na pintura, exercendo pequenos ofícios que lhe garantissem o mínimo vital (MÉRIAN, 2013: 95).

Apesar das dificuldades, Aluísio Azevedo conseguiu se inscrever, como ouvinte, na tão desejada Academia de Belas Artes, permitindo-lhe ser reconhecido, não “como pintor, mas como caricaturista e cenarista de teatro” (MÉRIAN, 2013: 96). Suas caricaturas foram muito utilizadas na imprensa satírica, que no período “contava com meia dúzia de jornais [...] cuja tiragem global elevava-se a uns 10 mil exemplares por semana” (MÉRIAN, 2013: 103). Normalmente, ele criticava por meio de suas caricaturas “os vícios, a depravação, a imoralidade onde quer que se encontrassem, nisto seguindo os princípios da moral positivista de Augusto Comte” (MÉRIAN, 2013: 115).

Os dois anos de residência no Rio de Janeiro não somente permitiram a sua ascensão como caricaturista como permitiram um contato muito mais próximo com o pensamento positivista, aproximando-o também da estética e da proposta realista, que pouco a pouco ganhava um público com as obras polêmicas do literato português Eça de Queiroz. Em São Luís, Aluísio Azevedo já “havia adquirido [...] algum conhecimento das ideias positivistas”, mas o contato com os intelectuais da capital do Brasil “aprofundou seu conhecimento da filosofia positivista” (MÉRIAN, 2013: 96). Consequentemente, não tardou para que ele começasse a criticar o Estado Imperial (que era incapaz de dar formas a uma nação), a Igreja (que era conduzida pelo vício) e, principalmente, a escravidão (que era um grande problema ao *projeto civilizador* emanado da Europa); poucos anos à frente, esses três se tonariam os principais alvos de sua produção jornalística e literária.

Para sua tristeza, em 8 de agosto de 1878, Aluísio Azevedo se viu obrigado a retornar a São Luís, devido à morte inesperada de seu pai. Diante da impossibilidade de Arthur Azevedo se ausentar do trabalho, ele ficou responsável por ajudar sua mãe e seus irmãos menores. Portanto, já de volta à capital do Maranhão, ele não continuou com sua carreira de caricaturista (MÉRIAN, 2013: 163). A princípio, ele procurou fundar, na companhia de amigos e de alguns conhecidos, um teatro, no qual pretendia montar e apresentar peças realistas. Sem resultados, passou a exercer a profissão de jornalista, ainda que a contragosto, entre 1878 e 1881, nos jornais *Pacotilha*, *A flecha* e *O pensador*. Neles, Aluísio Azevedo chocou a conservadora e elitista sociedade de São Luís com ataques direcionados especialmente ao clero e às elites tradicionais locais.

Por fim, determinado a viver apenas da escrita, Aluísio Azevedo publicou *O mulato*, em 1881, com uma ampla repercussão, sendo considerado o primeiro romance naturalista do Brasil a apresentar em sua narrativa questões delicadas e, até então, silenciadas.⁴⁰

⁴⁰ Aluísio Azevedo já tinha produzido seu romance romântico *Uma lágrima de mulher* entre os anos de 1874 e 1875. No entanto, ele ainda não se via como literato e nem como jornalista.

CAPÍTULO 3

Diálogos possíveis

3.1. Aluísio Azevedo e os jornais maranhenses

Como propósito deste primeiro tópico — visto que seu objetivo principal é fundamentar o segundo tópico —, eu irei analisar alguns artigos dos jornais maranhenses do século XIX, sendo eles: *Pacotilha*, *A flecha* e *O pensador*. Os artigos são tanto de autoria de Aluísio Azevedo quanto de outros articulistas. Desse modo, buscarei pontuar e apresentar as representações sobre a nação, o negro e a miscigenação. Ademais, é importante salientar que, assim como a literatura, os artigos jornalísticos “não existem para que os historiadores [...] façam pesquisa”. Isso pois sua transformação em fonte histórica é, antes, “uma operação [metodológica] de escolha e seleção” (CRUZ; PEIXOTO, 2007: 20).

3.1.1 Os jornais na História luso-brasileira

Em Portugal, o periódico impresso semelhante ao jornalístico surgiu em 1641, com o título de *Gazeta em que se relatam as novas tôdas, que houve nesta corte, e que vieram de várias partes no mês de novembro de 1641, com todas as licenças necessárias*. Ou, somente, *Gazeta da Restauração*. Por sua vez, o segundo impresso surgiu entre 1663 e 1667 com o título de *Mercúrio Português*. Ambos cumpriam a mesma função: informar os portugueses sobre os acontecimentos da guerra contra Felipe IV da Espanha no decorrer da *Guerra da Restauração*, iniciada em 1º de dezembro de 1640. Além disso, o segundo impresso, considerado o primeiro periódico político português, servia para divulgar a ideia de que D. João IV de Bragança seria o único e legítimo herdeiro do Reino de Portugal (BOTTA, 2013: 153).

Já no século XVIII, dando continuação, “a imprensa se popularizou na Europa, com a publicação de gazetas em diversas localidades, o que ampliou o acesso às informações” (BOTTA, 2013: 151). Isso permitiu tanto a formação e a demarcação de seu campo quanto a predominância das informações por meio do impresso jornalístico.⁴¹

⁴¹ A imprensa é entendida aqui como um *campo de poder*. Além disso, ela é considerada hoje como um *quarto poder*, em referência aos três poderes de *L'Esprit des Lois*, de Charles-Louis de Secondat, ou, só, Montesquieu.

Em agosto de 1715, surgiu em Portugal “o primeiro jornal impresso em língua portuguesa”, com o título de *Gazeta de Lisboa* (BOTTA, 2013: 151). Adotado na época como o jornal oficial do Reino, ele é considerado o primeiro jornal impresso português devido à sua regularidade de circulação, o que não ocorria com os anteriores (BOTTA, 2013: 154). Em seus artigos, é possível observar:

A predominância de assuntos políticos, principalmente os relacionados à diplomacia e às relações internacionais. A vida social da realeza e da nobreza, também relacionada ao interesse político, aparecia como tema de destaque nestes periódicos, sobretudo no que diz respeito à sua posição de superioridade, suas atividades religiosas e de lazer e sua saúde. Havia, ainda, espaço para questões de interesse comercial, como informações sobre os produtos que eram recebidos, expedidos ou comercializados nos portos, e também eram publicadas algumas notícias sobre crimes ou ocorrências miraculosas. Na hierarquia de interesses do jornal, os assuntos políticos vinham seguidos pela vida social da nobreza, por questões de interesse comercial, por notícias sobre mortes ou milagres (BOTTA, 2013: 156).

Apesar disso, sua circulação durou somente até 1808, por causa da invasão francesa. Nesse período, o jornal permaneceu sob a direção do francês “Pierre Lagarde, Intendente Geral da Polícia, que substituiu as armas reais portuguesas do cabeçalho pela águia imperial francesa” (BOTTA, 2013: 154). Porém, o mais interessante disso, pelo menos para este subtópico, não é o destino da *Gazeta de Lisboa* sob o domínio francês, e sim o fato de ela não mais ser o jornal oficial do Reino, em vista da transferência da Coroa portuguesa para o Brasil, permitindo a criação da Imprensa Régia e da *Gazeta do Rio de Janeiro*, bem como de outros jornais, que, com o passar do tempo, tornaram-se relevantes à imprensa brasileira.

A chegada da família real e de sua Corte ao Rio de Janeiro em 2 de março de 1808 não permitiu apenas uma transformação estrutural no poder político-administrativo, ou seja, uma mudança da condição de colônia para a de metrópole. Das transformações que ocorreram no âmbito político-administrativo às profundas mudanças em termos culturais e econômicos, é possível destacar “a regulamentação da tipografia no país, institucionalizada por D. João VI em decreto de 13 de maio de 1808” (MEIRELLES, 2007: 29). Sua função “era imprimir [...] todos os papéis ministeriais e diplomáticos do serviço real, incluindo aí não só os documentos da Secretaria de Negócios Estrangeiros e da

Guerra, mas de todas as outras repartições, além de imprimir as obras de particulares” (MEIRELLES, 2007: 30). Entretanto, essa regulamentação não buscava unicamente reparar as deficiências editoriais do Brasil, como, antes, buscava (re)validar uma dinâmica importante à estrutura absolutista, porque:

Pela lógica do Antigo Regime não fazia sentido haver uma corte sem uma gazeta, já que esta cumpria um importante papel na instituição monárquica: era, antes de tudo, um instrumento de afirmação da realeza perante todo o corpo social, uma vez que através da palavra o rei circularia sua imagem com toda plenitude para os seus súditos (MEIRELLES, 2007: 30).

Em 10 de setembro de 1808, circulava a primeira tiragem do primeiro jornal oficial do Brasil, a *Gazeta do Rio de Janeiro*; durando de 1808 a 1821, em intervalos bissemanais e, posteriormente, em intervalos trissemanais, numa soma de 1.413 edições normais e 204 edições extraordinárias. Sua função era divulgar os comunicados da Coroa, tal como a *Gazeta de Lisboa* (MELLO, 2009: 80). É muito importante notar que os redatores, mesmo que dados à imparcialidade e à verdade, eram, antes de tudo, dados às vontades do “rei e buscavam sustentar a já frágil estrutura do seu poder absoluto” (MEIRELLES, 2007: 37).

Outrossim, a *Gazeta do Rio de Janeiro* possuía um boletim destinado aos escravizados. Anunciando a “compra, venda, aluguel e fugas”, além de identificar os traços étnicos “das nações de origem dos africanos anunciados e também suas marcas físicas impressas em suas peles pelo jugo da chibata, de queimaduras e outros castigos corporais” (MELLO, 2009: 80). Em síntese, os periódicos brasileiros eram, no início do século XIX, moderados, e “não traziam em si a ‘reverberação’ e o ‘espírito do conflito’ [...] como alguns periódicos do primeiro reinado, contudo, conformaram-se em grandes observatórios sociais conjugando discursos políticos com informações cotidianas” (MELLO, 2009: 79).⁴²

Diante dessa breve apresentação sobre a constituição da imprensa luso-brasileira, é importante notar que:

A imprensa é linguagem constitutiva do social, detém historicidade e peculiaridades próprias, e requer ser trabalhada e compreendida como tal, desvendado, a cada momento, as relações imprensa/sociedade, e os movimentos

⁴² No decorrer das primeiras décadas do século XIX, os negros apareceram, com certa frequência, nas páginas dos jornais. Mas, a partir de 1850, eles passaram “a frequentar constantemente as diferentes seções dos grandes jornais da época”. Circulando “tanto nas notícias de maior destaque como nos pequenos e abundantes anúncios classificados de aluguel, venda ou captura de escravos” (SCHWARCZ, 2008: 15).

de constituição e instituição do social que esta relação propõe (CRUZ; PEIXOTO, 2007: 260)

Ademais, Josenildo de Jesus Pereira também esclarece que “a imprensa jornalística é um espaço de representação de momentos particulares da realidade, na qual estão implícitas relações sócio-políticas”. Além disso, uma vez que os jornais trazem em si um discurso regulado pela ideia de imparcialidade e verdade, ele “é importante como aporte documental para estudos históricos por ser um *locus*, no qual a experiência sócio-histórica é filtrada e discutida com base na ideologia de quem escreve” (2006: 17).⁴³

Ainda segundo Josenildo de J. Pereira:

Os jornais têm múltiplas funções. Entre elas, a de ser um repositório de crônicas, de registros de eventos da vida diária e, sobretudo, um órgão de política que promove a livre discussão de uma diversidade de assuntos. Desse modo, eles são considerados documentos para os pesquisadores do campo das ciências humanas por ser um relevante material de pesquisa na medida em que fornece um conjunto de informações que possibilitam novas interpretações a respeito de temas tradicionais. Em seus gêneros: político, religioso, literário ou pasquim, o jornalismo periódico capta, produz e faz circular idéias e sistemas de valores referentes a uma formação social, constituindo um espaço público de representação simbólica e, por isso, um circuito de interatividade imerso no jogo de forças sociais constituintes da experiência histórico-social de seus sujeitos (2006: 15).

Portanto, cabe ao historiador considerar o jornal “enquanto ‘produto social’, isto é, como resultado de um ofício exercido e socialmente reconhecido, constituindo-se um objeto de expectativas, posições e representações específicas” (SCHWARCZ, 2008: 15). A sua relevância não se dá meramente na confirmação ou não de um episódio mencionado, mas nos *porquês* de sua produção, de sua existência, na relação *intenção-público-repercussão*.

Por fim, a respeito dos leitores maranhenses, Josenildo de J. Pereira informa que “é necessário esclarecer dois aspectos importantes [...] do público leitor de periódicos, no Maranhão, na década de 1880. O primeiro deles é o número reduzido de leitores, uma [sic] vez que o analfabetismo era um dado estrutural” (2006: 107). Já o segundo “se refere à visão de mundo desses leitores. Essa foi constituída com base em valores urdidos e tecidos por uma sociedade fundada na agricultura mercantil de base escravista”. Assim, os

⁴³ A ideologia não é entendida aqui como um *falseamento* da realidade — como em Karl Marx, quando jovem, e em alguns de seus sucessores — mas como uma forma de representação.

leitores “eram aqueles interessados no debate em torno do futuro sócio-econômico da província, sobretudo, os ricos comerciantes e os proprietários rurais” (2006: 108).

3.1.2 Nos jornais maranhenses

Durante a década de 1880, circularam na província do Maranhão “30 jornais com diferentes propósitos”. Porém, “muitos desses jornais não eram publicados todos os dias. Alguns tiveram uma curta duração e outros a edição fragmentada. Além do mais, nem todos discutiam a respeito da escravidão” (PEREIRA, 2006: 17). Ademais, de acordo com Josenildo de J. Pereira, a prática jornalística maranhense “foi, em sua gênese, constituída num contexto político e ideológico tenso, no qual os jornais, como circuitos de interatividade foram urdidos e urdidores daquele contexto” (2006: 92); ou seja, os jornais promoviam a agitação. A partir da ideia de civilidade, com os mais indelicados ataques, iniciaram-se os mais variados debates, tudo em nome da ordem e do progresso do Brasil enquanto nação.

Como acréscimo à fala de Josenildo de J. Pereira, Jean-Yves Mérian informa que “entre 1878 e 1881, cinco [...] jornais foram criados e serviram como tribunas por ocasião dos debates de ideias que agitaram a opinião pública” (2015: 141), sendo eles: *Pacotilha*, *A flecha* e *O pensador*, mais *O futuro*, de 16 de junho de 1881, que defendia basicamente teses positivistas, e *A civilização*, de 14 de agosto de 1880, de propriedade da Igreja.

Aluísio Azevedo escreveu, mas não na proporção que se esperava, para três jornais, entre 1878 e 1881. Nisso, é importante salientar que seu envolvimento com o jornalismo lhe permitiu crescer como escritor, antecipando-o como literato (PIETROBOM, 2012: 24). Feita essa breve consideração, analisarei agora os jornais *Pacotilha*, *A flecha* e *O pensador*.

Em 30 de outubro de 1880, era apresentado ao público leitor maranhense o jornal *Pacotilha*, durando, com curtos intervalos, até 1938. Fundado por Victor Lobato, sobrinho de Aluísio Azevedo, esse jornal era:

Em relação aos outros jornais, o que menos publicava anúncios de compra, venda e aluguel de escravos. No entanto, contribuiu na composição de um tipo referencial do futuro ex-escravo, tecendo conceitos a partir da aceção do escravo como uma mercadoria, pois em seus anúncios esses eram apresentados quanto à idade como: negrinhas, moleques, preto moço, preta moça, preto/a e negra/ou de meia idade (PEREIRA, 2006: 105).

O jornal *Pacotilha* foi impresso, a princípio, como uma experiência, pois a tipografia encarregada de sua publicação era sobrecarregada com as edições dos jornais *A civilização*, *O liberal* e *O pensador* (MÉRIAN, 2013: 141). Nesse jornal, Aluísio Azevedo publicou alguns artigos, com os pseudônimos: *Giroflê*, *Llinho*, *Semicúpio dos Lampiões* e *Victor Lobato*. Mas eles não constam nas primeiras edições, aparecendo somente a partir de 13 de abril de 1881, após quatro dias do lançamento d'*O mulato*.

As primeiras edições do jornal foram publicadas entre 30 de outubro de 1880 e 23 de janeiro de 1881, numa tiragem de 300 exemplares por dia (MÉRIAN, 2013: 141). Nelas, Aluísio Azevedo publicou unicamente o poema *A igreja (Pacotilha)*. Maranhão. Ano I. Nº 7. 12 de dezembro de 1880: 4), um soneto assinado com seu próprio nome, que traz em seus versos uma crítica enérgica ao clero.

Em continuação, a partir de 14 de março de 1879, o jornal *A flecha* era apresentado ao público leitor, durando até 25 de outubro de 1880. Fundado por Aluísio Azevedo e João Afonso Nascimento, ele “era publicado à razão de três números por mês” (MÉRIAN, 2013: 141), e trazia as colunas *Piticaias*, assinadas com o pseudônimo de *Ditrybi*.⁴⁴

As colunas *Piticaias* duraram até o ano de 1879, sendo de autoria de Aluísio Azevedo. Com textos fragmentados, mas contínuos, elas traziam uma crítica ao comportamento e à moral da sociedade de São Luís e do clero, com representações cômicas do Bispo e daqueles que se posicionavam em defesa da Igreja (e do Estado Imperial também). Nelas, é possível encontrar algumas menções sarcásticas aos principais noticiários da capital maranhense e do Brasil. Aluísio Azevedo satirizou, ainda, os populares que reproduziam os *costumes provincianos* das elites tradicionais. Nada escapou, aliás, às suas críticas, tanto que ganhou má fama na cidade “devido a seu espírito crítico e à linguagem ferina” (PIETROBOM, 2012: 23).⁴⁵

Em 1880, Aluísio Azevedo não mais publicava as colunas *Piticaias*. Porém, durante as análises dos jornais d'*A flecha*, um artigo da coluna *Epístola* se mostrou de considerável relevância à proposta desta pesquisa, em relação à condição dos escravizados:

Isto foi testemunhado por pessoas respeitáveis, que profligaram a sanhuda barbaridade do urbano em questão.

⁴⁴ *Piticaia* é um nome, de etimologia indígena, dado ao camarão-branco. É possível que o uso desse nome na coluna se destinasse a uma caricatura do homem branco maranhense, o qual Aluísio Azevedo descreve n'*O mulato* como um sujeito avermelhado castigado de sol.

⁴⁵ O jornal *A flecha* não zerava a contagem de páginas a cada edição, e as colunas *Piticaias* se encontram nas páginas: 10, 18, 31, 35, 47, 55, 59, 67, 102, 110, 118 e 150.

V.S. deve concordar comigo em que isto é intolerável numa capital civilizada e que a maior prudência deve ser posta em pratica nestas ocasiões, assim como eu creio que V.S. não só não ordena semelhante selvageria, como também ainda não teve conhecimento dos abusos praticados por seus subordinados. Por isso apelando, não digo já para a maciez da pele preta dos moleques, mas para os sentimentos filantrópicos de V.S.; lembrando-lhe que entre essas crianças podem estar algumas, a quem o Sr. Visconde do Rio Branco pôs ao abrigo das chibatas policiais; advogando a causa da civilização e dos princípios humanitários, da ordem e da boa administração, rogo por meio desta a V.S. sérias providências afim de que se não reproduzam cenas revoltantes como as que acabo de referir (CATUCÁBA, pseudônimo. *A flecha*. Maranhão. Ano I. Nº 11. 1879: 83).⁴⁶

O articulista, sob o pseudônimo *Catucába*, refere-se aos castigos em locais públicos. Embora proibidos em São Luís, desde 1850, eles ainda persistiam, muitas das vezes, com a autorização e a supervisão do Poder Executivo. Segundo Flávia Lages de Castro, a situação do escravizado na legislação era imprecisa. Ao tempo que, na cível, era uma mercadoria sujeitada às “relações de alienação idênticas a qualquer coisa que possa ser de propriedade de alguém” (2007: 387); na penal, o escravizado era entendido como *pessoa* se fosse “agente de crime” e *coisa* se fosse vítima (2007: 392). A imprecisão da lei permitia inúmeras interpretações, legitimando várias formas de abuso contra os negros escravizados e, não raramente, contra os já alforriados ou nascidos livres.

Contudo, o mais interessante na fala de *Catucába* não é a denúncia, e sim a maneira como é apresentada. Para ele, diante desse apelo apiedado, zelar pelos *princípios humanitários* e pela *causa da civilização* — expressões à moda da época — era mais importante que a própria condição desumana do escravizado. As críticas que os jornais mais progressistas faziam à escravidão não eram direcionadas necessariamente às desgraças individuais dos escravizados, mas sim para aquilo que se idealizava do Brasil enquanto nação, nos limites de um *projeto civilizador* emanado da Europa.

A respeito da nação, os artigos d’*A flecha* se mostraram escassos. Encontram-se no jornal, incluindo-se aqui a questão da escravidão, o uso da mão de obra escrava, no entanto, somente para criticar como as autoridades locais, o clero e os grandes e médios latifundiários entendiam o trabalho livre e assalariado, isto é, um dos alicerces do *projeto civilizador*.⁴⁷

⁴⁶ É importante notar que a ortografia de todos os trechos retirados das fontes de pesquisa foi atualizada, contudo, a gramática permanece a mesma.

⁴⁷ O *projeto civilizador*, enquanto modelo emanado da Europa, era reiteradamente evocado através das ideias que o alicerçavam, servindo tanto para qualificar fatos positivos quanto para reprovar aqueles considerados negativos (SCHWARCZ, 2008: 109).

Em 10 de setembro de 1880, o jornal *O pensador*, opositor declarado d'*A civilização*, por sua vez, era apresentado ao público leitor (PIETROBOM, 2012: 23). Com a regularidade mensal de três edições, o jornal se encontrava sob a direção de jovens progressistas; entre eles, Aluísio Azevedo (MÉRIAN, 2013: 141).⁴⁸

N'*O pensador*, quase todos os artigos eram assinados com pseudônimos e atacavam diretamente a Igreja; os articulistas “não perdoavam uma única falha: investigavam a vida íntima do clero maranhense, atrás de seus pecados. O jornal escandalizava toda a cidade” (PIETROBOM, 2012: 23). Aluísio Azevedo foi um dos poucos que assinou os artigos com o próprio nome. Eles se limitavam a ataques ao clero, sobretudo em defesa do Positivismo e do progresso. Por exemplo, tem-se um artigo de sua autoria destinado ao jornal *A civilização*:

Augusto Comte, a individualidade mais acentuada de nosso século, o maior benemérito da humanidade, depois de Cristo, a ciência feita homem ou o homem feito ciência, também é comicamente desrespeitado no tal jornal católico.

Sem analisá-lo, sem mostrar se quer que o leu, a Civilização entra a esgaravunhar a vida privada do maior gênio do século, deixando uma nódoa parda em cada lugar que toca.

É lastimável semelhante profanação! [...]

Contra isto só temos a fazer uma coisa — pedir a Civilização que por favor não faça acreditar ao mundo que Augusto Comte nada vale, porque, se assim suceder, perdemos a nossa melhor ilusão (AZEVEDO, Aluísio. *O pensador*. Maranhão. 10 de novembro de 1880: 4).⁴⁹

Aluísio Azevedo ainda satirizou o comportamento da sociedade maranhense numa pequena série de artigos em forma de monólogos com o título *Antônio Pacífico da Cunha*. Entretanto, essa série não se limitava apenas à sátira, como, ademais, à defesa do Positivismo. É possível observar a importância que ele dava à influência francesa no pensamento científico brasileiro na seguinte passagem:

⁴⁸ N'*O pensador*, é possível encontrar, também, muitos artigos de críticas, às vezes desnecessariamente enérgicas, ao jornal *Brasil católico*, sendo apresentado como usurpador da verdade e conservador provinciano, contrário à ideia de nação. Ademais, criticava-se a imposição da religião católica como a única religião oficial do país. Nisso, é importante sublinhar que as críticas eram ao catolicismo e não ao cristianismo. Para o jornal, “ser Católico para um povo equivale à sua absoluta aniquilação. Um povo, que é Católico de convicção, é um povo que não pensa. Não pensar é declarar guerra ao progresso. O progresso é uma evolução de ideias a que ninguém se furta senão morrendo” (AUTOR ANÔNIMO. *O pensador*. Maranhão. 20 de janeiro de 1881: 1).

⁴⁹ Para Aluísio Azevedo, era necessário “combater esse espírito sacerdotal que tanto sangue tem custado à humanidade” (apud MONTELLLO, 1975: 6). A citação *apud* está presente no jornal *O pensador*, na publicação de 30 de setembro de 1880.

— Dizes que o nosso movimento científico não nos vem exclusivamente da França, mas também de outras partes do mundo.
É exato, porém não menos exato que é a maior parte desse movimento é da França que nos vêm; e, o que é muito importante, nem só o movimento científico, como também o artístico, como o industrial, como o comercial, como enfim o movimento da moda, do *chique*, dos costumes e dos vícios. E aí está a razão porque a França, nem só sobre nós, porém sobre o resto do mundo, exerce um império inquestionável (AZEVEDO, Aluísio. *O pensador*. Maranhão. 30 de outubro de 1880: 3).

Os artigos de Aluísio Azevedo, dentro do recorte temporal estabelecido, entre 1880 e 1881, não foram numerosos, com exceção desta pequena série mencionada. Contudo, bem como n'*A flecha*, foram encontrados artigos de outros articulistas que são relevantes à proposta desta pesquisa. Por exemplo, tem-se o artigo saudosista à figura de José Maria da Silva Paranhos, o Visconde do Rio Branco, responsável pela promulgação da *Lei do Ventre Livre*, também conhecida como *Lei Rio Branco*:

Nesse pendão auriverde que flutua desde o Amazonas ao Prata havia uma nódoa imensa. Uma nódoa escura. Ferrete de ignominia. Nessa bandeira, símbolo de uma nacionalidade jovem, e potente, lia-se uma divisa de trevas — a escravidão. E a terra inteira contemplava esta divisa sinistra. E o gênero humano pálido, tremulo, convulso, bradava à nação que arvorava essa bandeira de luto: — Lava o teu estandarte, faz desaparecer a tua vergonha!
O Brasil ouvia este brado. Ouvia esta voz de liberdade que às faces lhe fazia assomar o rubor. O Brasil, este gigante da América meridional, o Brasil tinha vergonha! Vergonha de seu povo em que havia escravos, vergonha das suas leis que permitiam a escravidão! (AUTOR ANÔNIMO. *O pensador*. Maranhão. 10 de novembro de 1880: 1).⁵⁰

Não há nenhuma menção à condição dos negros escravizados ou livres, durante ou após o decreto da lei. Isso ao longo de todo o artigo. Há somente um repúdio a dois bispos que se posicionaram contra a promulgação e um pedido vago e clemente pela abolição. Num outro artigo, todavia, publicado quase duas semanas depois, dedicado à *boa recepção d'O pensador* pelo público maranhense, é possível observar uma proposta de humanidade que pouco a pouco sobrevinha ao imaginário brasileiro da época:

O povir do Brasil deve ser um povir de liberdade, deve ser a abolição de todas as escravidões que lhe enlutam o seio. Não é o povir exclusivo de uma nação; — é o povir da humanidade. A ideia de nação hoje é uma simples noção de política. O nosso século só um povo — a humanidade. Honra àqueles que lhe alargarem os horizontes (AUTOR ANÔNIMO. *O pensador*. Maranhão. 20 de dezembro de 1880; suplemento do exemplar nº 11: 6).

⁵⁰ Apesar do uso constante de pseudônimos por questões de segurança, alguns articulistas deram preferência pelo completo anonimato.

Como era do branco que partia a ideia de nação, essa proposta de uma humanidade única, nas últimas décadas do século XIX, num jornal declaradamente progressista e científico, tendo em vista a intensa presença das teorias raciais no Brasil, não pode e nem deve ser apreendida num sentido humanitário — ou, muito menos, igualitário — da palavra.

A seguir, num outro artigo, nas palavras *trabalhar* e *operário*, é permitido entender que essa proposta condizia, antes, à *nova ordem* mundial; ou seja, ao capitalismo:

Acompanhado a ciência que hoje o mundo invade, e cuja influência o Brasil mostra haver sentido pela lei que há o dever de concorrer para o desenvolvimento da humanidade. Na obra de luz — o progresso, cada nação deve trabalhar como qualquer operário. O Brasil que trabalhe portanto, e que saiba no grande edifício do aperfeiçoamento humano também sentar uma pedra (AUTOR ANÔNIMO. *O pensador*. Maranhão. 20 de janeiro de 1881: 2).

No mesmo artigo, em outras passagens, há ainda algumas menções sobre a liberdade como uma condição natural da humanidade, a qual não se admitia a ação de usurpadores. É admissível considerar, a partir disso, que essa proposta não se destinava a um simples princípio (ou propósito) de humanização, no sentido benevolente da palavra, mas sim a uma nova dinâmica do trabalho.⁵¹

Dois meses antes da publicação deste último artigo, sob o pseudônimo de *Compadre Mateus*, outro articulista escrevia, na coluna *Colaboração*, sobre os três elementos que perturbavam qualquer nação em seu progresso, sendo eles: “o jesuitismo, o comunismo e a escravidão. O 1.º sufocando a inteligência, o 2.º destruindo a família e a propriedade, e a 3.º impedindo a fraternidade, a igualdade e a liberdade” (*O pensador*. Maranhão. 10 de novembro de 1880: 3). Para além da referência ao lema da Revolução Francesa, tem-se, também, a ideia de humanidade única, que “compõem o grande ser, — a raça humana —, único ser onipotente sobre a terra” (*O pensador*. Maranhão. 10 de novembro de 1880: 3). Porém, em momento algum do artigo *Compadre Mateus* se referiu ao negro, ao escravizado ou à condição desumana da escravidão, por menor que fosse a

⁵¹ Segundo Antonio S. Alfredo Guimarães, “a admissão da igualdade universal entre os homens era colocada no nível dogmático e teórico, por cima e além de qualquer contato ou engajamento com os interesses reais das pessoas envolvidas. Assim como hoje, essa teoria coexistia sem maiores problemas com a enorme distância social e o sentido de superioridade que separava os brancos e letrados dos pretos, dos mulatos e da gatinha em geral” (1995: 35).

sua preocupação. Isso porque, em contrapartida das leituras anacrônicas feitas atualmente, seu propósito era só (re)afirmar que: “a escravidão vai morrendo com os progressos da indústria” (*O pensador*. Maranhão. 10 de novembro de 1880).

Aliás, sobre a escravidão, a maioria dos artigos analisados a trata como um problema moral ligado aos ensinamentos e ordenamentos da Igreja. Entende-se, à vista disso, que a desejada abolição no Brasil não era uma questão humanitária, não como hoje comumente se idealiza. Não era sobre o negro e nem era sobre o escravizado, para o qual pesava a fatalidade do cativo, e sim sobre substituir o modo de produção empregado no Brasil. De fazê-lo se integrar e competir no mercado internacional a partir da dinâmica capitalista.

Quanto ao negro, enfim, a maioria das menções é à cor, aparecendo como sinônimo de maligno, ruim, obscuro etc., assim como no dicionário inicialmente apresentado. Ademais, n’*O pensador* (20 de junho de 1881: 1), há um pequeno artigo a respeito da secularização dos cemitérios, acompanhado de uma brevíssima nota sobre a separação entre brancos e negros. No entanto, não há nenhuma menção disso como um problema.

Como mencionado inicialmente, o propósito deste tópico é fundamentar o segundo tópico, assim como pontuar e apresentar as representações sobre a nação, o negro e a miscigenação nos artigos de autoria tanto de Aluísio Azevedo quanto de outros articulistas. Nisso, nota-se que a escravidão também foi incluída, pois se tornou inviável desconsiderá-la no decorrer da análise dos jornais.

Nos jornais *Pacotilha*, *A flecha* e *O pensador* não constam artigos ou menções sobre a miscigenação. Os artigos de Aluísio Azevedo, dentro do recorte temporal, foram escassos e também não tocaram, em momento algum, no assunto.⁵²

A ausência da miscigenação, contudo, não deve ser entendida como um problema, mas como algo de grande importância. Principalmente, diante da afirmação de José L. Fiorin de que n’*O mulato* há um discurso antirracista fundado na “tese de que o preconceito não permite ao mulato integrar-se à sociedade” (2009: 122).

Portanto, seria *O mulato* um romance antirracista? Ou isso seria somente um mero sofisma? Além disso, Aluísio Azevedo sugeriu, com certa antecipação, algo próximo da tese do branqueamento? É importante notar que o conceito de antirracismo remonta,

⁵² Obs. 1: Aluísio Azevedo também publicou no jornal *O país*. Mas seus artigos se limitavam à solicitação da criação de um teatro público (*O país*. Maranhão. Ano 17. Nº 239. 18 de outubro de 1879: 3) e à quitação de alguns débitos com a sua família. Obs. 2: dada a pouca quantidade de artigos, entre os anos de 1880 e 1881, é admissível que Aluísio Azevedo estivesse ocupado com a produção d’*O mulato*.

mais adequadamente, à primeira metade do século XX, quando, de fato, começaram a aparecer os primeiros programas sociais e intelectuais destinados a combater os preconceitos raciais. Finalmente, seria admissível, não exclusivamente a Aluísio Azevedo, mas ao imaginário da época, alguma proposição antirracista? Responderei a essas interrogações no último tópico a seguir.

3.2. O negro (na nação) d'*O mulato*

3.2.1. A cor do problema ou o problema da raça?

O romance *O mulato* apresenta a história do *mestiço* Raimundo. Esse personagem, na condição de protagonista, como bem fala Leudjane M. Viegas Diniz, “é um dos mais bem elaborados pelo autor, não por ser descendente de negros, mas por ser um mulato que em quase nada lembrava sua origem [africana e] escrava, nem [nos] seus traços corpóreos, nem nos seus modos de comportamento” (2008: 87). É permitido, aliás, confirmar essa fala nas palavras do próprio Aluísio Azevedo:

Raimundo era um bonito rapaz de vinte e seis anos, um tipo verdadeiramente brasileiro se não fossem os grandes olhos azuis, que puxara ao pai, tinha os cabelos muito pretos, lustrosos e crespos, a tez morena, um pouco amulatada, porém pálida e fina, os dentes claros, que mais sobressaíam na negrura indiana do bigode, tinha a estatura alta e elegante, o pescoço largo, o nariz direito e a fronte espaçosa. Porém o que mais impressionava de sua fisionomia, o que mais se prendia e fixava na memória de quem o observasse; eram seus grandes olhos azuis e sombrios, com a pupila muito negra e cercados em forma de amêndoa pelas pestanas crespas; as pálpebras, estornadas de violeta, tinham uma expressão, sensual de tristeza e ternura; as sobrancelhas, muito desenhadas no rosto, como a nanquim, faziam sobressair a frescura da epiderme; a barba, toda raspada, com um colorido azulado, dava ao rosto os tons simpáticos de uma aquarela sobre papel de arroz (1881: 50-51).⁵³

Raimundo, apesar de ser filho de uma negra, a escrava Domingas, apresenta apenas o fenótipo do pai, o português José Pedro da Silva. Para Aluísio Azevedo, esse personagem, então, seria o “símbolo” do tipo “verdadeiramente” brasileiro (DINIZ, 2008: 88). Ademais, ele seria também uma resposta viável à problemática racial, que inquietava, sobretudo, os grupos intelectuais. Nisso, acredito que, a partir daqui, seja oportuno prosseguir com algumas das interrogações levantadas anteriormente: seria *O mulato* um romance

⁵³ É muito importante enfatizar que aqui “as palavras” de Aluísio Azevedo, não somente nesta citação, são tomadas ante a *familiaridade* com o autor e a forma como o *foco narrativo* é construído por ele n'*O mulato*.

antirracista? Ou isso seria somente um mero sofisma? Outrossim, Aluísio Azevedo sugeriu, com certa antecipação, algo próximo da tese do branqueamento?

É imaginável que Aluísio Azevedo, como literato dado ao saber das *sciencias* de seu tempo, tenha tomado conhecimento do darwinismo social, em algum momento, no Rio de Janeiro. Isso não é algo improvável. Embora Alfredo Bosi defenda que, diferentemente dos romances *Casa de pensão* (1884), *O homem* (1887) e *O cortiço* (1890), ele ainda não estava preso às formas “canhestras” e deterministas que essa teoria racial implicava quando produziu *O mulato* (2006: 190).⁵⁴

Entretanto, é possível encontrar algumas das questões fundamentais à raça na narrativa d'*O mulato*, sim; ainda que em discordância a elas. Para as teorias raciais, principalmente para o darwinismo social, fundamentado na ideia de impureza, o indivíduo mulato não deixava de ser negro. Em vista disso, Thomas E. Skidmore explica que se “os americanos [e aqui ele inclui os brasileiros] não podiam fugir à realidade histórica de que a miscigenação ocorre com freqüência num regime escravocrata. Podiam, porém, consolar-se com o fato de que os filhos mulatos eram rigidamente relegados” à hierarquia racial dos negros (1976: 71). No decorrer do romance, isso é visível no desprezo que alguns personagens brancos nutrem por Raimundo; assim como, igualmente, por outros personagens miscigenados.

Como exemplo, citarei duas passagens. A primeira, quando Ana Rosa, o amor proibido de Raimundo, vai conversar com seu pai, Manoel Pescada, e sua avó materna, D. Maria Bárbara, a respeito de seu futuro e de seu noivo pretendido:

— Mas gentes! o que foi que eu fiz?! ...
 — Não estou dizendo que fizestes alguma coisa! ... só te aviso que prestes atenção para a escolha que fizeres! — e nem quero imaginar que tu serias capaz de escolher uma pessoa indigna de ti! ...
 — Mas como, papai! ...
 — Isto vai a quem toca! não sei se me entendes!
 Ora, seu Manoel! disse Maria Bárbara, levantando-se e pousando no chão o enorme cachimbo de taquari do Pará — você também tem lembranças, que parecem esquecimento! — Pois então uma menina, que eu eduquei — ia olhar... E gritou com mais força — para quem, seu Manoel?! ... Vejam se isto não é mesmo vontade de provocar uma criatura! ...
 — Bem! bem! eu não digo isto para ofender! ... desculpou-se Manoel — mas é que nós temos cá um rapaz bem parecido, que...
 — Um cabra! berrou a sogra E era e muito bem feito que acontecesse qualquer coisa! para você ter mais cuidado no futuro com as suas hospedagens! Também

⁵⁴ É conveniente notar que para Sandra J. Pesavento, a “versão literária do racismo encontra-se em *O Cortiço*, [...] no qual se narra a degenerescência do imigrante português em face do contato com o meio tropical e a raça ‘amestichada’ do país” (2000: 33).

só nessa cabeça entrava a maluqueira de andar metendo em casa crioulos cheios de fumaças! (AZEVEDO, 1881: 148-149).

Observa-se o uso da palavra *cabra* quando D. Maria Bárbara se refere energicamente a Raimundo. No decorrer do romance, essa palavra reaparece inúmeras vezes na *boca* dessa personagem. Sendo, no vocabulário do período, empregada de maneira pejorativa para se referir aos negros e, sobretudo, aos mulatos. Além do mais, a mesma personagem usa também a palavra *crioulo*, que, a princípio, era empregada para se referir aos filhos dos portugueses e espanhóis nascidos na América. No entanto, devido à constante miscigenação, ela foi ressignificada até compreender somente os africanos, escravizados ou não, e os seus descendentes, numa profunda forma de segregação racial e social.⁵⁵

O segundo exemplo se encontra na passagem em que Raimundo não só tem o seu pedido de casamento com sua prima Ana Rosa negado pelo seu tio Manoel Pescada, como ainda descobre sobre sua descendência africana e o seu passado como escravo:

Não! não! ao contrário, senhor Raimundo — eu levaria muito em gosto o seu casamento com minha filha, no caso que isso se pudesse realizar! E só peço a Deus que lhe depare um marido, possuidor de suas boas qualidades e de seu saber, porém creia que eu, como bom pai, não devo, de forma alguma, consentir na sua união com Anica — cometeria um crime se assim procedesse! ...
 — Com certeza há algum parentesco de irmão entre eu e ela! ...
 — Não! já lhe disse que não há!
 — Pensará o senhor que sou doente! que tenho alguma moléstia ruim, que transmitisse a meus filhos na massa de meu sangue? ...
 — Pior do que a moléstia, que se transmite no sangue, porque o seu mal transmite-se também no nome!
 — No nome?! disse Raimundo, parando o cavalo — algum crime abominável de meu pai?! ...
 — Não! não é um crime!
 — Então que é?! diga! vamos! diga por amor de Deus! ...
 — E o senhor promete não se ofender?! ...
 — Juro!
 Depois de algum silêncio, que valeu uma eternidade para Raimundo, Manoel disse resolutamente — É porque o senhor é mulato!
 — Mulato! eu?! ...
 E Raimundo tornou-se lívido.
 — É verdade, infelizmente! disse Manoel em ar de confiança — Vê o senhor?!
 — não é por mim! mas é pela sociedade! é pelos descendentes! [...] Além disso para realizá-lo teria de quebrar a promessa que fiz à minha sogra de nunca casar Anica [Ana Rosa] com o senhor! que aliás é muito digno, mas que todos no Maranhão sabem que foi forro a pia! ...
 — Eu?! ora essa! ...

⁵⁵ Conforme o *Dicionário da língua brasileira* (1832), *cabra* significa: “s.f. A fêmea do bode. Casta de peixe. Filho de pai mulato, e mãe negra, ou ao contrário”; e *crioulo* significa: “adj. O preto escravo, que nasce em casa de seu senhor. O animal ou ave que nasce em poder de seu dono”.

— Sim, meu estimável sobrinho — o senhor! pesa-me dizê-lo e não o faria se não fosse obrigado, mas o senhor é filho de uma escrava e nasceu também escravo! (AZEVEDO, 1881: 321-322).⁵⁶

O fato de Raimundo ser mulato e ter nascido escravo o coloca em condição de pária na sociedade. Isso porque as teorias raciais, “em suas diferentes correntes, tinham em comum pensar o negro segundo a perspectiva da inferioridade” (DINIZ, 2008: 91). Ademais, é importante lembrar que, para o darwinismo social, a raça era um fenômeno pronto e acabado. A miscigenação nunca traria, assim, bons resultados. Significando, antes de tudo, num primeiro momento de pessimismo, a degeneração física, social e moral dos brancos.

À vista disso, para os mais variados grupos intelectuais, preocupados com a formação nacional do Brasil, apresentava-se um problema, até então, sem resposta aparente. Se num primeiro momento, “as teorias raciais condenavam a mistura racial e traziam [...] um significado negativo e pessimista, relacionando a palavra à idéia de povo degenerado”, já em um outro momento, “a questão da miscigenação devia também encontrar uma saída viável, pois, ao mesmo tempo em que não se podia negar essa realidade no país, desejava-se construir uma identidade nacional baseada na imagem do progresso, o que se tornava um problema” (DINIZ, 2008: 92). Considerado isso, ao trazer esse problema para *O mulato* — tomando a fala anterior de Alfredo Bosi como correta —, é admissível que Aluísio Azevedo tenha, na década de 1880, evitado os pessimismos em relação à miscigenação e idealizado em Raimundo uma resposta à problemática racial do Brasil, o qual, ao imaginário do século XIX, permanecia *indesejavelmente enegrecido*.

No século XIX, “tudo passava pelo fator raça, e era [apenas a ela] que se deveria retomar se o que buscava era justamente o futuro da nação” (SCHWARCZ, 1993: 153-154). A raça branca era a *chave* para todo o desenvolvimento, isso pois “os Estados Unidos eram industrialmente poderosos, eram racialmente superiores, enquanto o Brasil, com sua vasta população negra e mista estava destinado ao subdesenvolvimento” (BROOKSHAW, 1993, apud DINIZ, 2008: 91), caso não viesse se *purificar*.

A ideia de *purificação* também é presente em Aluísio Azevedo n’*O mulato*. Contudo, ela não se destina meramente às diferenças biológicas entre as raças. Raimundo não se

⁵⁶ A edição d’*O mulato* de 1881 possui 488 páginas. Nisso, Raimundo permanece sem saber sobre sua origem por quase toda a trama. Como bem observa Leudjane M. Viegas Diniz: “Raimundo percebeu a repulsa à sua figura logo que chegou à cidade [de São Luís]. Apesar de, em grande parte da obra, não saber precisamente o motivo dessa repulsa, Raimundo a percebia” (2008: 89); ele apenas não sabia, até então, o porquê.

destaca à sociedade de São Luís somente porque “vestia-se com gosto e distinção” ou porque “tinha os gestos e as palavras delicadas”. Ele se destaca por ser “formado em direito”, cultivando “com sucesso as artes, a ciência, a literatura e a política” (1881: 51). Ele representa simbolicamente (ao período) a “filosofia positivista” (1881: 136). Assim sendo, se a antecipação da tese de branqueamento procede, ela não pode ser pensada sem o enaltecimento cultural do branco, uma vez que, até mesmo para Aluísio Azevedo, tanto os costumes e as tradições como a espiritualidade africana eram meras “superstição e ignorância” (MÉRIAN, 2013: 279).⁵⁷

Leudjane M. Viegas Diniz argumenta que “a não aceitação do mulato está associada, no romance, à idéia de sociedade atrasada” (2008: 97), assentada em práticas racistas, que impediam a integração do mulato *embranquecido*. Mas, logo depois, ela avalia que “ao mesmo tempo em que Aluísio Azevedo tece uma crítica ao preconceito racial, aponta também como esse preconceito está associado a antigas e tradicionais instituições como a Igreja, a escravidão e o governo imperial” (2008: 97), com base (2008: 98) na conversa de Raimundo e Manoel Pescada sobre escravidão e liberdade, poder e crime, de um ponto de vista constitucional:

— Sim! mas o que é verdade é que a escravatura é autorizada por lei.
 — Ultimamente, para vergonha nossa, mas é que uma lei má deve ser reformada.
 — Creio que não é de hoje esta lei...
 — Leia com atenção a nossa história e os nossos códigos e verá muito claramente que o governo, no tempo da metrópole, não autorizou a escravatura, o que fez foi conceder licença aos colonos para que tivessem índios ao seu serviço. A única verdadeira coisa foi a maldita praga dos contrabandistas de negos africanos, que escravizavam com o direito da força e da mentira. E essa será também a causa eterna de nossa maior vergonha e de nossos futuros embarços. Ah! mas um dia, esse governo que não teve inteligência de seus deveres pagará bem caro a vergonhosa incúria. — Quando do ventre livre rebentar uma nova geração de párias, mulatos, livres, inteligentes e repudiados pela velha sociedade dos brancos, quando vierem esses leões — então segure-se bem o governo no seu trono, porque essa geração há de devorá-lo! (AZEVEDO, 1881: 281-282).⁵⁸

À vista disso, pensar numa “crítica ao preconceito racial” não é muito adequado ao período. Quem sabe, oportunamente, pensar uma crítica àqueles que não aceitavam o

⁵⁷ Nas páginas 166 e 167 da primeira edição d’*O mulato*, o narrador descreve todos os atributos que qualificam Raimundo como um “homem moderno por excelência”.

⁵⁸ Obs. 1: na página 362 da primeira edição d’*O mulato*, tem uma fala de Raimundo a respeito dos problemas que a condição de mulato o impunha na província do Maranhão. Obs. 2: em *Aluísio Azevedo. Trechos escolhidos*, Josué Montello apresenta uma ideia próxima à de Leudjane M. Viegas Diniz: “Aluísio dá livre curso à sua índole polêmica [...], ao mesmo passo que, no drama de um mulato, faz sentir toda monstruosidade do preconceito de côr na sociedade maranhense” (1963: 10-11).

embranquecimento da população brasileira. Aluísio Azevedo não estava a criticar preconceito algum, e seu problema era com a ideia de impureza. Senão, por qual razão ele pensaria também num embranquecimento cultural, étnico? Para ele, no momento da produção da primeira edição d'*O mulato*, “a mistura do negro com o branco é um melhoramento e não uma piora, como pensava a [...] sociedade de São Luís”. Contudo, “o melhoramento era o afastamento do negro, considerado rude, sem cultura, incivilizado, e a aproximação com o branco [ou seja, o europeu], modelo da sociedade brasileira” (FIORIN, 2009: 121-122).⁵⁹

A escravidão e, comumente, tudo aquilo que representava a ordem (colonial e) imperial, era um mal que devia ser combatido por todos que buscavam o Brasil segundo o *projeto civilizador* e a ideia de nação. E o negro era, infelizmente, entendido como um mal herdado do regime escravocrata. É possível apresentar um exemplo disso n'*O mulato*. A passagem a seguir não é nenhuma conversa entre personagens, mas sim uma descrição do narrador, ao falar dos perigos que cercavam a região do Rosário, onde a antiga fazenda de José Pedro da Silva se localizava:

Em todo os sertões do Maranhão há quilombos ou mocambeiros, é o lugar onde vivem os escravos fugidos com suas mulheres e filhos, formando uma grande família de malfeitores. Essa gente quando não pode viver da rapina, vive da caça, que é por lá muito abundante e que facilmente se vende na vila; de sorte que a escravatura, além de tantos mais inconvenientes, trouxe-nos o de povoar nossos campos de salteadores, em cujas mãos tem caído, centenas de vítimas (1881: 69).

A formação de uma identidade nacional, enquanto produto do imaginário também, corresponde à delimitação tanto de um território como das relações com o *outro*, correspondendo, ainda, “a formar imagens dos inimigos e dos amigos, rivais e aliados” (BACZKO, 1985: 309). Considerado isso, sendo que o negro foi, no decorrer do século XIX, imaginado e representado através de imagens negativas, estereotipadas, além de ser entendido como um elemento degenerativo, é admissível avaliar que ele foi pensado como um *outro*. Para não dizer como um inimigo, em vista de sua presença indesejada significar a decadência do *projeto civilizador* e, conseqüentemente, da própria nação.

Por fim, observa-se que, no lugar comum das palavras, incumbia aos grupos intelectuais, quer fossem eles formados por literatos ou por *homens de ciencia*, não uma

⁵⁹ A etnicidade é um conjunto de características culturais e sociais que regulam uma identidade, relacionada, muitas das vezes, a uma ideia de raça.

crítica aos preconceitos raciais, mas sim à escamoteação (ou mesmo à obliteração) do negro em tudo aquilo que tocava o Brasil e sua formação nacional.

3.2.2. Mo(nu)mento do romance ou Aluísio Azevedo em seu tempo

Finalmente, é possível prosseguir com a última interrogação. Mas é necessário, antes, falar da proposta de branqueamento n'*O mulato*. Nisso, admite-se que Aluísio Azevedo tenha idealizado e apresentado seu protagonista enquanto resposta viável à problemática racial no Brasil. Embora só promovida entre as décadas de 1890 e 1930, durante a política de imigração europeia, a tese do branqueamento já circulava entre os intelectuais quando o romance foi produzido. É certo que as primeiras impressões foram negativas, tendo-se em vista a influência do darwinismo social (em sua teoria pura). Contudo, isso não impediu Aluísio Azevedo de se apropriar dela e a representar de maneira singular ainda na década de 1880. Pois, mesmo ante as adversidades que a ideia de impureza racial podia trazer ao Brasil, o embranquecimento biológico da população seria seguido do embranquecimento cultural, étnico. Apagando-se, então, gradualmente, toda a presença indesejada do negro, do africano, que a *escravatura trouxe* à realidade brasileira.

Outrossim, é adequado notar que *O mulato* não é um romance antirracista, e entendê-lo dessa forma é um mero sofisma. Mas, para evidenciar isso com maior clareza, será fundamental prosseguir a partir daqui com a última interrogação: seria admissível, não exclusivamente a Aluísio Azevedo, mas ao imaginário da época, alguma proposição antirracista?

A segunda parte do trabalho biográfico de Jean-Yves Mérian é reservada quase que inteiramente à crítica literária d'*O mulato*. No capítulo 10, *As possíveis fontes de inspiração de O mulato no campo literário*, defende-se que, apesar de o romance não ter sido o primeiro a tratar “dos problemas criados pelas relações entre negros, mulatos e brancos numa sociedade multirracial escravagista” (2013: 193), foi, entretanto, um dos primeiros a criticar a condição de pária imposta aos mulatos (2013: 204). Por conseguinte, para embasar essa ideia, Jean-Yves Mérian percorre a literatura francesa e, em seguida, a literatura brasileira, até chegar ao romance *O cacaulista* (1876), do escritor paraense Inglês de Sousa (1853–1918).

É interessante mencionar que *O cacaulista* apresenta também a história de um mulato, de nome Ribeiro, que, após acumular uma pequena fortuna através de seu

sofrimento e alheio, consegue se *embranquecer* e ocupar uma alta posição numa sociedade dominada por brancos. No entanto, a influência desse romance n’*O mulato* é improvável, mesmo com as semelhanças entre Ribeiro e Raimundo, dentro do estereótipo do negro *enobrecido*.⁶⁰

Jean-Yves Mérian, porém, não se limita apenas à ideia da crítica à condição de pária imposta aos mulatos. No decorrer de todo o seu trabalho, sua erudição é notável. Contudo, mais notável é seu comprometimento de situar Aluísio Azevedo numa posição antirracista e humanitária. A ponto de fazer analogia entre a narrativa d’*O mulato* e a trajetória de vida de Gonçalves Dias (2013: 203-204), ainda que a edição de 1881 não lhe permitisse, bem como ele próprio admite. Mas isso não é, em si, o problema.

Em continuação, para Jean-Yves Mérian as propagandas d’*O mulato* publicadas n’*O pensador*, ao utilizarem unicamente o anticlericalismo, serviam apenas de “trampolim publicitário”. Porque, além de os “problemas colocados pelos preconceitos raciais e o racismo” serem a “essência do romance”, a redação do jornal estava sob processo, aberto pelo clero de São Luís. Isso, aliás, atribuía “uma relação direta entre o romance e a atualidade” (2013: 243). O que não é também, em si, o problema, especialmente quando se pretendia viver somente da escrita.⁶¹

O problema é, exatamente, a associação que Jean-Yves Mérian faz entre abolicionismo e antirracismo. Principalmente, de fazer com que este último se sobressaia como o cerne d’*O mulato*. Embora não faça isso de uma maneira tão direta, como José Luiz Fiorin o faz, ao considerar a proposta de miscigenação, de mistura, como um exemplo de prática antirracista:

O discurso racista da sociedade de São Luís, representado no romance, estabelece valores do universo: há, de um lado, o puro, que é o exclusivo, e, de outro, o negro ou o misturado, que é o excluído. Essas grandezas opõem-se como superior e inferior. O discurso antirracista exalta a mistura (2009: 122).

⁶⁰ Segundo Jean-Yves Mérian, o romance *O cacaulista* é “considerado por vários críticos como uma obra que anunciava o naturalismo no Brasil, antes de *O mulato*” (2013: 202).

⁶¹ Obs. 1: Jean-Yves Mérian argumenta, ao citar as memórias de Aluísio Azevedo, publicadas no Jornal carioca *Gazeta da Tarde*, em 1884, que a “experiência que [o literato teve com as] manifestações de racismo, violência e discriminação constitui-se na base de sua reflexão sobre os preconceitos raciais no romance *O mulato*” (2013: 90). Obs. 2: para Jean-Yves Mérian, essas propagandas, inclusive, desmentem Aluísio Azevedo no seu prefácio à segunda edição d’*O mulato*, quando diz que: “durante a gestação [do romance] não [se preocupou] absolutamente com o efeito que o livro teria de produzir sobre o público, nem tampouco com a escola donde ele procedia” (AZEVEDO, 2013: 18).

Diante disso, tratarei dessas associações em duas partes. A primeira, Jean-Yves Mérian aceita como evidência uma fala de Aluísio Azevedo sobre a questão da escravidão n’*O mulato*, publicada num jornal do Rio de Janeiro, dois anos depois da edição de 1881:

Ao contrário de todas as folhas do sul, todas as folhas diárias do Maranhão conservaram a respeito do livro o mais inquebrável silêncio, porque o livro atacava de frente a escravidão e a tal Atenas é indecentemente a mais escravocrata de todas as províncias do Brasil. [...] Esgotaram, é verdade, a edição da obra, mas isso mesmo porque supunham que *O mulato* era alguma descompostura contra os pobres diabos de uns padres, que nesse tempo escreviam um jornal católico (AZEVEDO, *Folha Nova*, 1883, apud MÉRIAN, 2013: 244).

Esse fragmento confirma toda a publicidade empregada por Aluísio Azevedo. Porém, não é o suficiente para pensá-lo como um literato antirracista. Defendo isso baseado numa passagem d’*O mulato*, de 1881 (ano que, de fato, aqui interessa), na qual a personagem de Dona Quitéria, esposa de José Pedro da Silva, é descrita:

Quitéria foi uma mulher má: se existisse hoje conheceria já o banco dos réus, mas naqueles tempos sem responsabilidade, em que o escravo era uma mercadoria portuguesa, que só servia para faltar a ganância dos traficantes em prejuízo do Brasil, ela, como muitas senhoras brasileiras dessa época, era impudicamente em sua fazenda — o acusador, o juiz e o carrasco (AZEVEDO, 1881: 55-56).

Essa passagem se encontra na terceira parte do romance, e não aparece a partir da segunda edição; assim como não aparecem outras passagens da mesma parte, em que Raimundo é descrito também. Como justificativa, Jean-Yves Mérian menciona a retirada proposital dos trechos “anacrônicos” por Aluísio Azevedo, uma vez que, em 1889, a escravidão já estava abolida. Contudo, independentemente dos porquês, essa passagem mostra que, bem como para o articulista *Catucába*, o que mais interessava era o Brasil enquanto nação, nos limites de um *projeto civilizador* emanado da Europa. Os *prejuízos* da escravidão existiam, mas não primeira e propriamente para os escravizados.⁶²

Apesar de, no século XIX, o Brasil ter sido idealizado “por meio de diferentes representações que veiculavam sensibilidades, emoções, juízos e afetos” (PESAVENTO, 2009: 580), Aluísio Azevedo, enquanto literato dado ao saber da ciência positivista, encontrava-se, em 1881, assim como seus contemporâneos, inserido num imaginário

⁶² Segundo Aluísio Azevedo, as alterações n’*O mulato* ocorreram somente na estética (2013: 17). Entretanto, isso não se confirma diante dos inúmeros recortes feitos da primeira para a segunda edição.

eivado por duas imagens *imprescindíveis à qualquer nação*: progresso e civilização. Em vista disso, os discursos a favor da abolição, sem lhes submeter sequer à influência das teorias raciais, não foram produzidos à luz de um antirracismo (até mesmo aqueles em apelos humanitários). Mas sim de uma *nova ordem* mundial, de uma nova dinâmica de trabalho, como anteriormente analisado.⁶³

Como segunda parte, embora aponte a existência de um antirracismo, José L. Fiorin compreende que “*O mulato* não está fundado na ideia de igualdade das raças” (2009: 122). Ademais, ao citar Jean-Yves Mérian, ele reconhece que Aluísio Azevedo aceita “o princípio de desigualdade das raças” e vê na miscigenação somente uma resposta “contra a tara que representava a raça negra no Brasil” (1988, apud FIORIN, 2009: 122). Nisso, o fato de ele ter evitado os pessimismos em relação à miscigenação e à ideia de impureza não é o bastante, e nem pertinente, para situá-lo numa posição de antirracista. Isso pois, naquele momento, tinha-se um objetivo bem claro: fazer do Brasil uma nação visível e unicamente branca.⁶⁴

Conforme Jean-Yves Mérian e José Luiz Fiorin associam o abolicionismo e a proposta de branqueamento, n’*O mulato*, em Aluísio Azevedo, a um antirracismo, ambos se posicionam anacronicamente no tempo, porquanto, pensar ou falar em antirracismo antes da primeira metade do século XX é anacronismo. Mais uma vez, sublinha-se que o conceito de antirracismo remonta à primeira metade do século XX, quando, de fato, começaram a aparecer os primeiros programas sociais e intelectuais destinados a combater os preconceitos raciais. Ademais, Aluísio Azevedo era racista, sim, porque era também racialista. Igualmente a todos os seus contemporâneos. E isso não era nenhum constrangimento ao período. A sociedade brasileira do século XIX era racista por preconceito historicamente herdado e racialista por princípios cientificamente construídos. Outrossim, a “raça era importante, nativamente importante, para dar sentido à vida social porque alocava as pessoas em posições sociais” (GUIMARÃES, 2003: 99).⁶⁵

⁶³ Obs. 1: é “do imaginário que se podem atingir não só a cabeça mas, de modo especial, o coração, isto é, as aspirações, os medos e as esperanças de um povo. É nele que as sociedades definem suas identidades e objetivos, definem seus inimigos, organizam seu passado, presente e futuro” (CARVALHO, 1990: 10). Obs. 2: para os progressistas e liberais, “a escravidão significava antes de tudo um obstáculo para as suas idéias. Eles não tinham uma reflexão sobre as relações raciais nem se preocupavam com a condição dos negros depois da abolição” (GUIMARÃES, 1995: 35).

⁶⁴ Na última década do século XIX, já se defendia plenamente a ideia que “a imigração branca em quantidade suficiente cumpriria [com o] propósito de branquear” toda a população do Brasil (BROOKSHAW, 1983, apud MELO JÚNIOR, 2007: 28).

⁶⁵ Obs. 1: segundo Florestan Fernandes (1965, apud GUIMARÃES, 1995: 33), somente a partir da década de 1940, que surgiu, no Brasil, um movimento antirracista, com a *Frente Negra Brasileira*, buscando denunciar

Aluísio Azevedo, ainda que tenha aceitado a miscigenação e criticado a ideia de impureza e que n'*O mulato* demonstre um enorme apreço por seu mulato europeizado, não abriu mão dos *predicados marginais* para pensar e representar o negro; quer dizer, ele foi pensado e representado através de estereótipos raciais, bem como Domício Proença Filho (2004) identificou ao longo da literatura brasileira. Além de Raimundo, que se enquadra perfeitamente no negro *enobrecido*, é possível apresentar outros exemplos no romance.⁶⁶

Como exemplo de *demônio*, que, dada a escravidão, comporta-se incivilizadamente, tem-se a passagem na qual Raimundo, após deixar a casa de seu tio, passa a morar numa das casinhas da rua São Pantaleão, empregando uma senhora para as atividades domésticas:

Entretanto Raimundo levava uma vida de degredado — no seu desterro tinha por única companhia uma preta velha, que se encarregara de servi-lo — magra, feia, supersticiosa, arrastava-se coxeando pela varanda e pelos quartos, sempre a fumar um cachimbo insuportável e a falar sozinha, a dizer uns monólogos intermináveis, dignos das tragédias do século passado. E esta solidão enchia-o de tédio e saudades pelas boas horas, que passava dantes ao lado de Ana Rosa, penetrado daquele calor benévolo da família (AZEVEDO, 1881: 346).

Como exemplo de *infantilizado*, de incapaz, por conta de sua condição animal, tem-se a passagem em que Ana Rosa toma conhecimento de que o pedido de sua mão em casamento, por Raimundo, foi negado pelo seu pai:

A crise tinha cessado de todo — a doente soluçava baixinho, com o rosto escondido entre os dois travesseiros da cama. A boa Mônica, ajoelhada aos pés do leito, vigiava-a com a docilidade de um cão; D. Maria Bárbara, assentado ao lado da neta, exprobrava-lhe amargamente, em voz baixa, o seu pesar mal cabido por um fato, aliás útil e agradável (AZEVEDO, 1881: 402).

e combater os problemas sociais da “cor” que pesavam sobre os negros e miscigenados cotidianamente. Obs. 2: para evitar leituras imprecisas sobre a minha fala, o entendimento racista impedia qualquer forma de *positivação*, assimilação ou criação de um *ethos* africano no Brasil. Obs. 3: Adolfo Caminha, por exemplo, mesmo após quatorze anos da publicação d'*O mulato*, não fugiu aos *predicados marginais* para pensar e representar seu protagonista Amaro, concebendo-o de maneira racista e racialista.

⁶⁶ Apesar do momento ser um pouco tardio, Ellis Cashmore esclarece que “no campo das relações raciais e étnicas, um estereótipo é freqüentemente definido como uma generalização excessiva a respeito do comportamento ou de outras características de membros de determinados grupos”. Além disso, “os estereótipos [...] são geralmente expressões de preconceito contra os grupos em questão, mas à medida que reproduzem uma visão do coletivo, também têm um certo valor estatístico e são, portanto, guias moderadamente úteis para previsão de comportamentos” (et al., 2000: 194-195).

É válido notar que a personagem de Mônica é uma cafuza, forra de Manoel Pescada, que, ao contrário de Raimundo, mesmo miscigenada, não é *enobrecida*. Ademais, enquanto exemplo de *perverso*, dada a promiscuidade, a erotização, tem-se a passagem na qual se descrevem “os *habitués* da missa” em São Luís:

As moças escondiam a boca no livrinho das rezas e passeavam furtivamente o olhar para o lado dos fraques pretos. Sentiam-se mudar de posição os corpos que há duas horas estavam assentados — os opulentos quadris das pretas minas rangiam; os ossos duros dos velhos estalavam (AZEVEDO, 1881: 418).

Novamente, tem-se o *perverso*, dada a erotização do corpo, numa das primeiras passagens do romance, destinada a ambientar a rotina de São Luís:

Da praia de Santo Antônio enchia a cidade um som monótono e invariável de uma buzina, que anunciava peixe; para lá convergiam, apressadas e cheias de interesse, as peixeiras, negras, com os tabuleiros na cabeça, rebolando os grandes quadris, trêmulos e as tetas opulentas (AZEVEDO, 1881: 4).

Ambas as representações sobre o estereótipo de *perverso* não podem passar despercebidas. Elas seguem a erotização do corpo africano, mesmo que não apresentem, explicitamente, apelos sexuais. Isso pois a literatura de inúmeros autores expressa “o exercício da ‘doxa patriarcal’ herdada dos tempos coloniais” (SALES, 2012: 24). Em *A dominação masculina*, Pierre Bourdieu esclarece que:

O efeito da dominação simbólica (seja ela de etnia, de gênero, de cultura, de língua etc.) se exerce não na lógica pura das consciências cognoscentes, mas através dos esquemas de percepção, de avaliação e de ação que são constitutivos dos *habitus* e que fundamentam, aquém das decisões da consciência e dos controles da vontade, uma relação de conhecimento profundamente obscura a ela mesma. Assim, a lógica paradoxal da dominação masculina e da submissão feminina [sem *essencializar* acerca da distinção de uma suposta natureza humana], que se pode dizer ser, ao mesmo tempo e sem contradição, espontânea e extorquida, só pode ser compreendida se nos mantivermos atentos aos efeitos duradouros que a ordem social exerce sobre as mulheres (e os homens), ou seja, às disposições espontaneamente harmonizadas com esta ordem que as impõem (2003: 49-50).

Essas representações, como poder simbólico historicamente estruturado na lógica patriarcal não sobrepunham, na sociedade, apenas o masculino sobre o feminino, mas, além disso, o branco sobre o negro, o europeu sobre o africano, permitindo o controle sobre os corpos dos dominados. Elas, conseqüentemente:

Integram um arquivo, “ocupando o lugar” no que toca, em especial, “à representação estereotipada que une sensualidade e desrepressão”. [...] Na literatura nacional, nota-se “uma semântica erótica obcecada pelos corpos de pele morena”, de pele mulata e negra, identificados como “desfrutáveis”, reduzidos à “esfera carnal” ou como mão de obra servil (DUARTE, 2009, apud SALES, 2012: 24).

À primeira vista, pode parecer uma análise imoderada dessas duas passagens. Mas, se se entender que foi pela diferença e não pela semelhança que se pensou a miscigenação e que, do mesmo modo, praticaram-se as mais variadas formas de violência contra o africano, contra o negro (ALMEIDA, 2010: 33), nem tanto.

Considerado tudo isso, vale levantar uma última interrogação: Aluísio Azevedo não retratou o sofrimento do negro diante da escravidão? Sim. Usando o estereótipo de *vítima*. Comum, aliás, à narrativa da abolição. E um exemplo até já foi citado. Contudo, é possível apresentar um outro exemplo no romance, na passagem em que Raimundo conversa com seu tio sobre a crueldade com a qual o escravizado era castigado pelas senhoras *católicas de bem*: “quando voltou, o pobre preto, que era um homem forte, musculoso, bonito, estava quase morto! Creia, senhor Manoel, que um tal procedimento é, além de tudo, indigno de uma mulher [...] e envergonha-me de ser brasileiro!” (AZEVEDO, 1881: 278). E ele conclui, em seguida: “mas sabe o que tudo isto é, meu amigo? — ignorância! são defeitos de educação! — tanto a mulher ou o homem que comete a torpe covardia de castigar um escravo, como um tipo que especula e vive da escravatura, são igualmente mal criados” (AZEVEDO, 1881: 279).⁶⁷

Apesar de Raimundo criticar, num primeiro momento, a crueldade dos castigos dados ao negro, ele redireciona sua crítica, logo depois, àqueles que viviam da escravidão. Mais uma vez, sublinha-se que era a instituição servil que estava em xeque, não o negro escravizado. Independentemente do apelo humanitário. Domício Proença Filho fala que a condição escrava era não mais que um “objeto de idealização, pretexto para a exaltação da liberdade e defesa da causa abolicionista” (2004: 163). Buscava-se comover o leitor, mas para a necessidade de se abolir a escravidão enquanto mal ao progresso e à civilização do Brasil como nação.

⁶⁷ Segundo Ellis Cashmore, “os estereótipos podem [...] ser positivos ou negativos, embora sejam, com maior frequência, negativos. Mesmo os ostensivamente positivos podem comumente implicar uma avaliação negativa” (et al., 2000: 194).

Enfim, com tantas imagens negativas, estereotipadas, sobre o negro, submetido século após século à condição de propriedade escrava, finalizarei esta dissertação de maneira “poética”: *o negro não padeceu somente sob a sanha do verdugo que com violência brandia o vergalho. Muito pelo contrário. Ele padeceu tal-qualmente sob a mão daqueles que escreveram o Brasil, e que sequer se atentaram ao quanto à nação ele serviu — do passado colonial à tão desejada nova ordem mundial.*

ÚLTIMAS PALAVRAS

Analisar *O mulato* não é uma tarefa fácil, mas nem tanto pela importância de Aluísio Azevedo no cânone nacional. A maior adversidade, indiscutivelmente, foi a de apreendê-lo em cada passagem do romance e de pensá-lo em seu próprio tempo, em sua própria realidade. Sobretudo, porque a literatura do século XIX não está tão distante de nós, e muitas de suas temáticas ainda se fazem hoje presentes.

É bem provável que minhas análises causem muitas discordâncias. Sendo aqui uma das intenções pretendidas. Mas é necessário, ainda, enfatizar dois pontos. Primeiro, aos mais ávidos leitores *azevedianos*, esta dissertação apresenta apontamentos. O que não significa que ela é resultado de um impulso retórico. Embora seja a retórica imanente a qualquer narrativa, são os vestígios (ou indícios) que permitem a reconstrução histórica, e eles permanecem submetidos apenas às realidades que os produziram (CHARTIER, 1990: 82). Ademais, Carlo Ginzburg elucida que eles, na qualidade de provas, “longe de serem incompatíveis com a retórica, constituem o seu núcleo fundamental” (2002: 63). Segundo, tendo em mente que a literatura “constitui uma forma de conhecer o mundo” e “colabora para o desvendamento daquilo que o homem, conscientemente ou não, persegue durante toda a existência” (MOISÉS, 1973: 29), atentei-me à seguinte advertência de Peter Burke:

A tentação a que o historiador [...] não deve sucumbir é a de tratar as imagens de um certo período como espelhos, reflexos não problemáticos de um tempo. [...] Os historiadores [...] têm de praticar a crítica das fontes, perguntar por que um dado texto ou imagem veio a existir (2005: 32-33).

Uma de minhas inquietações se deu em pensar a produção d’ *O mulato* no ambiente de incertezas e impasses do século XIX, permitindo-me ir para além do caráter estético do romance. O que interessava realmente era como e por que Aluísio Azevedo se apropriou e representou os temas mais fundamentais ao seu tempo, pensando o negro enquanto indivíduo e *ser* imaginado, da formação do cânone literário à formação nacional, e também na sua concepção de nação. Além de, certamente, pensá-lo nos limites das teorias raciais e no cerne tanto da escravidão quanto dos discursos abolicionistas.

Em efeito, atentei-me a mais uma advertência. Sidney Chalhoub e Leonardo Pereira apontam, na apresentação d’ *A História contada*, para a importância de se situar o literato:

No movimento da sociedade, investigar as suas redes de interlocução social, destrinchar não a sua suposta autonomia em relação à sociedade, mas sim a forma como constrói ou representa a sua relação com a realidade social — algo que faz mesmo ao negar fazê-lo (1998: 7).

Por conseguinte, vi que, para Aluísio Azevedo, as representações do mulato tinham, primariamente, dois objetivos: oferecer uma resposta à problemática racial e mostrar que a miscigenação, em si, poderia trazer bons resultados.

Porém, evitando qualquer entendimento precipitado, vi também que, como indivíduo dado ao saber das *sciencias* de seu tempo, Aluísio Azevedo se baseou no determinismo racial poligenista para pensar não só Raimundo, mas todos os seus personagens. Impedindo-me, assim, de pensá-lo como um literato antirracista, uma vez que o negro, na sua concepção de nação, não possuía lugar algum. A miscigenação era, antes de um princípio, um fim.

Para os mais inflexíveis, que prosseguirem a situá-lo numa posição antirracista, somente sugiro que façam uma breve comparação entre os personagens *d'O mulato* e os *d'O cortiço*. Raimundo e Rita Baiana são ambos mulatos, contudo, extremamente distintos. O primeiro é um personagem *enobrecido*, pois parece branco e cultiva os costumes europeus e recusa sua origem negra (1881: 323). A segunda é uma personagem sexualizada em sua linhagem racial, é lasciva (1890: 109), levando o personagem de Jerônimo, um imigrante português trabalhador, à degeneração moral e social (1890: 150). Além disso, é necessário sublinhar que a personagem miscigenada de Mônica não compartilha da mesma sorte de Raimundo, *n'O mulato*, porquanto é uma cafuza *infantilizada*. Ou, senão, *exilada da cultura branca* também.

Se em algum momento Aluísio Azevedo foi antirracista e encontrou na miscigenação uma maneira de se apresentar enquanto tal, anos depois, ele repensou isso, e com representações que em nada tocam à ideia de antirracismo, por mais ligeiramente que seja.⁶⁸

Por último, para além de um produto literário, *O mulato* é um testemunho intenso de um Brasil incerto, ainda em formação. Sua trama possibilita adentrar nos mais diversos impasses — presentes na sociedade brasileira do século XIX — sob um olhar singular.

⁶⁸ Não se trata aqui de construir uma imagem degradante de Aluísio Azevedo, mesmo porque os “temas, motivos, valores, normas ou revoltas são fornecidos ou sugeridos pela sua sociedade e seu tempo”, sendo destes que ele fala (SEVCENKO, 2003: 29).

REFERÊNCIAS

Fontes

AZEVEDO, Aluísio. *O cortiço*. 1ª Ed. Rio de Janeiro: B. L. Garnier e Livreiro Editor, 1890.

_____. *O mulato*. 1ª Ed. Maranhão: Typographia do Paiz, 1881.

_____. *O mulato*. 2ª Ed. Reimp. Maranhão: Academia Maranhense de Letras, 2013.

LEAL, Antonio Henrique. *Pantheon maranhense*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1873.

PINTO, Luiz Maria da Silva. *Diccionario da lingua brasileira*. Ouro Preto: Typographia de Silva, 1832.

A FLECHA

Maranhão. Ano I. Nº 11. 1879.

PACOTILHA

Maranhão. Ano I. Nº 7. 12 de dezembro de 1880.

O PENSADOR

Maranhão. 30 de outubro de 1880.

Maranhão. 10 de novembro de 1880.

Maranhão. 20 de dezembro de 1880.

Maranhão. 20 de janeiro de 1881.

Maranhão. 30 de julho de 1881.

Maranhão. 10 de agosto de 1881.

Bibliografia

ALBURQUEQUE, Wlamyra Ribeiro de; FRAGA FILHO, Walter. *Uma história do negro no Brasil*. Salvador: Centro de Estudos Afro-Orientais; Brasília: Fundação Cultural Palmares, 2006.

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. *A ideologia da decadência*. Leitura antropológica a uma história de agricultura do maranhão. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Editora Casa 8; Fundação Universidade do Amazonas, 2008.

ALMEIDA, Lady Christina de. *“Trilhando seu próprio caminho”*. Trajetórias e protagonismo de intelectuais/ativistas negras, a experiência das organizações. Dissertação de mestrado em Ciências Sociais. Pontifícia Universidade Católica de Rio de Janeiro. Rio de Janeiro/RJ. 2010.

ASSUNÇÃO, Mathias Rhöring. Exportação, mercado interno e crises de subsistência numa província brasileira. O caso do Maranhão, 1800-1860. In: *Revista Estudos Sociedade e Agricultura*. N.º 14. Abr. 2000.

AVELAR, Alexandre de Sá. A biografia como escrita da História: possibilidade, limites e tensões. In: *Revista Dimensões*. UFES – Programa de Pós-Graduação em História. Nº 24. 2010.

BACZKO, Bronislaw. Imaginação social. In: LEACH, Edmund et al. *Anthropos-Homem*. Lisboa: Imprensa Nacional; Casa da Moeda, 1985.

BARROS, José D'Assunção. A História Cultural Francesa. Caminhos de investigação. In: *Revista de História e Estudos Culturais*. *Revista Fênix*. Vol. 2. Ano 2. Nº 4. Out. Nov. Dez. 2005.

BORN, Claudia. Gênero, trajetória de vida e biografia. Desafios metodológicos e resultados empíricos. In: *Revista de Sociologia*. Ano 3. Nº 5. Porto Alegre. Jan. Jun. 2001.

BORRALHO, José Henrique de Paula. *A Athenas Equinocial*. A literatura e a fundação de um Maranhão no Império brasileiro. São Luís: EDFUNC, 2010.

BOSI, Alfredo. *História concisa da literatura brasileira*. 43ª Ed. São Paulo: Cultrix, 2006.

BOURDIEU, Pierre. *A dominação masculina*. 3ª Ed. Rio de Janeiro: Bertand Brasil, 2003.

_____. A ilusão biográfica. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaina. *Usos e abusos da história oral*. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 1998.

_____. *As regras da arte*. Gênese e estrutura do campo literário. São Paulo: Cia das Letras, 1996.

_____. *O poder simbólico*. 4ª Ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.

BOTTA, Mariana Giacomini. A imprensa pioneira em língua portuguesa e os gêneros jornalísticos no século XVIII. In: *Revista Comunicação Midiática*. Vol. 8. Nº 2. Mai. Ago. 2013.

BRAUDEL, Fernand. *Reflexões sobre a História*. São Paulo: Martins Fontes, 1990/1992.

BURKE, Peter. *O que é História Cultural?* Rio de Janeiro: Editora Zahar, 2005.

CANDIDO, Antonio. Crítica impressionista. In: *Revista Remate de males*. Ed. Especial. UNICAMP, 1999.

_____. De cortiço a cortiço. In: *Revista Novos Estudos*. Nº 30. Jul. 1991.

_____. *Formação da literatura brasileira: momentos decisivos*. Vol. 1. 9ª Ed. Belo Horizonte; Rio de Janeiro: Editora Itatiaia Ltda., 2000 A.

_____. *Formação da literatura brasileira: momentos decisivos*. Vol. 2. 9ª Ed. Belo Horizonte; Rio de Janeiro: Editora Itatiaia Ltda., 2000 A.

- _____. *O Romantismo no Brasil*. São Paulo: Humanitas; FFLCH, 2002.
- CARDOSO, Sebastião Marques. Caminhos da Crítica Literária Brasileira. Roberto Schwarz e Luiz Costa Lima. In: *Revista Impulso*. Vol. 15. Nº 36. Piracicaba. 2004.
- CASHMORE, Ellis et al. *Dicionário de relações étnicas e raciais*. São Paulo: Summus, 2000.
- CASTILHO, Suely Dulce de. A Representação do Negro na Literatura Brasileira. Novas perspectivas. In: *Revista Olhar de professor*. Vol.7. Nº 1. Ponta Grossa. 2004.
- CASTRO, Flávia Lages de. *História do Direito Geral e do Brasil*. 5ª Ed. Rio de Janeiro: Editora Lumem Juris, 2007.
- CHALHOUB, Sidney; PEREIRA, Leonardo Affonso de Miranda (Orgs.). *A História contada*. Capítulos de História social da Literatura no Brasil. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.
- CHARTIER, Roger. *A história cultural*. Entre práticas e representações. Lisboa: Difel, 1990.
- _____. A História hoje. Dúvidas, desafios e propostas. In: *Revista Estudos Históricos*. Nº 13. Vol.7. Rio de Janeiro. 1994.
- _____. O mundo como representação. In: *Revista Estudos Avançados*. Vol. 11. Nº 5. São Paulo. 1991.
- _____. Pierre Bourdieu e a História. Debate com José Sérgio Leite Lopes. In: *Revista Topoi*. Rio de Janeiro. Mar. 2002.
- _____. Defesa e ilustração da noção de representação. In: *Revista Fronteiras*. Vol. 13. Nº 24. Dourados: Jul. Dez. 2011.
- COSTA, Arrisete. Biografias históricas e práxis historiográfica. In: *Revista Saeculum. Revista de História*. Nº 23. João Pessoa: Jul. Dez. 2010.
- COSTA, Emília Viotti da. *Da monarquia à república*. Momentos decisivos. 6ª Ed. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1999.
- COSTA, Hermisten Maia Pereira da. O protestantismo e a palavra impressa. Ensaio introdutório. In: *Revista Ciências da Religião. História & sociedade*. Vol. 6. Nº 2. 2008.
- COUTINHO, Afrânio. *A literatura no Brasil*. Preliminares e generalidades. Vol. 1. 3ª Ed. Rio de Janeiro: Editora José Olympio; Niterói: EDUFF, 1986.
- CRUZ, Heloisa de Faria; PEIXOTO, Maria do Rosário da Cunha. Na oficina do historiador. Conversas sobre História e Imprensa. In: *Revista Projeto História*. Nº 35. São Paulo. Dez. 2007.
- DINIZ, Leudjane Michelle Viegas. *Nas linhas da literatura*. Um estudo sobre as representações da escravidão no romance *O mulato*, de Aluísio Azevedo. Dissertação de mestrado em História. Universidade Federal de Uberlândia. Uberlândia/MG. 2008.

DOMINGUES, José Maurício. *Teorias sociológicas do século XX*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

DUARTE, Eduardo de Assis. O negro na literatura brasileira. In: *Revista Navegações*. Vol. 6. Nº 2. Jul. Dez. 2013.

FARIA, Regina Helena Martins de. Escravos, livres pobres, índios e imigrantes estrangeiros nas representações das elites do Maranhão oitocentista. In: COSTA, Wagner Cabral da (Org.). *História do Maranhão*. Nos estudos. São Luís: EDUFMA, 2004.

_____. *Mundos do trabalho no Maranhão oitocentista*. Descaminhos da liberdade. São Luís: EDUFMA, 2012.

FARIAS, Sônia Ramalho de. Tendências da crítica literária contemporânea. Um esboço. In: *Revista Graphos*. Vol. 10. Nº 2; Vol. 11. Nº 1. João Pessoa. Dez. 2008; Jun. 2009.

FIORIN, José Luiz. A construção da identidade nacional brasileira. In: *Revista Bakhtiniana*. Vol. 1. Nº 1. São Paulo. Set. 2009.

GALVES, Marcelo Cheche. “Aderir”, “jurar” e “aclamar”. O Império no Maranhão (1823-1826). In: *Revista Almanack*. Nº 1. 1º Semestre. Guarulhos. 2011.

_____. “Ao público sincero e imparcial”. Imprensa e Independência do Maranhão (1821-1826). Tese de doutorado em História Social. Universidade Federal Fluminense. Niterói/RJ. 2010.

GAUDÊNCIO, Francisco de Sales. Gênero biográfico e historiografia. Considerações teóricas. In: *Revista Clio. Revista de pesquisa histórica*. Ano 1. Nº 25. 2007.

GINZBURG, Carlo. *O queijo e os vermes*. O cotidiano e as idéias de um moleiro perseguido pela Inquisição. 3ª Reimp. São Paulo: Cia das Letras, 2006.

_____. *Relações de força*. História, retórica e prova. São Paulo: Cia. das Letras, 2002.

GOMES, Ângela de Castro. A política brasileira em busca da modernidade: na fronteira entre o público e o privado. In: SCHWARCZ, Lilia Moritz (Org.). *História da vida privada no Brasil*. Contrastes da intimidade contemporânea. Vol. 4. São Paulo: Cia da Letras, 1998.

GOMES, Heloisa Toller. *O negro e o Romantismo brasileiro*. São Paulo: Atual, 1988.

GUIMARÃES, Antonio Sérgio Alfredo. Como trabalhar com “raça” em sociologia. In: *Revista Educação e Pesquisa*. Vol.29. Nº 1. São Paulo. Jan. Jun. 2003.

_____. Racismo e Anti-racismo no Brasil. In: *Revista Novos Estudos*. CEBRAP. Nº 43. São Paulo. Nov. 1995.

KHALED JUNIOR, Salah. *Horizontes identitários*. A construção da narrativa nacional brasileira pela historiografia do século XIX. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2010.

- LE GOFF, Jacques. *História e Memória*. 5ª Ed. Campinas: Editora da UNICAMP, 2003.
- LIMA, Edyene Moraes dos Santos. *Honradas famílias*. Poder e política no Maranhão do século XIX (1821-1823). Dissertação de mestrado em História e Cultura Histórica. Universidade Federal da Paraíba. João Pessoa/PB. 2009.
- LUKÁCS, George. *Ensaio sobre literatura*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.
- LUZ, Joaquim Vieira da. *Dunshie de Abranches e outras figuras*. Rio de Janeiro: Oficinas Gráficas do Jornal do Brasil, 1954.
- MARTINS, Manoel de Jesus Barros. *Operários da saudade*. Os novos atenienses e a invenção do Maranhão. São Luís: EDUFMA, 2006.
- MARTINS, Ricardo André Ferreira. Breve panorama histórico da imprensa literária no Maranhão Oitocentista. In: *Revista Animus*. UFSM. Vol.18. Jul. Dez. 2010.
- _____. *Os atenienses e a invenção do cânone nacional*. 2ª Ed. São Luís: Instituto Geia, 2013.
- MEIRELLES, Juliana Gesuelli. A Gazeta do Rio de Janeiro: o jornal oficial da Corte de D. João VI no Brasil (1808-1821). In: *Revista Comunicação & Sociedade*. Ano 29. Nº 49. 2º Semestre. São Bernardo do Campo. 2007.
- MELO JÚNIOR, Orison Marden Bandeira de. *Paralelo entre O mulato de Aluísio de Azevedo e The house behind the cedars de Charles Chesnutt*. Preconceitos e contradições. Dissertação de mestrado em Literatura e Crítica Literária. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo/SP. 2007.
- MELLO, Janaina Cardoso de. A cultura política oitocentista na época joanina entre a Gazeta do Rio de Janeiro, o Correio Brasiliense e a Idade d'Ouro do Brasil. In: *Revista do Centro de Artes, Humanidades e Letras*. UFRB. Vol. 3. Nº 3. 2009.
- MENZ, Maximiliano. Reflexões sobre duas crises econômicas no Império Português (1688 e 1770). In: *Revista Varia História*. Vol. 29. Nº 49. Belo Horizonte. Jan. Abr. 2013.
- MÉRIAN, Jean-Yves. *Aluísio Azevedo*. Vida e obra (1857-1913). 2ª Ed. Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional; Garamond, 2013.
- MONTELLO, Josué. *Aluísio Azevedo e a polêmica d'O Mulato*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1975.
- _____. *Aluísio Azevedo*. Trechos escolhidos. Rio de Janeiro: Livraria Agir Editora, 1963.
- MOTA, Antonia da Silva. *A dinâmica colonial portuguesa e as redes de poder local na Capitania do Maranhão*. 2007. Tese de doutorado em História do Brasil. Universidade Federal do Pernambuco. Recife/PE. 2007.

MOISÉS, Massaud. *A criação literária*. Introdução à problemática da literatura. 6.^a ed. São Paulo: Edições Melhoramentos, 1973.

MOYSÉS, Sarita Maria Affonso. Literatura e história. Imagens de leitura e de leitores no Brasil no século XIX. In: *Revista Brasileira de Educação*. XVII Reunião Anual da ANPED. Caxambu. Set. Out. Nov. Dez. 1995.

MURARI, Luciana. *Natureza e cultura no Brasil*. São Paulo: Alameda, 2009.

NAVAS-TORÍBIO, Luzia Garcia do Nascimento. *O negro na literatura maranhense*. São Luís: Academia Maranhense de Letras, 1990.

NUNES, Marcos Machado. *O sublime tropical: transcendência, natureza e nação na formação do Romantismo brasileiro*. Tese de doutorado em Literatura Comparada. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre/RS. 2005.

OLIVEIRA, Klebson. *Negros e escrita no Brasil do século XIX*. Sócio-história, edição filológica de documentos e estudo lingüístico Tese de doutorado em Letras. Universidade Federal da Bahia. Salvador/BA. 2006.

PEREIRA, Josenildo de Jesus. *As representações da escravidão na imprensa jornalística do Maranhão na década de 1880*. Tese de doutorado em História Social. Universidade de São Paulo. São Paulo/SP. 2006.

_____. Vão se os anéis e ficam os dedos. Escravidão, cotidiano e idéias abolicionistas no Maranhão do século XIX. In: GALVES, Marcelo Cheche; COSTA, Yuri (Orgs.). *O Maranhão Oitocentista*. Imperatriz: Ética; São Luís: Editora da UEMA, 2015.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. *História & História Cultural*. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

_____. Literatura, História e identidade nacional. In: *Revista Vidya*. Vol. 19. Nº 33. Jan. Jun. 2000.

_____. *O imaginário da cidade*. Visões literárias do urbano. Paris, Rio de Janeiro, Porto Alegre. Porto Alegre: Editora Universidade; UFRGS, 1999.

_____. Quando a nação é, sobretudo, uma questão de sensibilidade. In: CARVALHO, José Murilo de; BASTO, Lúcia Maria (Orgs.). *Repensando o Brasil do Oitocentos*. Cidadania, política e liberdade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.

PIETROBOM, Amanda Lopes. *Aluísio Azevedo*. Naturalismo e fantástico. Dissertação de mestrado em Letras. Universidade Estadual Paulista, São José do Rio Preto/SP. 2012.

PINAR, William. O corpo do pai e a raça do filho. Noé, Schreber e a maldição do pacto. In: *Revista Brasileira de Educação*. Vol. 13. Nº 37. Jan. Abr. 2008.

POLLAK, Michael. Memória e identidade social. In: *Revista Estudos Históricos*. Vol. 5. Nº 10. Rio de Janeiro. 1992.

PROENÇA FILHO, Domício. A trajetória do negro na literatura brasileira. In: *Revista Estudos Avançados*. USP. Vol. 18. Nº 50. Jan. Abr. 2004.

RAMOS, Arthur. O negro brasileiro. Etnografia religiosa e psicanálise. In: *Revista de Psicopatologia Fundamental*. Vol. 10. Nº 4. São Paulo. Dez. 2007.

RESENDE, Rafael Serra de. Da Ágora ao Pantheon. Intelectuais de “Atenas” e a literatura romântica no Maranhão. In: *Revista Outros Tempos*. UEMA. Vol. 4. Nº 4. 2007.

SALES, Cristian Souza de. Expressões do erotismo e sexualidade na poesia feminina afro-brasileira contemporânea. In: *Revista Ártemis*. 5ª Ed. Nº 14, Ago. Dez. 2012.

SALES, Germana Maria Araújo. “Ainda romance”. Trajetória e consolidação do gênero no Brasil oitocentista. In: *Revista Floema*. Ano 7. Nº. 9, Jan. Jun. 2011.

SCHMIDT, Benito Bisso. Biografia e regimes de historicidade. In: *Revista Médis. História & Cultura*. Vol. 2. Nº 3. Jan. Jun. 2003.

SCHWARZ, Lilia Moritz. Biografia como gênero e problema. In: *Revista de História Social. Dossiê História e Biografia*. UNICAMP. Nº 24. 1º Semestre. 2013.

_____. *O espetáculo das raças. Cientistas, instituições e questão racial no Brasil. 1870-1930*. São Paulo: Cia das Letras, 1993.

_____. *Racismo no Brasil*. 2ª Ed. São Paulo: PUBLIFOLHA, 2012.

_____. *Retrato em branco e negro. Jornais, escravos e cidadãos em São Paulo no final do século XIX*. 2ª Reimp. São Paulo: Cia das Letras, 2008.

SEVCENKO, Nicolau. *Literatura como Missão. Tensões sociais e criação cultural na Primeira República*. 2ª Ed. São Paulo: Cia das Letras, 2003.

SKIDMORE, Thomas Elliot. *Preto no branco. Raça e nacionalidade no pensamento brasileiro*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

SILVA, Eduardo Cesar Ferreira da. *A obra de Émile Zola no Brasil. Textos e notas para um estudo de recepção crítica*. Dissertação de Mestrado em Teoria Literária. Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis/SC. 1999.

SILVA, Tiago Cesar da; SILVA, Vanessa Faria e. O outro lado da Abolição. O envolvimento dos maçons e dos negros no processo de emancipação do trabalho escravo. In: *Revista Escritos. Fundação Casa de Rui Barbosa*. Ano 4. Nº 4. Set. 2010.

SODRÉ, Nelson Werneck. *História da literatura brasileira. Seus fundamentos econômicos*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1969.

TELES, Adriana da Costa. Reflexões sobre o percurso da crítica literária no Brasil do século XX. In: *Revista Travessia*. Vol. 7. UNIOESTE, 2009.

VELLOSO, Mônica Pimenta. A Literatura como Espelho da Nação. In: *Revista Estudos Históricos*. Vol. 1. Nº. 2. Rio de Janeiro. 1988.